

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio Branco 1986

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO / 1986



INSTITUTO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO

1986

Diretor

Embaixador Lauro Escorel de Moraes

Coordenador de Ensino

Ministro Luiz Claudio Pereira Cardoso

Chefe da Secretaria

Secretário Alexandre Ruben Milito Gueiros

Assessores do Diretor

Secretário Cecilia de Biase Bidart

Secretário José Maria de Carvalho Coelho

Coordenação de Ensino

Vera Lúcia Rodrigues de Farias

Duse Abreu Moura

Elaine Ferreira da Silva

Secretaria

Sebastiana Maria de Azevedo

Lucy Fortes da Silva Freitas

Myrian Salles de Rezende Campos

Ângela Ribeiro dos Santos

Carlos Alberto de Souza Freitas

Yedda Pessoa dos Santos Mouta

Contabilidade

Jureni Figueira de Azevedo

Paulo Sérgio Bonfim Gomes Rodrigues

Hubert da Silva Neiva

Aladir Corrêa Martins

Agentes de Portaria

Luiz Paixão de Souza Costa

Israel Derrudt Rodrigues

Antonio Henrique Carvalho Pires

ÍNDICE

Instituto Rio Branco

Histórico	9
Organização	13
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata	15
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)	17
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE)	21

Atividades do Instituto Rio Branco em 1986

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1986	25
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	45
Planos de Estudo — 1986	51
Programa — 1º Ano CPCD	53
Programa — 2º Ano CPCD	73
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE)	89
Formandos em 1986	103
Formatura da Turma de 1985	109

<i>Professores do IRBr</i>	117
<i>Legislação</i>	153

HISTÓRICO

O Instituto Rio Branco — única escola autorizada ao recrutamento, formação e aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos no Brasil — foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, Patrono da diplomacia brasileira, a partir de idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-Lei de sua criação, ocorreram durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 06 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema de seleção por Concurso de Provas — que vinha sendo aplicado desde 1918 a intervalos irregulares e, a partir de 1938, em caráter regular — e criaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) de dois anos, a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado. Assim, o Concurso de Provas, no caso chamado Exame Vestibular, passou a dar acesso ao CPCD e esse à Carreira de Diplomata e só excepcionalmente é organizado pelo Instituto Rio Branco Concurso de Provas para acesso direto à carreira.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio Branco a designação de “estabelecimento de nível superior”. Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão “permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior”.

Durante seus 41 anos de funcionamento, o Instituto sofreu uma série de reorganizações destinadas a melhorar sua eficiência e a adaptar seus currículos às necessidades cambiantes da diplomacia brasileira. A última reforma data de 1976 e coincidiu com a transferência do IRBr para Brasília, onde o Ministério das Relações Exteriores já se encontrava há alguns anos.

Inovação importante introduzida pela reforma de 1976 foi a aceitação no CPCD de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. O Governo brasileiro concede a tais estudantes uma bolsa de manutenção e facilidade de moradia idênticas àquelas concedidas aos estudantes

brasileiros. Por sua parte, os Governos que solicitam essa assistência comprometem-se a incluir os seus alunos no seu serviço diplomático, tão logo terminem o CPCD.

Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros, além de serem fluentes em Inglês ou Francês. A fim de habilitar aqueles que não falam Português a seguir o CPCD, o IRBr organiza para eles um curso especial de seis meses, prévio ao início do ano acadêmico, destinado ao aprendizado intensivo da língua.

Desde o início do programa até 1986, concluíram o CPCD 60 bolsistas estrangeiros, oriundos de Barbados (1), Bolívia (5), Cabo Verde (8), Colômbia (1), Costa do Marfim (5), Costa Rica (2), El Salvador (1), Equador (3), Gabão (4), Gana (3), Guatemala (1), Guiana (1), Guiné-Bissau (4), Haiti (3), Honduras (3), Mali (2), Panamá (1), Quênia (2), República Dominicana (1), São Tomé e Príncipe (1), Suriname (2), Tanzânia (1), Togo (2), Venezuela (1), Zâmbia (1) e Zimbábue (1).

Em 1986, 8 alunos concluíram o 1º ano e para 1987 estão inscritos 4 novos bolsistas.

Como consequência da reforma de 1976, salientam-se ainda a expansão da carga de matérias profissionalizantes e a realização de estágios práticos em departamentos do MRE. Em 1982, o treinamento profissional foi ampliado, sendo dividido em duas partes, a primeira, na Secretaria de Estado, e a segunda, de 45 dias, em postos no exterior, principalmente na América Latina e Caribe, antes de os novos Terceiros Secretários serem lotados nas unidades da SERE.

Os quadros a seguir apresentam os números de diplomatas formados pelo IRBr e de candidatos aprovados nos Exames Vestibulares nos últimos dez anos:

Quadro I
Diplomatas recrutados através
do IRBr até dez./86: .

CPCD	902	89,05%
Exame Direto	111	10,95%
TOTAL	1.013	100,0%

Quadro II
Número de candidatos e de
aprovados no CPCD 1977/86:

Candidatos:	Aprovados	
1977	665	32
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.426	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20
1986	661	14

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Suas atividades e estrutura estão regulamentadas no Capítulo VIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, de 12 de novembro de 1984, e por seu Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 473, de 11.01.78, com as alterações introduzidas pelas Portarias nºs 482, de 17.01.79, 553, de 27.12.83, 556, de 05.12.84 e 558, de 05.03.85.

Segundo o Artigo 197 do citado Regimento Interno do MRE, "compete ao Instituto Rio Branco incumbir-se:

- I) do recrutamento, seleção, formação e aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;
- II) do recrutamento e seleção, mediante delegação dos órgãos competentes, dos funcionários de categorias profissionais exclusivas do Ministério das Relações Exteriores;
- III) do treinamento e aperfeiçoamento, em matérias específicas, que relevem da função diplomática, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores;
- IV) do processamento dos pedidos de autorização para que alunos estrangeiros possam freqüentar o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como da concessão das respectivas bolsas de estudo e expedição de documentação comprobatória de conclusão do Curso;
- V) da organização e realização de cursos de extensão, seminários e estágios, mediante convênios com universidades e outras entidades, destinados a pessoas com interesse ou atuação na área de política externa; e
- VI) da organização e realização, no exterior, de cursos de extensão, seminários e estágios, eventualmente executados como forma de cooperação técnica junto a órgãos governamentais estrangeiros que venham a solicitá-la."

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Presidente da República, e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classes. O Chefe da Secretaria e o Coordenador

de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE); e
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no Exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

Disposições Gerais

O Exame Vestibular ao CPCD realiza-se todos os anos, com um número limitado de vagas, fixado em Edital, segundo a necessidade de pessoal diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

As condições para inscrição são as seguintes: a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal); b) contar no mínimo 20 anos, e no máximo 31 anos, no dia 31 de dezembro do ano do concurso; c) estar em dia com o serviço militar; d) possuir título de eleitor, em dia; e) ter bons antecedentes; e f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior, ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado a série ou período de semestres de curso de graduação de nível superior, exigido pelo Edital do concurso; caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, é indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita por funcionários da Carreira Diplomática, nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Admissão

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases:

1ª fase — Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. Realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio Branco e nas Capitais dos Estados onde o IRBr mantém Centros Regionais de Inscrição.

A prova de Português é eliminatória, exigindo-se nota mínima de 60; nas

provas de Francês e de Inglês, exige-se dos candidatos a nota mínima de 50 numa delas. Será aprovado o candidato que perfizer o mínimo de 150 pontos nas três línguas.

2ª fase — Provas Vestibulares Finais: História do Brasil, História Mundial, Geografia do Brasil (eliminatórias). Realizam-se na sede do Instituto Rio Branco. Aos candidatos residentes em outras cidades, habilitados para a segunda fase, o IRBr provê transporte e hospedagem em Brasília até a última fase, ou, em caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova em que o candidato for eliminado. Nas provas eliminatórias é exigido o mínimo de 50 pontos em cada uma.

3ª fase — As Provas Vestibulares da 3ª fase (classificatórias) são escritas e orais. Escritas de: Geografia Geral, Noções de Direito, Noções de Economia; orais de: Português, Francês e Inglês. São considerados aprovados os candidatos com média global igual ou superior a 60 no total das provas. Os candidatos aprovados nas 3 fases das provas vestibulares são submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica a cargo de entidade oficial ou oficializada ou junta especializada, à escolha do Diretor do Instituto Rio Branco.

Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, a única exigência diferente das do Exame Vestibular é a de que o candidato tenha completado o curso universitário e não apenas três anos ou seis semestres.

O concurso compreende provas de Português, Francês e Inglês, na primeira fase, todas eliminatórias, inclusive as orais das línguas estrangeiras. A segunda fase consta de exames de História Mundial e do Brasil, Direito Internacional Público e Privado (eliminatórios), Geografia, Direito Civil, Comercial e Constitucional, Ciência Política e Relações Internacionais (classificatórios).

É feito o mesmo processo de divulgação do Exame Vestibular nas principais capitais brasileiras, onde também são realizadas as provas escritas de línguas, fazendo os que passarem nestas os exames orais e demais provas em Brasília.

Até o presente foram realizados Concursos de Provas em 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978, tendo sido aprovados 111 candidatos.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o Espanhol, o Francês e o Inglês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos principais do estudo dessas línguas são desenvolver a expressão oral dos que têm expressão apenas escrita, consolidar o conhecimento básico dos idiomas, procurando, dentro do possível, homogeneizar as turmas, e ensinar, principalmente no segundo ano, a utilização profissional das três línguas.

As línguas estrangeiras complementares (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo, etc.) têm objetivo didático mais modesto: dar ao aluno o conhecimento básico estrutural, que possa servir para posterior desenvolvimento.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil, distribuídas em várias cadeiras nos dois anos do curso. (*)

Seção Profissionalizante

Inclui cursos em forma de conferências e seminários diretamente relacio-

(*) O plano de estudos do CPCD encontra-se na página 51.

nados às atividades diplomáticas, dando ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do país, e cujo objetivo é inteirá-los dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a Carreira.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em dois ou três períodos, distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contato direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio Branco, após

aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da Carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas, respectivamente, medalha de ouro (vermel) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso, aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31.05.78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de pelo menos um premiado para cada 15 alunos ou fração. São considerados os alunos que tenham obtido as melhores médias para o conjunto dos dois anos do CPCD, excluídas as notas do Exame Vestibular.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.”

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A implantação de ambos os Cursos foi feita pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e eles passaram a constituir exigência para progressão funcional cinco anos após a sua implantação.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados recebem textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames, havendo, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, viagens, etc, propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo.

A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir assunto ou área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso, as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, deu-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

QUADRO III
Diplomatas aprovados no CAD:

1977	I CAD	11
1978	II CAD	7
1979	III CAD	12
1980	IV CAD	25
1981	V CAD	40
1982	VI CAD	41
1983	VII CAD	29
1984	VIII CAD	11
1984	IX CAD	6
1985	X CAD	8
1985	XI CAD	12
1986	XII CAD	6
1986	XIII CAD	7
TOTAL		215

QUADRO IV
Diplomatas aprovados no CAE:

1977	I CAE	11
1978	II CAE	2
1979	III CAE	6
1980	IV CAE	11
1981	V CAE	19
1982	VI CAE (I)	14
1983	VI CAE (II)	11
1983	VII CAE	18
1984	VIII CAE	9
1984	IX CAE	8
1985	X CAE	8
1985	XI CAE	4
1986	XII CAE	5
1986	XIII CAE	5
TOTAL		131

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1986

EXAME VESTIBULAR AO CPCD – 1986

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 24 de fevereiro a 24 de março, em Brasília, nos centros regionais de inscrição de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no Exterior.

As provas da primeira fase realizaram-se nas capitais acima relacionadas, nos dias 25, 26 e 27 de abril (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português: Secretário Gerson Machado Pires Filho, Professoras Enilde Leite de Jesus Faulstich e Stella Maris Bortoni

Francês: Secretário Sérgio França Danese e Professora Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva

Inglês: Secretário João Batista da Costa e Professor Bruce Le Roy Leininger.

Movimento:

Inscritos	661
Compareceram	303
Aprovados	18

As provas da segunda e terceira fases realizaram-se em julho, nos dias 01 (História do Brasil), 04 (História Mundial), 08 (Geografia do Brasil), 11 (Geografia Geral), 14 (Noções de Direito), 15 (Noções de Economia), 16, 17 e 18 (Exames Orais de Português, Francês e Inglês).

Professores:

2ª fase:

História do Brasil: Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello.

História Mundial: Luciara Silveira de Aragão e Frota.

Geografia do Brasil: Marília Luíza Peluso de Oliveira.

3ª fase:

Geografia Geral: Marília Luíza Peluso de Oliveira.

Noções de Direito: Antonio Augusto Cançado Trindade.

Noções de Economia: Ministro Raphael Valentino Sobrinho, Secretário Cezar Augusto de Souza Lima Amaral.

Orais de Português: Secretário Gerson Machado Pires Filho, Professoras Enilde Leite de Jesus Faulstich e Stella Maris Bortoni.

Francês: Secretária Débora Vainer Baremboim, Professoras Clarisse J.F.F. Ferreira da Silva e Irene Zohra Serero Cervo.

Inglês: Secretário João Batista da Costa, Professores Bruce Le Roy Leininger e Edite Faial Jacques.

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre os dias 22 e 29 de julho, coordenados pelo Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Itamaraty, estiveram a cargo do Hospital Naval de Brasília e dos Doutores Albano Silvio de Freitas, José Geraldo Pereira e Henrique Cesar Vieira Magalhães. Os exames psíquicos foram realizados pela Comissão de Seleção de Pessoal da Marinha.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

- 1º – Alessandro Warley Candeas
- 2º – Maria Dolores Penna de Almeida Cunha
- 3º – Roberto Teixeira de Avellar
- 4º – Alexandre Guido Lopes Parola
- 5º – George Torquato Firmeza
- 6º – Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
- 7º – Leonardo Sotero Caio
- 8º – Humberto Benzaquem da Silva Gomes (*)
- 9º – Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio
- 10º – Ivanise de Melo Maciel
- 11º – Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
- 12º – Paulo Roberto Soares Pacheco
- 13º – Roland Stille
- 14º – Nedilson Ricardo Jorge
- 15º – Breno de Sousa Brasil Dias da Costa

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Alessandro Warley Candeas (1º lugar, medalha de prata) e Maria Dolores Penna de Almeida Cunha (2º lugar, medalha de bronze).

(*) Incluído na relação dos aprovados em virtude do deferimento, pelo Ministro-Relator do Tribunal Federal de Recursos, de medida liminar requerida nos autos do mandado de segurança nº 113.803/DF, até o julgamento da questão por aquela Corte.

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS – PROGRAMAS

Prova de Português: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 450 palavras (60 pontos) e b) Resumo de um texto (40 pontos), visando avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação e pontuação), como também sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

Provas de Francês e Inglês: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 400 palavras (60 pontos) e b) Versão de um texto (40 pontos).

Demais provas: a) Dissertação principal, de cerca de 100 linhas (40 pontos) e b) três Pequenas Dissertações, de cerca de 30 linhas (20 pontos cada uma).

Todas as provas escritas têm a duração de quatro horas e meia.

As provas orais de Português, Francês e Inglês visam avaliar a capacidade de expressão dos candidatos. Na prova de Português, o candidato escolherá, de três temas da atualidade nacional e internacional sorteados, um tema para exposição oral perante a Banca durante 10 (dez) minutos. Nas provas de Francês e Inglês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. *A Independência e seus Antecedentes* – A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. *O Brasil Imperial* – Política e Administração: A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial* – Economia: A estrutura econômica: A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário

e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. *O Brasil Imperial* – Sociedade e Cultura: A população. A estrutura social. Vida Cultural.
5. *O Brasil Imperial* – Política Externa: o reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte:

7. *O Brasil Republicano – Política e Administração*:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) – O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) – O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. *O Brasil Republicano – Economia*:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) – A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) – A Industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na Economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
9. *O Brasil Republicano* – Sociedade e Cultura: a população; a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano* – Política Externa:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-Americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) – A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

2. Da era napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A Política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O Mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares, no quadro das relações internacionais.

3ª Parte:

15. Os movimentos de independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina, após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas, desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade.

de continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Teodoro Roosevelt.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Os domínios naturais sul-americanos e a posição geográfica do Brasil.
2. A dinâmica climática e os tipos regionais de climas no Brasil.
3. Distribuição espacial das províncias de vegetação: os quadros naturais e as formas de uso dos solos.
4. O homem e a sociedade no domínio das caatingas.
5. Modificações recentes na organização do espaço e no uso do solo no Brasil Central.
6. A Amazônia: da economia de coleta aos grandes eixos viários e à diversificação da vida econômica.
7. Tendências de urbanização e desenvolvimento da industrialização no Brasil.
8. Infra-estrutura para o desenvolvimento: espaços agrícolas, potencialidades energéticas, rede de transportes.
9. Distribuição geográfica da população, estrutura etária e estrutura profissional.
10. Tendências de crescimento, áreas de influência e diferenciação de funções das áreas metropolitanas.

GEOGRAFIA GERAL

1. O espaço natural:
 - 1.1. Dinâmica dos elementos geográficos: clima, vegetação, solo e relevo.
 - 1.2. Os grandes domínios naturais e superfície terrestre.
2. O comportamento humano diante dos eventos naturais:
 - 2.1. Impacto do crescimento econômico sobre o meio ambiente: a devastação da natureza pelo homem.
 - 2.2. O desenvolvimento científico-tecnológico e os eventos naturais.
 - 2.2.1. Previsão, controle e transformação das condições naturais.
 - 2.2.2. Eventos naturais e perda de safras agrícolas.
3. O espaço industrial.
 - 3.1. A industrialização e seu papel na organização do espaço. A formação de grandes complexos industriais: concentração econômica e concentração espacial. A ação das companhias transnacionais.
 - 3.2. A indústria do mundo: Anglo-América, Europa Ocidental e Japão; URSS e RPC; América Latina.
4. Os recursos naturais e seu papel na industrialização e no comércio internacional. As relações entre países industrializados e países fornecedores de matérias-primas. A crise energética e a busca de fontes alternativas de energia.

5. A localização humana na superfície da terra: distribuição, estrutura, mobilidade e crescimento da população.
6. O espaço urbano.
 - 6.1. O processo de urbanização e suas interligações com a indústria: nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.
 - 6.2. Problemática espacial da urbanização no Terceiro Mundo: o crescimento urbano e o processo de metropolização.
 - 6.3. Modernização, terciarização e inchaço urbana: o subemprego e a pobreza humana.
7. A agricultura e o uso da terra: Anglo-América e Europa Ocidental; URSS e Europa Oriental; América Latina, África e Extremo Oriente.
8. Os problemas do desenvolvimento e da organização espacial nos países do Terceiro Mundo: Oriente Médio, África e América Latina.

NOÇÕES DE DIREITO

1. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. Fontes do direito objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
4. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito internacional público e direito internacional privado.
6. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
7. Organização nacional. Regime Republicano, forma federativa do Estado e sistema presidencial de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
8. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
9. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.
10. Fontes do Direito Internacional Público. Classificação. Manifestações do direito internacional contemporâneo.
11. Tratados internacionais: natureza jurídica, espécies, processo de elaboração, efeitos, extinção.
12. A condição dos Estados no direito internacional. Reconhecimento de Estado e governo. Sucessão de Estado.
13. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
14. Responsabilidade internacional do Estado. Elementos essenciais. Implementação: requisitos para o exercício da proteção diplomática.

15. A regulamentação dos espaços no direito internacional: direito do mar; canais, estreitos e rios internacionais; espaço aéreo; espaço exterior.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica, estrutura, delimitação de competências. Mecanismos internos de controle. Classificação dos atos das organizações internacionais.
17. A condição dos indivíduos no direito internacional. Direito de Asilo.
18. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Métodos político-diplomáticos. Solução arbitral e judicial.
19. A regulamentação do uso da força no direito internacional.
20. Codificação e desenvolvimento progressivo do direito internacional.

NOÇÕES DE ECONOMIA

1. O objeto da Economia. A natureza do problema econômico. Os estágios da aquisição do conhecimento econômico. As funções da Teoria Econômica e seus instrumentos de análise.
2. O processo produtivo: produção e troca; bens e serviços; consumo, poupança e investimento.
3. Os fatores de produção. O trabalho: aspectos demográficos e econômicos. A terra e o capital. Tipos de bens de capital. O capital nacional.
4. O produto social e a renda social. Pagamentos do exterior e renda nacional; o balanço de pagamentos; empréstimos internacionais. O Estado e a renda nacional; as funções primárias do governo; a definição do consumo público; despesa social; consumo semipúblico e transferência; a dívida nacional e os juros; as empresas estatais. A renda nacional em termos reais — números, índices. Custo de vida e índices de preços ao consumidor.
5. O sistema de contabilidade social: a abordagem contábil. Formas-padrões de contabilidade. Contabilidade setorial e o processo de consolidação.
6. Elementos da teoria dos preços: visão geral do sistema de preços. A procura. A oferta. O preço do equilíbrio. O sistema de preços como mecanismo decisório.
7. As reações do mercado: interdependências na demanda e na oferta. A elasticidade.
8. A estrutura do mercado; tipos de mercado e situações intermediárias. A estrutura da procura. A estrutura da oferta. A oferta em mercados competitivos. Custos variáveis. Análise marginal. A oferta em sistema monopolístico. Estrutura de mercado e eficiência econômica.
9. Os agregados econômicos e o setor real. A determinação do equilíbrio do fluxo econômico. Variações nos investimentos. O governo e o nível de renda. A inflação. O multiplicador.
10. O setor monetário: a moeda — suas funções. O setor monetário e o setor real. A preferência pela liquidez e a taxa de juros. A oferta monetária. Tipos de política monetária.

11. O setor externo: a determinação da taxa de câmbio. Vantagens absolutas e vantagens comparativas. Os termos de intercâmbio, o setor externo e o nível interno da renda.
12. Desenvolvimento econômico e crescimento econômico. A renda nacional real como medida do crescimento econômico. Acumulação de capital e progresso técnico. Flutuações no crescimento econômico. O problema da oferta de trabalho. O problema do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos: a natureza do processo e os obstáculos. O planejamento econômico.
13. Igualdade e desigualdade econômica. Os efeitos da tributação direta. Taxas marginais de impostos. A tributação indireta.

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

14. As perspectivas econômicas do Brasil em meados do século XIX: os condicionamentos externos e internos. O Brasil na divisão internacional do trabalho.
15. Capital cafeeiro e capital industrial: a dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918. A expansão da cultura cafeeira no final do século XIX. A dinâmica da acumulação entre 1919 e 1932. O auge da economia de exportação (1919-1928).
16. O Brasil e a hegemonia britânica no mercado mundial de capitais. O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais.
17. A crise de 1929 e os mecanismos de defesa. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. A propagação de desequilíbrio externo.
18. O crescimento da renda real durante a Segunda Guerra Mundial; a política agrícola, o comércio exterior e a produção industrial.
19. A aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra e o reajustamento do coeficiente de importações. O processo inflacionário entre 1948 e 1952.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR – 1986

PORTUGUÊS

A – Redação

Comente o texto abaixo:

“É o Quixote um herói fracassado? Sim, se atentarmos apenas no desvario de suas aventuras e arremetidas contra alvos imaginários, e no fatal insucesso que, uma por uma, lhe encerrou todas as ações. Mas quando passamos a última página do livro inimitável, compreendemos que a efusão do heroísmo não ficou perdida; que os atos malogrados do último cavaleiro foram recebidos a crédito, para compensação das injustiças e agravos que ele não soube ver, nem reparar; e finalmente que dele brota um ensinamento contrário ao *ideal da eficiência*, que é o da simples entrega de si mesmo, para operar pelo exemplo e pela germinação.

Cada vez que, em nossa própria vida, nos recusamos a uma *salida*, porque sabemos que o nosso ato não terá força sobre as condições externas e assim não poderá remover os obstáculos opostos ao nosso intento, estamos agindo contra o espírito de D. Quixote.”

San Tiago Dantas, *D. Quixote, Um apólogo da alma ocidental*, Cadernos da UnB, nº 3.

B – Resumo

Resumir o texto abaixo:

DA DEMOCRACIA ENTRE OS ANTIGOS E OS MODERNOS

A célebre conferência de Benjamin Constant, “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos” (1819), guia até hoje nosso entendimento da diferença entre a liberdade clássica – a liberdade pública e *política*, do *cidadão* – e a moderna liberdade, *individual* e privada, do *homem*. Enquanto os antigos concebiam a liberdade como virtude política, orientada para a participação igualitária no poder, os modernos viriam a compreendê-la como faculdade “burguesa”, identificada com o livre gozo de uma esfera privada de com-

portamento. Acaso é possível traçar uma distinção semelhante com respeito à idéia de *democracia*?

Democracia, para os gregos, era o governo de muitos. Assim a definiram tanto Heródoto quanto Aristóteles — tanto a história quanto a filosofia. O critério central a reter é esse: o princípio de *igualdade política*, o elemento propriamente político da cidadania de base igualitária (igualitária, bem entendido, ao nível dos homens livres, que, no entanto, representavam a maioria da população na Atenas clássica). Fora desse exercício da liberdade política (da liberdade antiga descrita por Constant) não havia, para o espírito helênico, regime democrático. Democracia queria dizer necessariamente governo *pelo* povo, não simplesmente *para* o povo, ou em seu nome. Os vários tiranos que as cidades gregas conheceram lideraram regimes com frequência populares e até populistas — mas nem por isso nenhum espírito grego jamais os considerou governantes democráticos. Seria preciso esperar por certos “democratas” do século XX, como o inglês E. H. Carr ou o canadense C. B. Macpherson, para que o conceito de democracia viesse a ser empregado como sinônimo de “governo para o povo”. Aos olhos do filho da *pólis*, isso não passaria de uma aberração.

Governo pelo povo significava, por sua vez, deliberação na *ecclesia* ou assembleia, em condições de livre expressão (*parrhesia*) como direito igualitariamente distribuído (*isegoria*). O mundo antigo conhecia assembleias na Mesopotâmia, no reino hitita e na Fenícia, porém o *governo* pela assembleia se desenvolveu como uma especialidade greco-romana (e romana, só no âmbito do senado). A *democracia direta* de Atenas se caracterizava pela concentração na assembleia do demos de todas as decisões e nomeações importantes, sem que o estado ateniense possuísse um executivo à parte digno desse nome, e sem legislativo, judiciário, burocracia ou força armada profissionais.

Por outro lado, para a mente pós-clássica, a agenda da assembleia democrática tinha um caráter curiosamente “abstrato”. Nas assembleias dos reinos medievais, o imposto era de longe o tema principal das deliberações — e seria exatamente o que, já no início dos tempos modernos, ensejaria a redefinição em sentido virtualmente democrático da idéia de *representação* política (“no taxation without representation”). Mas, nas assembleias da Antiguidade clássica, fiscalidade e representação não desempenhavam nenhum papel ostensivo.

Naturalmente, a vida política das cidades-estado não transcorria num vácuo econômico. Ao contrário: atribui-se às guerras do império talássico de Atenas, fortemente condicionadas por rivalidades comerciais, a própria consolidação do regime democrático, no século V a.C. Segundo o maior historiador econômico da Grécia clássica, M.I. Finley, a conservação do império ateniense exigiu a montagem de uma frota operada por plebeus, que “cobraram” o preço dessa colaboração em termos de maior participação política. Até porque, sem dispor de uma classe empresarial importante, o império se caracterizava menos pela exploração “capitalista” das colônias do que pela amplitude de sua política distributivista, que punha trigo e terra ao alcance da bolsa popular.

Acima de tudo, a cidade-estado era um espaço social bem modesto. Atenas era uma metrópole, mas certamente nada tinha de megalópole: seu território não ultrapassava o atual grão-ducado do Luxemburgo. Nessa área citadina liliputiana, nota Finley, a ágora parecia um *campus* universitário, sem nada em comum com o enorme âmbito político dos estados modernos. A democracia direta era um rito de “grupo primário”, como dizem os sociólogos: de grupos face a face, à semelhança dos habitantes de um bairro ou de uma aldeia, onde todos se conhecem e partilham dos mesmos costumes. E mesmo assim, só em Atenas, capital de um império, subtraída, durante quase dois séculos, às guerras civis de fundo social que foram o flagelo crônico das antigas sociedades mediterrâneas, ela prosperou.

A conclusão é evidente. A única verdadeira democracia antiga, a ateniense, foi uma instituição peculiaríssima. De modo genérico, o universo da sociedade tradicional, durante milênios a única formação social humana, não praticou o governo do povo. Certas minúsculas sociedades tradicionais, como as tribos ainda na era paleolítica, desconhecem a centralização do poder. Outras, como várias sociedades rurais africanas, onde a terra é abundante em relação à baixa produtividade da técnica agrícola, e as relações entre os homens não são determinadas pelo controle do solo, conhecem o governo central, mas não uma estrutura de classes. Poderíamos chamar essas sociedades sem estado ou sem classes de *hipocráticas*, não, é claro, porque tenham algo a ver com o patrono da medicina, mas simplesmente porque elas apresentam uma taxa bem menor de expressão política do *poder* social do que as senhorias, reinos e repúblicas antigos, medievais ou modernos. Todavia, nenhuma dessas sociedades sem estado ou sem classes desenvolveu os postulados igualitários individualistas da democracia grega. A “hipocracia” não é a democracia; nem a tribo nem o clã são demos.

O primeiro traço das democracias modernas é a majestosa presença do estado. Executivo, parlamento e judiciário, burocracia, polícia e forças armadas são tão indispensáveis ao regime democrático dos nossos dias quanto o sufrágio universal, os direitos humanos, os partidos políticos e a livre imprensa. Por isso, alguns observadores, animados de anseios libertários, acham que o peso desse arcabouço institucional equivale a uma quase completa negação do princípio democrático, no sentido grego de igualdade política ativa. A desmedida concentração de poder no estado moderno lhes parece a antítese do governo pelo povo. O idioma democrático, verdadeiro “esperanto moral do sistema dos estados nacionais” (J. Dunn), não passaria de oca retórica, encobrindo uma realidade essencialmente não democrática. Seja como for, não há dúvida de que democracia, no estilo ateniense, é algo que prima pela ausência em nosso tipo de sociedade. John Stuart Mill confiava em que a imprensa e as comunicações modernas criassem uma ágora em ampla escala, um foro nacional de participação popular decisória. Mas na época das múltiplas burocracias tentaculares e da economia planificada a miragem do grande liberal faz sorrir. O Leviatã democrático pede nosso voto, mas não nos dá nem um pouco a sensação de ser governado por nós, membros inermes de um “público fantasma”.

Convém, portanto, reconhecer a falência, entre nós modernos, do princí-

pio democrático em sentido literal, alicerçado na liberdade clássica, na liberdade como participação livre e igualitária na conduta do estado. Porém, se nos voltarmos para o outro conceito — o moderno — de liberdade, para a atuação desimpedida dos indivíduos, em áreas de sua livre escolha, ao gosto de cada um — aí o quadro se torna bem menos desalentador. Pois as liberdades individuais e privadas somente se multiplicaram e se estenderam com a expansão da divisão de trabalho e da mobilidade social — dois fenômenos nitidamente modernos, posteriores ao ocaso da sociedade tradicional, com sua economia subdesenvolvida e suas rígidas hierarquias. Ora, a precondição geral desse novo dinamismo na economia e dessa maior plasticidade na estrutura social — a progressiva libertação das massas da penúria e da opressão — ocorreu, nos sistemas políticos liberais ou semiliberais, quase sempre graças a movimentos político-sociais de inspiração democrática, isto é, aspirantes ao ampliamiento da base social da liberdade de participação política, pelo menos ao nível do voto e da representação político-partidária. Tais movimentos, primeiro predominantemente burgueses e em seguida obreiros, constituíram a força motriz na transformação das oligarquias liberais em repúblicas liberal-democráticas. Se a política do desenvolvimento e da previdência social obviamente não repousa no governo pelo povo, pelo menos é inegável que, historicamente falando, ela se singulariza como governo *do* povo. Em consequência, o debate, aguçado pela recessão, sobre a prioridade desses pólos: desenvolvimento e bem-estar, já se situa em grande parte *no interior* dessa orientação democrática. A prova é que, no cotejo com as sociedades hierárquico-tradicionais, ou já modernas mas oligárquicas, esse debate aparece logo como uma simples divergência metodológica, nunca como autêntica discrepância quanto aos fins da ordem social. Nesse sentido, a retórica democrática não é apenas um pálido esperanto — é a língua viva das sociedades em que a desigualdade persiste, mas há muito deixou de ser legítima.

É importante notar que todo esse ânimo igualitário visa profundamente à liberdade e não à igualdade. Em outras palavras, o igualamento é meio — o fim é a libertação. Salário, casa, escola são conquistas ou aspirações de massas essencialmente hedonístico-individualistas, e não espartanas, ascéticas e coletivistas. Sem dúvida, seu hedonismo pode ser e é manipulado; seu individualismo ainda é geralmente grosseiro e incipiente — mas como seria errôneo negá-lo! Isso se verifica de forma mais que convincente no próprio modo do homem comum *sofrer* o mecanismo social a que pertence. Com efeito, a sociedade moderna, prometendo a igualdade, tem por esteio um aparelho produtivo regido por toda uma série de hierarquias técnicas; e o mesmo sistema social, acenando a cada um com a livre expressão da sua personalidade, requer, no entanto, antes de mais nada para o bom funcionamento daquele aparelho produtivo, graus de homogeneidade cultural muito maiores que os de outrora. Raymond Aron rebateu esses paradoxos: o primeiro seria a dialética da igualdade e da hierarquia; o segundo, a dialética da personalidade e da socialização. Mas o certo é que, em ambos os casos, o que aflige o homem moderno é o choque entre suas aspirações libertárias e o peso da máquina social. O individualista que há nele desejaria escapar aos ditames da racionalidade técnica

co-econômica, dar livre curso à expressão, virtualmente herética e heterônoma, de sua personalidade; mas sempre se trata de uma busca de diferenciação — nunca de um anelo igualitário de identidade. Não é de admirar que os clássicos entre os moralistas modernos hajam sido tremendos individualistas: Bentham e Kierkegaard, Nietzsche e Tolstói, todos, a rigor, paladinos do anarquismo ético.

O próprio gesto inaugural da moderna filosofia democrática, a teoria do contrato social de Rousseau, denota essa motivação superindividualista. Rousseau põe toda a sua eloquência a serviço de um neoclassicismo nostálgico, uma nobre saudade da liberdade cívica da república antiga; e como sabemos, não tem senão desprezo pela ansiedade hedonista do homem moderno. No entanto, toda a sua construção de uma perfeita legitimidade democrática deriva do desejo de encontrar na civilização o melhor substitutivo possível para o individualíssimo homem natural. A meta do igualitarismo político do contrato social é um libertarismo radical, precursor direto do cristianismo anárquico de Tolstói.

José Guilherme Merquior, *As idéias e as Formas*, Ed. Nova Fronteira.

FRANCÊS

A — Rédaction

Dégagez, de la citation ci-dessous, l'idée principale, que vous discuterez en présentant votre avis personnel sous la forme d'une argumentation ordonnée, menant à une conclusion:

"Il est parfaitement vain d'opposer l'univers de la technique à l'univers de la culture. Celle-ci ne nie pas celle-là, mais l'exige au contraire. Elle rappelle seulement que la technique est faite pour l'homme."

Gaston Berger, *L'homme moderne et son éducation*

B — Thème

Traduisez en français le texte suivant:

"O amor a Roma é um fecundo encantamento, cujos traços se assemlham entre si, por mais variados que se mostrem aqueles que o experimentam, e por diversas que sejam suas procedências nacionais e formações culturais. Para que tal amor seja tão parecido, na sua variedade, é preciso que possua um traço de união entre as formas de sentir ou de pensar Roma. O traço comum, que permite a variedade, consiste em que o amoroso de Roma não se transfere para dentro da Cidade, antes transfere a Cidade para dentro de si. De resto, como transportar-se para ambiente tão vário no tempo, tão variado nas formas? Em que Roma se integrar, em qual delas identificar a representação global de todas, válida para um determinado gosto ou temperamento? Inserir-se em Roma é mais difícil do que incorporar a si o sentimento de Roma, porque a diversidade deste sentimento se adapta forçosamente à maneira de ser, aos

gostos, preferências e meditações de quem a ama. Só o espírito humano, por meio do que poderíamos chamar a reconstrução interior, é capaz de ordenar os dados contrastantes, de natureza histórica, artística e religiosa que Roma oferece. As pegadas incoerentes, deixadas pelos passos das gerações, integram-se, completam-se e projetam-se além delas mesmas, graças ao poder do espírito humano. Aquelas formas dispersas do mundo objetivo adquirem coerência, ordenadas pela mente. Em nenhum lugar como em Roma essa experiência pode ser tão larga, variada, fecunda e significativa.

Por tudo isso é que a nossa presença em Roma não se compara, no sentido stendhaliano de cristalização amorosa, com a presença de Roma em nós. O contato continuado de certos estrangeiros que se tornam romanos, entre eles os brasileiros Magalhães de Azeredo, Deoclécio Redig de Campos e Murilo Mendes, reúne, obviamente, a presença em Roma com a presença de Roma. Mas residências longas ou passagens periódicas como as de Stendhal e J.J. Ampère, ou uma única visita como a de Goethe ou Tennyson, são capazes de marcar, para sempre, um coração, uma inteligência, com a imagem de Roma.

Não sei de outra cidade que tenha esse dom, esse condão. É impossível definir o encantamento genérico de Roma, que não se explica por nenhuma causa especial. O amor a Roma — já Montaigne o diz — não desnacionaliza ninguém, pois lá (muito mais do que Paris, como pretendeu Augusto Comte, numa afirmação típica do século XIX) se encontra a capital do Ocidente. Ser capital da Itália, fato recente, é episódio secundário na vida, no destino, no significado ocidental de Roma.”

Afonso Arinos de Melo Franco, *Amor a Roma*

INGLÊS

A — Composition

Discuss the following idea:

“The true test of a civilization is, not the census, nor the size of cities, nor the crops, but the kind of man the country turns out.”

Ralph Waldo Emerson

B — Translation

Translate the following text into English:

“O que se escrevia então sobre Rio Branco no estrangeiro daria para encher muitos volumes. Nenhum estadista sul-americano da época conseguira tanta notoriedade fora do seu país, nem chegara a ser tão amplamente conhecido na Europa e nos Estados Unidos. Era um nome realmente universal. Por outro lado, a sua popularidade, no Brasil, era mais extensa, mais constante, mais entusiástica do que a de qualquer outra figura do presente ou do passado. Nenhum outro nome aparecia tanto nos jornais e nas reuniões quanto o

seu; os caricaturistas esforçavam-se para fixar-lhe os traços porque a caricatura do Barão interessava sempre o público; corriam atrás dele os fotógrafos das revistas ilustradas; e o orador medíocre para obter aplausos num comício não precisava senão invocar-lhe o nome a qualquer propósito. Tudo o que ele fazia era comentado; falava-se não só dos seus grandes atos, mas dos seus pequenos hábitos, manias e fobias: a desordem do seu gabinete de trabalho, o seu prazer em matar mosquitos com uma vela e atirar água fria nos gatos, o seu horror aos elevadores, as suas distrações, os seus esquecimentos.

Ele continuava tão “boêmio” na sua maneira de viver quanto o fora na mocidade. Nenhum horário, nenhuma disciplina convencional. Não se submetia a outro domínio que não fosse o das suas forças íntimas, o de suas determinações interiores, sempre fiel à educação pessoal que criara para si mesmo. Com mais de sessenta anos ainda costumava trabalhar durante toda a noite, e nos seus *Cadernos de notas* são constantes as anotações desta espécie: “Trabalhei de madrugada. Deitei-me às seis horas da manhã e levantei-me às oito.” Mostrava tal indiferença aos horários que lhe sucedia telefonar a alguma pessoa às três da madrugada para convidá-la a almoçar no Itamaraty.”

Álvaro Lins, *Rio Branco*, segundo volume, Livraria José Olympio Editora.

HISTÓRIA DO BRASIL

A — Dissertação

Expressão e limites das idéias liberais e do nacionalismo no processo de emancipação política do Brasil.

B — Pequenas dissertações

1. A campanha civilista de 1909.
2. A grande corrente migratória ensejada pela expansão da produção da borracha no final do século XIX.
3. As leis graduais que precederam a abolição da escravatura.

HISTÓRIA MUNDIAL

A — Dissertação

A penetração ocidental na Ásia no século XIX.

B — Pequenas dissertações

1. A atuação do Presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson na Conferência de Paris, 1919.
2. O despotismo e a aristocracia feudal na Europa de 1789.
3. O período da NEP (Nova Política Econômica) no comunismo da União Soviética.

GEOGRAFIA DO BRASIL

A – Dissertação

Quais os fatores que, em sua opinião, têm maior peso explicativo para o fato de ser o Brasil um país com grande extensão de terras agrícolas e importar alimentos: (a) fatores naturais; (b) fatores econômicos; (c) fatores sociais. Justifique sua resposta.

B – Pequenas dissertações

1. Apresente as principais características do cultivo da cana-de-açúcar na Região Nordeste.
2. Principais mudanças ocorridas na agricultura do norte do Paraná: da agricultura cafeeira aos cultivos anuais para exportação.
3. A pirâmide etária brasileira é larga na base e estreita no topo. Quais os motivos e quais as implicações para o desenvolvimento nacional?

GEOGRAFIA GERAL

A – Dissertação

Por que a lógica da urbanização capitalista ocasiona o “Caos Espacial Urbano” e a necessidade de intervenção do Estado?

B – Pequenas dissertações

1. A crescente “terciarização” da população ativa dos países subdesenvolvidos é semelhante ao mesmo fenômeno que ocorre nos países desenvolvidos. Caso concorde ou discorde, explique suas razões.
2. Vantagens e desvantagens da indústria petrolífera no México e na Venezuela para o desenvolvimento regional.
3. Apresente as semelhanças entre o uso do solo agrícola nas pradarias norte-americanas e nos pampas argentinos e explique por que, no primeiro caso, temos um país desenvolvido e no segundo, não.

NOÇÕES DE DIREITO

A – Dissertação

A condição dos Estados no Direito Internacional; Jurisdição e Imunidades.

B – Pequenas dissertações

1. Norma jurídica: métodos de interpretação.

2. O Ordenamento Jurídico Nacional; Competência da União e dos Estados Federados.
3. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A – Dissertação

Analise, na situação presente, os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico, no Brasil, discutindo-lhes sucintamente as raízes históricas e a interpretação teórica, à luz das principais correntes do pensamento econômico contemporâneo.

B – Pequenas Dissertações

1. Conceitue criticamente inflação de demanda e inflação de custos.
2. Em que consiste a curva de possibilidade de produção?
3. Analise comparativamente as consequências da crise de 1929 e as da Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista das transformações estruturais da economia brasileira.

CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

1º ANO

Corpo docente

- Política Externa Brasileira Contemporânea* (2º semestre) – Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Luiz Fernando Freitas Ligiéro.
- História das Idéias Políticas* (1º e 2º semestres) – Gerson Machado Pires Filho, João Almino de Souza Filho, Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares.
- Prática Consular* (2º semestre) – Jadiel Ferreira de Oliveira.
- Prática Diplomática* (2º semestre) – Clodoaldo Hugueney Filho.
- Introdução à Diplomacia* (1º semestre) – Lauro Escorel de Moraes.
- Economia* (1º e 2º semestres) – Raphael Valentino Sobrinho, Cezar Augusto de Souza Lima Amaral.
- Direito Internacional Público I* (1º semestre) – Jorge Luiz Fontoura.
- Direito Internacional Público II* (2º semestre) – Antonio Augusto Cançado Trindade.
- Direito Internacional Privado* (1º semestre) – Anna Maria Villela.
- Espanhol* (1º e 2º semestres) – Encarnación Ponce Lopes de Pesquero, Kori Carrasco Dorado Costa.
- Francês* (1º e 2º semestres) – Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva, Ileana Florica Ghiatza Fadul, Alain Bertrand, Jean-Paul Lefèvre, Jean-François Cleaver, Pierre Robert Laure.
- Inglês* (1º e 2º semestres) – James Crawford Ferguson, John Stanley Trzeciak, Patrick Kevin Redmond, Sara Burkitt Walker, Marcel Fortuna Biato.
- Português: Expressão e Redação Profissional* (1º e 2º semestres) – Stella Maris Bortoni.
- Português para Estrangeiros* (1º e 2º semestres) – Dad Abi Chahine Squarisi.
- Alemão* (1º e 2º semestres) – Instituto Cultural Brasil-Alemanha.
- Árabe* (1º e 2º semestres) – Issa Antonio Bonduki.
- Italiano* (1º e 2º semestres) – Instituto de Língua Italiana.
- Japonês* (1º e 2º semestres) – Michio Yamaguchi.
- Russo* (1º e 2º semestres) – Roberto Wanderley de Souza Ferreira.

Corpo discente (por ordem de classificação)

Márcia Donner Abreu
 Benedicto Fonseca Filho
 Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
 Ricardo André Vieira Diniz
 Reinaldo José de Almeida Salgado
 Flávio Soares Damico
 Pedro Fernando Saraiva Etchebarne
 Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
 Ronaldo Costa Filho
 Ricardo José Lustosa Leal
 Gilberto Gonçalves de Siqueira
 Maria Cristina Pereira da Silva
 Rubens Gama Dias Filho
 Renata Prata Saint-Clair Pimentel
 Sônia Regina Guimarães Gomes
 Silvio José Albuquerque e Silva
 Antônio Carlos de Salles Menezes
 Rodrigo de Lima Baena Soares
 Fernando Luís Lemos Igreja
 Júlio César Fontes Laranjeira
 Francisco Chaves do Nascimento Filho

Bolsistas estrangeiros

Sérgio Fernando Olmos Uriona (Bolívia)
 Maritza Mata Morúa (Costa Rica)
 Roland François (Haiti)
 Robby Dewnarain Ramlakhan (Suriname)
 Marlon Faisal Mohamed Hoesein (Suriname)
 Carole Préval (Haiti)
 Marcel Mambana (Gabão)
 Carlos Antônio Moreno (Guiné-Bissau)

2º ANO

Corpo docente

Relações Internacionais (1º e 2º semestres) – Gelson Fonseca Junior.
História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º e 2º semestres) – Rubens Ricupero, Sérgio França Danese.
Sociologia Política (1º e 2º semestres) – Paulo Roberto de Almeida.
Economia – Desenvolvimento Econômico Internacional (2º semestre) – Luiz Augusto de Castro Neves.

Economia – Comércio Internacional (1º semestre) – Luiz Augusto de Castro Neves.
Economia – Relações Econômicas Internacionais (2º semestre) – Ricardo Drumond de Mello.
Economia Brasileira (1º semestre) – Arthur Vivacqua Correa Meyer.
Direito dos Tratados (1º semestre) – José Francisco Rezek.
Administração (2º semestre) – Gastão Bandeira de Mello.
Modernização Administrativa e Informática (2º semestre) – Ruy Pinheiro de Vasconcellos.
Português – Correspondência Oficial e Métodos de Informação (1º semestre) – Heloisa Vilhena de Araújo.
Espanhol (1º e 2º semestres) – Encarnación Ponce Lopes de Pesquero, Kori Carrasco Dorado Costa.
Francês (1º e 2º semestres) – Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva, Ileana Florica Ghiatza Fadul, Alain Bertrand, Jean-Paul Le-fèvre, Jean-François Cleaver, Pierre Robert Laure.
Inglês (1º e 2º semestres) – James Crawford Ferguson, John Stanley Trzeciak, Patrick Kevin Redmond, Sara Burkitt Walker, Marcel Fortuna Biato.
Português para Estrangeiros (1º e 2º semestres) – Dad Abi Chahine Squarisi.
Alemão (1º e 2º semestres) – Instituto Cultural Brasil-Alemanha.
Árabe (1º e 2º semestres) – Issa Antonio Bonduki.
Italiano (1º e 2º semestres) – Instituto de Língua Italiana.
Japonês (1º e 2º semestres) – Michio Yamaguchi.
Russo (1º e 2º semestres) – Roberto Wanderley de Souza Ferreira.

Corpo discente (por ordem de classificação)

Fernando Apparicio da Silva
 Glivânia Maria de Oliveira
 Irene Vida Gala
 Sérgio Ricoy Pena
 Carlos Marcio Bicalho Cozendey
 Maria Luisa Escorel de Moraes
 Julio Glinternick Bitelli
 Ronald Cardoso Mendes Junior
 Carlos Alfonso Iglesias Puente
 Ana Maria Mulser Parada
 Geraldo Veiga Rivello Junior
 Márcia Loureiro
 Claudio Raja Gabaglia Lins
 Luis Claudio Villafane Gomes Santos
 Luis Antonio Balduino Carneiro
 Evaldo Freire
 Alexandre Campello de Siqueira

José Augusto Silveira de Andrade Filho
 Roberto Furian Ardenghy
 Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
 Paulo Marcos Almeida de Moraes
 Marco Cesar Moura Daniel
 Paulo Roberto Amora Alvarenga
 José Marcos Nogueira Viana
 João Marcelo de Aguiar Teixeira
 Claudia Fonseca Buzzi
 Claudio Roberto Poles
 Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
 Márcia Maro da Silva
 Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França
 Nestor José Forster Junior
 Flavio Marega
 Licinio Delgado Pahim
 Paulino Franco de Carvalho Neto
 Maria Theresa Vieira Diniz
 João Tabajara de Oliveira Junior
 Paulo Fernando Dias Feres
 Ricardo de Souza Franco Peixoto
 Sabine Nadja Popoff
 João Alberto Dourado Quintaes
 Antonio Otavio Sá Ricarte
 Jandira Gill Chalu Pacheco
 Alexandre da Silva Barbedo

Bolsistas estrangeiros

Allou Allou (Costa do Marfim)
 Manuel Estuardo Roldán Barillas (Guatemala)
 Michael Adipo Okoth Oyugi (Quênia)
 Maria de Jesús Diaz Obregon (República Dominicana)
 Daniel Leopoldina Soares Oliveira (Cabo Verde)
 Domingos Augusto Ferreira (São Tomé e Príncipe)
 Gerald Musilekwa Wakumelo (Zâmbia)
 Jean Allogo N'guema (Gabão)
 Winston Guno Lackin (Suriname)

Classificação final de turma de 1985/1986

Fernando Apparicio da Silva
 Carlos Marcio Bicalho Cozendey
 Claudio Raja Gabaglia Lins
 Julio Glinternick Bitelli
 Maria Luisa Escorel de Moraes

Luis Antonio Balduino Carneiro
 Ronald Cardoso Mendes Junior
 Márcia Loureiro
 Carlos Alfonso Iglesias Puente
 Glivânia Maria de Oliveira
 Geraldo Veiga Rivello Junior
 Irene Vida Gala
 Sérgio Ricoy Pena
 Luis Claudio Villafane Gomes Santos
 Ana Maria Mulser Parada
 Alexandre Campello de Siqueira
 Roberto Furian Ardenghy
 Paulo Marcos Almeida de Moraes
 José Augusto Silveira de Andrade Filho
 Evaldo Freire
 Claudia Fonseca Buzzi
 Paulo Roberto Amora Alvarenga
 Marco Cesar Moura Daniel
 Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
 Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França
 Flavio Marega
 Claudio Roberto Poles
 Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
 João Marcelo de Aguiar Teixeira
 José Marcos Nogueira Viana
 Márcia Maro da Silva
 Maria Theresa Vieira Diniz
 Licinio Delgado Pahim
 Nestor José Forster Junior
 Antonio Otavio Sá Ricarte
 Paulino Franco de Carvalho Neto
 Paulo Fernando Dias Feres
 Ricardo de Souza Franco Peixoto
 Sabine Nadja Popoff
 João Alberto Dourado Quintaes
 João Tabajara de Oliveira Junior
 Jandira Gill Chalu Pacheco
 Alexandre da Silva Barbedo

Fernando Apparicio da Silva fez jus à medalha de vermeil do Prêmio Rio Branco, por sua primeira colocação no CPCD, e Carlos Marcio Bicalho Cozendey, à medalha de prata, por sua segunda colocação. O prêmio viagem coube a Fernando Apparicio da Silva, Carlos Marcio Bicalho Cozendey, Maria Luisa Escorel de Moraes.

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Viagem de estudo

A primeira viagem de estudo do 2º ano realizou-se em fevereiro às regiões Sul e Sudeste do Brasil em que tiveram ênfase a solução do problema energético (visita à hidrelétrica de Itaipu e à usina nuclear de Angra dos Reis), o desenvolvimento da tecnologia e da indústria de material militar (visita ao CTA, à Avibrás, Embraer e Engesa, em São José dos Campos), a história da diplomacia brasileira (visita ao Museu Histórico e Diplomático no EREIRO) e a indústria automobilística brasileira (visita à FIAT).

Os pontos altos do programa da segunda viagem de estudos realizada após a conclusão do CPCD, entre novembro e dezembro, às regiões Norte e Nordeste do Brasil foram: em Manaus, visita à SUFRAMA e ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; a descida do rio Amazonas em navio de guerra, com paradas em Santarém e no Projeto Jari; em Belém, as visitas à SUDAM, ao Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar, ao Museu Emílio Goeldi e à sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; as visitas ao Projeto Carajás e à Usina Hidrelétrica de Tucuruí; em Recife, uma conferência na SUDENE e a visita ao Museu do Homem, na Fundação Joaquim Nabuco; em Salvador, as visitas ao Centro Industrial de Aratu, à Refinaria Landulpho Alves, ao Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara e ao Distrito Norte de Produção, da PETROBRÁS.

Ainda no âmbito das Atividades Extracurriculares foram proferidas aos alunos do 2º ano as seguintes palestras:

“A Política do Brasil na Ásia”, pelo Embaixador Sérgio Paulo Rouanet; “Relações do Brasil com os países da América Latina”, pelo Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Veloso; “Relações do Brasil com os países da Europa Ocidental”, pelo Embaixador Ronaldo Costa, e “Significação Econômica dos Acordos celebrados com a Argentina e o Uruguai”, pelo Embaixador Francisco Thompson Flôres Netto.

CPCD – Planos de Estudo – 1986

	1º ANO	2º ANO
Línguas Estrangeiras	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)
Disciplinas Acadêmicas	Política Externa Brasileira Contemporânea (2º) História das Ideias Políticas (1º, 2º) Economia (1º, 2º) Direito Internacional Público I (1º) Direito Internacional Público II (2º) Direito Internacional Privado (1º)	Administração (2º) Modernização Administrativa e Informática (2º) História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º, 2º) Relações Internacionais (1º, 2º) Comércio Internacional (1º) Desenvolvimento Econômico Internacional (2º) Direito dos Tratados (1º) Sociologia Política (1º, 2º) Economia Brasileira (1º)
Matérias Profissionalizantes	Organização e Métodos de Trabalho do MRE (1º) Introdução à Diplomacia (1º) Português: Expressão e Redação Profissional (1º, 2º) Prática Diplomática (2º) Prática Consular (2º)	Português: Correspondência Oficial e Métodos de Informação (1º)
Atividades Extracurriculares	Cursos de Reforço (Francês, Inglês e Espanhol) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo)	3 Estágios (80 horas cada um) 2 Viagens de estudos: Sul/Sudeste (Fevereiro) Norte e Nordeste (nov./dez.) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo)

Obs.: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram lecionadas.

PROGRAMAS

1º ANO

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

(Anna Maria Villela)

1ª unidade: Os estudos comparativos e a noção de sistemas jurídicos.

2ª unidade: Os principais sistemas jurídicos do mundo contemporâneo.

3ª unidade: A formação histórica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.

4ª unidade: A expansão geográfica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.

5ª unidade: A diversidade jurídica e os chamados conflitos de leis no espaço.

6ª unidade: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais ou interjurisdicionais.

7ª unidade: As fontes internas e internacionais do Direito Internacional Privado.

8ª unidade: O método do Direito Internacional Privado: a indicação dos elementos de conexão.

9ª unidade: Casos de não aplicação do Direito indicados pelos elementos de conexão.

10ª unidade: A contestação do método do Direito Internacional Privado e o desenvolvimento de um novo Direito dos Negócios Internacionais.

11ª unidade: Domínios de aplicação do Direito Uniforme.

12ª unidade: Tentativas de harmonização dos direitos nacionais.

13ª unidade: A competência internacional dos tribunais brasileiros.

14ª unidade: A homologação das sentenças estrangeiras no Brasil.

15ª unidade: O estatuto jurídico dos estrangeiros no Brasil.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

(Jorge Luiz Fontoura Nogueira)

1ª Unidade

Noções introdutórias ao estudo do Direito Internacional Público

a) Conceito e definições atuais e antigas;

- b) O uso da expressão "Direito Internacional" e a sua terminologia;
- c) Relação com o Direito Internacional Privado e os demais ramos do Direito Positivo Interno;
- d) Realidade e fundamentos de sua existência;
- e) A evolução histórica do Direito Internacional Público;
- f) Fontes;
- g) O problema do primado do Direito Externo sobre o Direito Interno.

2ª Unidade

As pessoas de Direito Internacional Público

- a) Origem, características e estrutura da sociedade internacional;
- b) A personalidade internacional;
- c) Os Estados;
- d) Os organismos internacionais;
- e) O indivíduo.

3ª Unidade

Os Estados no Direito Internacional Público

- a) Nascimento e reconhecimento;
- b) Classificação;
- c) Transformações e extinção;
- d) Sucessão;
- e) Direitos dos Estados;
- f) Restrições aos direitos dos Estados;
- g) Deveres dos Estados.

4ª Unidade

Relações pacíficas entre os Estados

- a) Os órgãos das relações entre os Estados;
- b) Os Chefes de Estado e os Ministros das Relações Exteriores;
- c) Os agentes diplomáticos;
- d) Os funcionários consulares;
- e) A imunidade de jurisdição local.

5ª Unidade

Domínio do Estado

- a) O Domínio Terrestre;
- b) O Domínio Marítimo;
- c) O Domínio Aéreo.

6ª Unidade

O Mar em Direito Internacional Público

- a) O Mar Territorial;
- b) A Plataforma Continental;
- c) A Zona Contígua;
- d) O Alto-Mar;

- e) As concepções atuais de *Zona de Pesca e Conservação dos Recursos Naturais* e do *Mar Patrimonial*;
- f) O fundo do Mar.

7ª Unidade

A cooperação internacional entre os Estados

- a) Em sentido lato;
- b) No terreno específico da repressão aos delitos;
- c) Expulsão, deportação e extradição de estrangeiros;
- d) Princípios que regem a extradição no mundo contemporâneo;
- e) O sistema brasileiro de extradição;
- f) Extradição e Direito de Asilo.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II

(Antonio Augusto Cançado Trindade)

Sumário:

- Unidade I: Reavaliação das Fontes do Direito Internacional Público Contemporâneo.
- Unidade II: Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- Unidade III: Responsabilidade Internacional dos Estados: Fundamentos.
- Unidade IV: Responsabilidade Internacional dos Estados: Implementação; Novos Desenvolvimentos.
- Unidade V: A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público.
- Unidade VI: Organizações Internacionais: Personalidade e Interpretação de Poderes.
- Unidade VII: Organizações Internacionais: Estrutura e Delimitação de Competências.
- Unidade VIII: Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais.
- Unidade IX: Regulamentação do Uso da Força no Plano Internacional.
- Unidade X: Codificação e Desenvolvimento Progressivo do Direito Internacional Público.

Unidade I

Reavaliação das Fontes do Direito Internacional Público Contemporâneo.

- I. O Costume Internacional e a Sistematização da Prática dos Estados.
- II. Os Tratados Internacionais.
- III. Os Princípios Gerais do Direito.
- IV. Valor da Jurisprudência Internacional (decisões judiciais e arbitrais).
- V. Valor da Doutrina.
- VI. O Elemento de Equidade.
- VII. A Questão dos Atos Jurídicos Unilaterais.
- VIII. A Questão das Resoluções das Organizações Internacionais.

IX. Reavaliação da Enumeração das Fontes no Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e Relação das Distintas Categorias entre si.

Unidade II

Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.

- I. Reavaliação das Teses Monista e Dualista.
- II. Relação entre as Obrigações dos Estados e o Direito Interno.
- III. Interação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- IV. O Direito Internacional através da Prática dos Estados.
- V. Direito Internacional e Direito Interno em relação às Fontes do Direito Internacional.

Unidade III

Responsabilidade Internacional dos Estados: Fundamentos.

- I. Noção de Responsabilidade Internacional.
- II. Origem da Responsabilidade Internacional dos Estados.
- III. Elementos Essenciais da Responsabilidade:
 1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
 2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
 3. Dano resultante do ato ou omissão internacional ilícitos.
- IV. A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).
- V. Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado:
 1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos e judiciários).
 2. Por atos de particulares.
- VI. A Reparação de Danos:
 1. Jurisprudência internacional.
 2. Natureza e extensão.
 3. Formas de reparação.

Unidade IV

Responsabilidade Internacional dos Estados: Implementação; Novos Desenvolvimentos.

- I. Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício da Proteção Diplomática. Condições:
 1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de Direito Interno.
 2. A regra da nacionalidade das reclamações.
 3. O requisito de "clean hands".
 4. A cláusula Calvo de renúncia prévia ao exercício da proteção diplomática.
 5. A noção de denegação de Justiça:
 - a) Teoria e prática européias.
 - b) Teoria e prática latino-americanas.
- II. Responsabilidade Internacional dos Estados pelas Consequências Danosas de Atos Não Proibidos pelo Direito Internacional:

1. O novo contexto da responsabilidade.
2. Primeiros e recentes esforços de sistematização.
- III. Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais.

Unidade V

A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público.

- I. Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.
- II. Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.
- III. Experimentos Internacionais outorgando *Status* Processual aos Particulares:
 1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 2. No período de entre-guerras.
 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial:
 - a) No plano global.
 - b) No âmbito regional.
 - IV. Uma Situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade VI

Organizações Internacionais: Personalidade e Interpretação de Poderes.

- I. Enfoques Distintos da Matéria; Projetos de Sistematização pelas próprias Organizações Internacionais.
- II. Criação e Evolução Histórica das Organizações Internacionais:
 1. Antecedentes históricos (Concerto da Europa; Sistema de Haia; União Pública Internacional).
 2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e as Agências Especializadas.
 4. As Organizações Regionais:
 - a) Políticas.
 - b) De integração e cooperação econômicas.
 - c) De defesa coletiva.
- III. Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais:
 1. O debate acadêmico.
 2. A jurisprudência internacional.
- IV. Interpretação dos Poderes atribuídos às Organizações Internacionais:
 1. Métodos de interpretação.
 2. A jurisprudência internacional.
- V. Especificidade do Direito Interno ou Próprio das Organizações Internacionais (relação interna entre os órgãos da organização).

Unidade VII

Organizações Internacionais: Estrutura e Delimitação de Competências.

- I. Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais:

1. Composição: admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes.

2. Privilégios e imunidades.

3. Orçamento e finanças.

II. Mecanismos Internos de Controle nas Organizações Internacionais:

1. Relatórios periódicos.

2. Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.

3. Reclamações: modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais.

III. Processo Decisório das Organizações Internacionais:

1. A regra da unanimidade.

2. As maiorias simples e especial.

3. O veto.

4. O voto proporcional.

5. A técnica do consenso e suas aplicações.

IV. Capacidade das Organizações Internacionais de concluir Acordos:

1. "Treaty-making power" explícito e implícito.

2. Relação entre a personalidade internacional e o "treaty-making power".

3. Extensão funcional do "treaty-making power".

V. Delimitação de Competências nas Relações entre Organizações Internacionais e Estados-Membros:

1. As jurisdições internacionais.

2. O domínio reservado dos Estados:

a) Na prática dos órgãos políticos das organizações internacionais.

b) Na prática dos órgãos judiciais das organizações internacionais.

VI. Atos das Organizações Internacionais:

1. Natureza jurídica.

2. Conteúdo e classificação das resoluções.

3. Efeitos das resoluções.

4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade VIII

Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais.

I. O Problema Básico da Jurisdição Compulsória.

II. A questão da Eficácia dos Meios de Solução Pacífica.

III. Interação ou Complementariedade dos Meios de Solução Pacífica.

IV. Observações quanto à Distinção entre Conflitos "Políticos" e "Jurídicos".

V. Meios Políticos de Solução Pacífica:

1. Negociação Direta.

2. Sistema consultivo: congressos e conferências.

3. Conciliação.

4. Investigação; "fact-finding" e comissões de inquérito.

5. Bons Ofícios.

6. Mediação.

VI. A Solução Arbitral:

1. Origem e evolução histórica.

2. O processo arbitral.

3. Sentença arbitral: natureza jurídica, efeitos, nulidade; avaliação.

VII. A Solução Judicial:

1. Evolução histórica.

2. Estrutura e funcionamento da Corte Internacional (Corte Permanente de Justiça Internacional e Corte Internacional de Justiça):

a) Problemas de competência.

b) Processo: iniciação, fases escrita e oral; demais questões processuais.

c) Julgamentos: natureza jurídica, efeitos, implementação.

d) Pareceres.

3. Visão panorâmica da jurisprudência da Corte Internacional (CPIJ e CIJ); avaliação.

VIII. Perspectivas da Solução Pacífica: Os Trabalhos Correntes do Comitê Especial da Carta das Nações Unidas e do Fortalecimento do Papel da Organização.

Unidade IX

Regulamentação do Uso da Força no Plano Internacional.

I. Evolução Histórica (Congresso de Viena; Conferência de Paz de Versalhes; Pacto Briand-Kellogg; Conferência de San Francisco).

II. Empregos da Força Excepcionalmente Permitidos pela Carta e Prática da Organização das Nações Unidas:

1. Cláusulas relativas aos antigos Estados inimigos.

2. Legítima defesa.

3. Aplicação do direito de autodeterminação dos povos.

4. Medidas coercitivas recomendadas pelos órgãos competentes.

III. O Estatuto Internacional de Agressão (Definição da ONU de 1974):

1. "Travaux préparatoires".

2. Conteúdo da Definição.

3. Implicações.

IV. Referência à Doutrina Drago e outras Manifestações relativas ao Princípio do Dever de Não-Intervenção.

V. A renúncia ao Uso da Força nas Relações Internacionais:

1. Os trabalhos correntes do Comitê Especial da ONU sobre o Fortalecimento da Eficácia do Princípio do Não-Use da Força nas Relações Internacionais.

2. O Projeto corrente da ONU de Tratado Mundial sobre o Não-Use da Força nas Relações Internacionais.

Unidade X

Codificação e Desenvolvimento Progressivo do Direito Internacional Público.

I. Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930:

1. Temas tratados.
2. Resultados.
- II. A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.
- III. A Obra da Comissão Jurídica Interamericana da OEA.
- IV. A Obra de Associações Científicas:
 1. Institut de Droit International.
 2. International Law Association.
- V. Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional:
 1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.
 2. Repertórios da prática das organizações internacionais.
- VI. Perspectivas.

ECONOMIA

(Raphael Valentino Sobrinho)

(Cezar Augusto de Souza Lima Amaral)

I. Introdução

1. A economia nacional moderna como tipo ideal. Elementos modernos e não-modernos nas sociedades contemporâneas. A sociedade capitalista, a sociedade socialista e a economia mista. A reprodução populacional, a reprodução de riqueza e a integração nacional. Os atores da vida econômica: mecanismos de preços e planejamento. Os dois tipos de economia de mercado: a economia industrial ("full cost principle") e a economia agrícola. As economias "fixprice" e as economias "flexprice". Os antecedentes históricos das economias "fixprice". As camadas múltiplas das economias de mercado. As quatro categorias de países do mundo contemporâneo.

2. Objeto e método da economia. O método histórico e o método geométrico. Os instrumentos da análise teórica. Economia positiva, economia normativa e política econômica. Os problemas da teoria econômica. Apreciação sucinta das etapas históricas da ciência econômica. As quatro revoluções científicas da ciência econômica: os cameralistas e os mercantilistas, os fisiocratas, a economia clássica, o keynesianismo. As origens da presente "crise da teoria econômica".

3. Demanda e oferta: o mecanismo do mercado. Concorrência perfeita e imperfeita. Deslocamentos na curva da demanda. Deslocadores da demanda. Deslocamentos da oferta. Deslocadores da oferta. Avaliação preliminar do mecanismo do mercado.

4. A ação econômica do governo. O crescimento das despesas governamentais. Os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. As funções econômicas do governo. Os impostos.

5. Organização e funcionamento das empresas privadas. Organizações comerciais. Noções de contabilidade comercial. Mercados financeiros.

II – A Atividade Econômica no Quadro Nacional

1. As categorias de sujeitos econômicos. Os planos e decisões dos sujeitos

econômicos. Morfologia da atividade econômica: sistemas e tipos de organização. A estrutura da economia nacional.

2. Os conceitos básicos da contabilidade nacional. A medida do produto nacional e de renda nacional. O mercado como uma maneira de medir a produção. As duas óticas: despesa e renda. Produto nacional: a ótica da despesa. Produto nacional bruto e produto nacional líquido: a consideração da depreciação. O impacto dos impostos sobre a produção e sobre o consumo. Outras medidas da renda: renda pessoal e renda pessoal disponível. A construção do índice de preços. Valor adicionado.

III – Análise Macroeconômica

1. Revisão crítica da distinção entre micro e macroeconomia. As dificuldades da análise macroeconômica e os riscos do pensamento agregativo. Os instrumentos da análise macroeconômica.

2. Equilíbrio com desemprego. Teoria keynesiana, oferta agregada e demanda agregada. Gastos em consumo pessoal: a propensão marginal a consumir. Variação na demanda por investimentos: o multiplicador. Poupança e investimento. A economia clássica: equilíbrio com pleno-emprego. O paradoxo da frugalidade. Poupança e investimento na teoria clássica: A lei de Say.

3. Política fiscal. Gastos do governo: política fiscal restritiva. Impostos. Estilizadores fiscais automáticos. Entrave fiscal. O orçamento de pleno-emprego e o orçamento anualmente equilibrado. A dívida pública. Variações equilibradas nos gastos do governo e na tributação. O multiplicador numa economia com impostos.

4. A moeda e o sistema bancário. As funções da moeda. A moeda na economia brasileira. M2 e quase-moedas. O banco comercial como empresa. O sistema bancário brasileiro. Os bancos comerciais e a criação de moeda.

5. O Banco Central e os instrumentos de política monetária. O Sistema Financeiro Nacional. Operações de mercado aberto. As taxas de juros. A taxa de desconto. Os encaixes compulsórios.

6. As grandes questões macroeconômicas contemporâneas. O impacto das políticas fiscal e monetária sobre a demanda agregada. A coexistência entre inflação e desemprego. As flutuações da atividade econômica. Política de ajustamento contínuo *versus* política de metas fixas.

III. Análise Microeconômica

1. Demanda e oferta: o conceito de elasticidade. Os determinantes da elasticidade. Elasticidade da demanda. Elasticidade da oferta.

2. Demanda e utilidade. Equilíbrio do consumidor. Curvas de indiferença.

3. Custos e ofertas a curto prazo e a longo prazo. A definição de custos. O excedente do produtor.

4. O mercado perfeitamente competitivo. O paradoxo do valor. Concorrência perfeita e eficiência econômica. Níveis de produção não-eficiente. Competitividade e distribuição de renda. Problemas governamentais de sustentação de preços agrícolas. O ciclo da teia de aranha.

5. Monopólio. Origem. Monopólio natural: a importância das condições de custo. A receita marginal do monopolista. Produção e preço do monopólio. Eficiência e limitações do monopólio. Políticas governamentais antimonopólio. O monopólio discriminador.

6. O oligopólio. Elementos de estabilidade num oligopólio. Concorrência extrapreço.

7. Salários numa economia perfeitamente competitiva. Demanda por trabalho e produtividade. Produtividade marginal e repartição da renda. Os efeitos de um salário mínimo. A "mão invisível" num mercado de trabalho perfeitamente competitivo.

8. Salários em mercados de trabalho imperfeitos. Sindicatos de trabalhadores: o exercício do poder de mercado do lado da oferta do mercado. Monopsonio: poder de mercado do lado da demanda do mercado de trabalho. Monopólio bilateral.

9. Desigualdades de renda. Distribuição justa de renda. Livre-mercado e igualdade. A igualdade como meta. A igualdade segundo Rawls.

10. O mecanismo e os sistemas económicos socialistas. O pensamento económico de Karl Marx: mais-valia e luta de classes; a criação da mais-valia como um processo social. Os três circuitos do capital. A reprodução simples e a reprodução ampliada. A taxa declinante de lucro. As economias centralmente planificadas: visão geral.

ESPAÑHOL

Kori Y. Carrasco Dorado Costa
Encarnación Ponce Lopes de Pesquero

Objetivos

— Dar ao aluno um conhecimento básico ativo do idioma, que possibilite seu posterior desenvolvimento tanto no meio social como profissional.

— Orientar o aluno no uso da língua oral ou escrita, o mais corretamente possível, desenvolvendo a adequação e a ampliação vocabular.

Conteúdo Programático

I. Introdução ao estudo da língua castelhana:

- Nascimento e evolução
- Castelhano e espanhol
- Diferenças dialetais: Espanha, Espanha-América

II. O som:

- Ponto e modo de articulação
- Vogais e consoantes
- Oposição r/rr, yeísmo, fonemas /l/, /g/, /z/, /s/, /v/ e /b/
- Ditongos e tritongos em espanhol

III. O acento e a entonação:

- Regras
- Entonação enunciativa, exclamativa e interrogativa

IV. Artigo:

- Determinado e indeterminado
- Neutro *Lo*

V. Pronomes:

- Pessoais sujeitos
- Complementos
- Plurais fictícios
- Objetivação do discurso no 3º campo
- Possessivos
- Demonstrativos
- Relativos

VI. Advérbios:

- De tempo
- De modo
- De quantidade
- De afirmação
- De negação
- De dúvida

VII. Adjetivos:

- Gênero e número
- Casos especiais

VIII. Substantivos:

- Gênero e número

IX. Verbo:

- Formas pessoais
- Formas não-pessoais
- Conjugação: simples e composta
- Verbos regulares
- Verbos irregulares

X. Interjeição

XI. Preposição

XII. Conjunção

XIII. Sintaxe elementar

XIV. Abreviações

INGLÈS

(James Crawford Ferguson
Patrick Kevin Redmond
Sara Walker, Marcel Fortuna Biato)

Students will be arranged in two groups on an alphabetical basis. There will be no difference in level between the groups, which will both follow the same programme. Weaker students will be expected to attend two optional courses on Friday mornings.

The main emphasis of the First-Year course will be on the development of oral skills, through regular major projects. These will take the form of simulated negotiations, often based on situations set out in the manual "Assignment Mornesia" and of conferences or debates on Brazilian and international problems. Simulations will normally be held in negotiating rooms, with full use of microphones and sound and video recording, to allow students to evaluate their own performances and to get feedback on their strong and weak points.

In addition, written assignments will be set, often based on the oral projects, and grammar revision will be dealt with on a remedial basis, as necessary. Students with pronunciation problems will be given the opportunity to attend a weekly phonetics course.

The English File

Since classwork will emphasize oral skills, students are expected to maintain, develop and improve their own written skills by means of an English File. This file should contain all texts and exercises used in class, notes and speeches prepared for simulations, and any extra work done on the student's own initiative. Work for the file may take any suitable form, such as creative writing, compositions, commentaries on articles read for other courses, etc. These exercises should be submitted regularly for evaluation and correction by the teachers. The File as a whole will be evaluated at the end of the year and will count for 30% of the mark for the Final Written Test.

Evaluation

Students are warned that, as they have not all had equal opportunities of attaining a high level of English before entering the Instituto Rio Branco, marks will reflect level of effort and preparation, and level of progress, in addition to level of English. For the oral simulations, the emphasis will be on fluency and good communication in English (although correct English will also to some extent be considered). In written tests, the emphasis will be on correct English, good use of vocabulary and a wide range of structures, and on good presentation of ideas.

FRANÇAIS

Clarisse F. da Silva
Alain Bertrand
Ileana G. Fadul
Jean-François Cleaver
Jean-Paul Lefèvre
Pierre Robert Laure

lère. année

L'objectif de l'étude du français en première année est de réviser et d'enrichir les structures du français ainsi que d'introduire la langue et la thématique diplomatiques.

A cet effet, l'étudiant apprendra à identifier l'interrelation entre deux ou plusieurs interlocuteurs (audition de dialogues), leurs intentions énonciatives, les niveaux de langue et les rapports entre la langue écrite et la langue orale entre la langue orale familière et la langue orale dans les relations diplomatiques.

Les modules I et II ont pour but d'enseigner à l'élève à s'exprimer oralement et par écrit, en langue française, dans sa vie professionnelle; ils porteront sur les besoins langagiers du diplomate et viseront à l'acquisition d'une langue véhiculaire et professionnelle.

1er. semestre

MODULE I – L'EXPRESSION EN LANGUE FRANÇAISE DANS DES SITUATIONS DE LA VIE DIPLOMATIQUE (Relations multilatérales)

MODULE II – L'EXPRESSION EN LANGUE FRANÇAISE DANS DES SITUATIONS DE LA VIE DIPLOMATIQUE (Relations bilatérales)

Les situations, prises dans "Le Français des Relations Internationales", donneront lieu à des exercices divers, une partie de ceux-ci étant pris dans le manuel, d'autres préparés par les professeurs et complétés par l'étude de documents authentiques et d'actualité.

Parallèlement, se déroulera le

MODULE III – APPROCHE EXPLICITE DE LA LANGUE (Facultatif)

L'objectif de ce module est de donner, aux étudiants n'ayant pas suivi un enseignement régulier, un cadre qui leur permette de structurer leurs acquisitions linguistiques.

Il comporte l'étude des structures de base choisies parmi celles qui présentent des difficultés particulières constatées chez les lusophones. Cette étude sera éminemment pratique: les étudiants feront des exercices structuraux et

des traductions de phrase en suivant la progression de la GRAMMAIRE DU FRANÇAIS CONTEMPORAIN, de CHEVALIER, BLANCHE-BENVENISTE, ARRIVÉ & PEYTARD.

2ème. semestre

MODULE III – L'ACTE DE LIRE ET DE S'EXPRIMER ORALEMENT EN FRANÇAIS

1. Lecture expressive (rythme, intonation, ponctuation, etc.);
2. Expression orale du factuel, du doute, de la causalité, du discours rapporté, de l'éventualité, de la restriction;
3. Résumés écrits et oraux de textes lus et/ou écoutés;
4. Préparation de compte-rendu à partir d'exposés oraux, de conférence, etc.

Parallèlement, se déroulera le

MODULE IV – L'ACTE D'ÉCRIRE EN FRANÇAIS

1. Exercices de niveaux de langue;
2. Exercices pour reconnaître l'organisation de documents écrits (étude de plans);
3. Résumés, commentaires composés de documents écrits;
4. Préparation de compte-rendus à partir de documents écrits;
5. Usage approfondi de dictionnaires et d'encyclopédies; recherches du vocabulaire.

INTRODUÇÃO À DIPLOMACIA

(Lauro Escorel de Moraes)

- I. Gênese e conceito da diplomacia.
- II. Evolução histórica da diplomacia.
- III. Qualidades pessoais e aptidões profissionais do diplomata.
- IV. A diplomacia tradicional e a diplomacia moderna.
- V. A profissão diplomática: características e exigências.
- VI. O quotidiano diplomático: na Secretaria de Estado e no Exterior, na área consular e na área diplomática.
- VII. A diplomacia bilateral e a negociação diplomática. Deveres e atribuições dos agentes diplomáticos.
- VIII. A diplomacia multilateral: as conferências regionais e internacionais.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA (*Técnicas e Modalidades de Negociação*)

(Clodoaldo Hugueney Filho)

- Considerações gerais sobre táticas, técnicas e modalidades de negociação.

- *A negociação Bilateral*:
A negociação econômica;
A negociação política;
Formas de implementação.
- *A negociação multilateral*:
Características dos principais foros multilaterais;
Formas de atuação multilateral;
Forma e conteúdo das decisões multilaterais.

Avaliação

Haverá uma simulação de debate internacional, com base na qual será dada nota, com peso 1.

PRÁTICA CONSULAR

(Jadriel Ferreira de Oliveira)

- 1ª aula: O Serviço Consular/Assistência e Proteção a Brasileiros.
- 2ª aula: Atos de Registro Civil e Tabelionato/Nacionalidade.
- 3ª aula: Serviço Militar/Símbolos Nacionais.
- 4ª aula: Assuntos Eleitorais/Atos Referentes à Navegação.
- 5ª aula: Tratamento Alfandegário/Renda Consular.
- 6ª aula: Passaportes/Vistos em Passaportes Estrangeiros.

HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS

(Gerson Machado Pires Filho, João Almino de Souza Filho
Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares)

- I – A Tradição Clássica
 - *Ethos e Pólis* no pensamento clássico da Grécia. Platão (c. 428-347) e Aristóteles (c. 384-322).
 - *A República* no pensamento helenístico latino. Cícero (106-43 a.C.).
 - Colóquio sobre *A República*, de Platão.
- II – A Tradição Judeu-Cristã
 - A filosofia helenística judaica. Filon, o judeu (c. 30 a. C.-45 d.C.).
 - A patrística da Igreja africana. Tertuliano (c. 160-220) e Santo Agostinho (354-430).
 - Escolástica e Direito Natural. Santo Tomás de Aquino (c. 1225-1274).

III – O Início da Modernidade

- Colóquio sobre *O Príncipe*, de N. Maquiavel (1469-1527).

IV – A Tradição da Modernidade

- *Utopia e Antiutopia*. More. La Boétie. Colóquio: *A Cidade do Sol* (1602), de T. Campanella.
- *O Contrato Social*. Althusius, Hobbes, Lock e Rousseau. Colóquio: *O Contrato Social* (1762), de J.-J. Rousseau.
- *Iluminismo, antiiluminismo e Revolução*. Montesquieu, B. Constant, Saint-Just. Colóquio: *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), de A. de Tocqueville.
- *Intelligentsia e Luta de Classes em 1848*. Tocqueville, Herzen, Vitor Hugo e K. Marx. Colóquio: *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852), de K. Marx.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

(Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares)

(Luiz Fernando Freitas Ligiéro)

I

1. Determinantes da política externa

- 1.1. A idéia de nação
- 1.2. A noção de desenvolvimento
- 1.3. Estado e burocracia
- 1.4. Ocidente e Terceiro Mundo

2. O pensamento de Araújo Castro

3. A política externa brasileira: Período Geisel

A política externa brasileira: Período Figueiredo

A política externa da Nova República

II. Conferências: Além das aulas dedicadas ao estudo do Programa acima, o curso da Política Externa Brasileira Contemporânea compreenderá 8 (oito) períodos que serão utilizados para conferências sobre os seguintes temas:

O BRASIL E O MUNDO NA DÉCADA DE 80

- 1. O conflito Leste-Oeste e a visão brasileira.
- 2. Diálogo Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul.
- 3. Relações Brasil-Estados Unidos e Canadá.
- 4. Relações Brasil-América Latina.
- 5. Relações Brasil-África Subsáfrica.
- 6. Relações Brasil-Europa Ocidental e Europa Oriental.
- 7. Relações Brasil-Ásia.
- 8. Relações Brasil-Oriente Médio.

PORTUGUÊS – EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

(Stella Maris Bortoni)

Unidade I

A variação no português brasileiro; aspectos histórico-sociais da formação

da língua; o processo de padronização, norma culta; níveis de formalidade; o purismo.

Unidade II

Regras variáveis da sintaxe do português culto do Brasil, com ênfase na sintaxe de colocação e regência. Revisão gramatical.

Unidade III

A leitura crítica: questões de fato, de valor e conceituais; o pensamento lógico; pressuposições; operações de pensamento; implícitos discursivos; a organização argumentativa.

Unidade IV

A técnica de redação; formas de discurso; métodos expositivos; métodos argumentativos; normas técnicas.

Unidade V

A expressão e a comunicação oral; as condições de produção do discurso; princípios de pragmática: o princípio da cooperação e o princípio da polidez; a exposição; o debate.

PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

(Dad Abi Chahine Squarisi)

Unidade I

Revisão:

Verbos ser, estar, ter (e derivados) e haver no modo indicativo. Expressões empregadas com o verbo ser: é verdade, é possível, é difícil, é fácil, é necessário, é impossível, é claro, é certo, é importante.

Expressões empregadas com estar com.

Expressões empregadas com o verbo ter, ter que.

Pronomes possessivos.

Artigos definidos e indefinidos. Combinação das preposições de, em e por.

Unidade II

Revisão:

Verbos regulares no modo indicativo. As oposições no sistema das três conjugações.

Numerais.

Horas. Dias da semana. Meses.

Pronomes demonstrativos. Combinação com as preposições de, em.

Unidade III

Verbo pôr e seus derivados no modo indicativo.

Expressões usadas com o verbo pôr.

Adjetivo: grau comparativo.
Pronomes indefinidos.

Unidade IV

Verbos irregulares da 1ª conjugação no modo indicativo.
Pronomes pessoais. Colocação dos pronomes átonos.
Adjetivo: grau superlativo.

Unidade V

Verbos irregulares da 2ª conjugação no modo indicativo.
Formas impessoais do verbo fazer.

Unidade VI

Verbos irregulares da 3ª conjugação.
Plural das palavras terminadas em vogal, ão, il, ul, em.

Unidade VII

Presente do subjuntivo dos verbos regulares.
Oração principal cujos verbos exigem o emprego do presente do subjuntivo.
Expressões e conjugações que exigem o emprego do presente do subjuntivo.

Unidade VIII

Presente do subjuntivo dos verbos irregulares.
Diminutivo e aumentativo dos nomes.

Unidade IX

O imperativo.
Sintaxe do artigo.

Unidade X

Imperfeito do subjuntivo.
O emprego do imperfeito do subjuntivo com expressões impessoais.
O emprego do imperfeito do subjuntivo após certos verbos e conjunções.

Unidade XI

Futuro do subjuntivo.
Sintaxe do pronome possessivo.
O pronome átono com valor possessivo.
O valor afetivo do possessivo.
O emprego do possessivo junto a expressões de tratamento.

Unidade XIII

Gerúndio e particípio.
Emprego do gerúndio como auxiliar.

Emprego do particípio com os auxiliares ter, haver, ser e estar.
Voz passiva.

Unidade XIV

Tempos compostos do indicativo.
Formação de palavras. Estudo dos sufixos:
-ção e -são: provação, destruição, construção, ficção, compreensão;
-ança e -ância: mudança, constância
-ença e -ência: presença, ausência
Regência dos verbos AJUDAR, ASPIRAR, ASSISTIR
Concordância nominal:
silepse
um e outro
nem um nem outro
meio
o emprego de nós por eu, e de vós por tu.

Unidade XV

Formação de palavras. Estudo dos sufixos:
-eiro: padeiro
-eza: beleza
-aria: cavalaria, livraria
-al: laranjal
-ada: boiada, laranjada
-agem: folhagem
-eiro e -eira: açucareiro, cafeteira.
Tempos compostos do subjuntivo.
Estudo das particularidades dos verbos em -UIR, -UZIR, -CER, -EAR e -IAR
Regência dos verbos ATENDER, CHAMAR e CUSTAR.
Sintaxe do pronome pessoal. O pronome se. As combinações dos pronomes átonos.
Concordância verbal. Regras gerais. Silepse.

Unidade XVI

Formação de palavras. Estudo dos sufixos:
-ano, -ão e -eu: americano, coimbrão, europeu
-ense e -ês: cearense, português
-ista: paulista
Estudo das irregularidades dos verbos SERVIR, DORMIR, ACUDIR e AGREDIR.
Estudo das oposições no emprego dos pronomes O(S) – A(S) e LHE(S).
Regência dos verbos ESQUECER, ESFORÇAR E INFORMAR.
Concordância verbal:
o sujeito constituído por pronomes pessoais
o sujeito constituído por séries enfáticas

o sujeito ligado pela preposição com
o sujeito ligado por nem
o sujeito ligado por ou
o sujeito representado por a maioria de.

Unidade XVII

Tempos compostos do subjuntivo.

Formação de palavras. Estudo dos sufixos:

-ão, -zão e -zarrão: carrão, homenzarrão
-inho, -zinho e -im: livrinho, pezinho, flautim
-isco: chuveiro
-eco: livreco
-ote: caixote
-ejo: lugarejo
-ucho: gorducho.

Emprego dos modos e tempos nas orações integrantes e causais.

Estudo dos verbos: LER, SAIR, RIR, PERDER, MEDIR, PEDIR, OU-
VIR e VALER.

Regência dos verbos: LEMBRAR, OBEDECER e PAGAR.

Sintaxe dos pronomes indefinidos.

Concordância verbal:

sujeito representado por mais de um
sujeito constituído por quais de vós
sujeito constituído por pronome relativo.

Unidade XVIII

Formação de palavras. Estudo dos sufixos:

-vel: amável
-oso: preguiçoso
-onho: medonho
-engo: mulherengo
-douro: vindouro
-izar: formalizar
-ecer: anoitecer
-escer: florescer
-mente: otimamente.

Emprego dos modos e tempos nas orações temporais.

Estudo da formação do presente do subjuntivo dos verbos: PODER, FA-
ZER, TRAZER, DIZER, VER, VIR, PÔR, TER, SER, ESTAR, HAVER,
QUERER, SABER, IR, DAR.

Os verbos abundantes. Os verbos com participio irregular.

Colocação dos pronomes. A próclise e a ênclise junto a uma locução ver-
bal.

Regência dos verbos PERDOAR, PREFERIR e PREVENIR.

Sintaxe dos pronomes relativos.

Concordância na passiva pronominal.

Unidade XIX

Estudo da formação de palavras. Casos de:

regressão: a pesca, o grito

abreviação: foto

reduplicação: reco-reco

conversão: um não, dar o sim

O emprego dos modos e tempos nas orações concessivas e finais.

Verbos que apresentam, excepcionalmente, na 2ª pessoa do plural, a de-
sinência — DES, no presente do indicativo e do subjuntivo.

Colocação do pronome átono. A mesóclise.

Regência dos verbos QUERER, RENUNCIAR e RESPONDER.

Os casos de concordância com o verbo SER.

Emprego das principais preposições. Crase.

Unidade XX

Formação de palavras. A composição:

subst. + subst. : couver-flor

subst. + adjet. : obra-prima

adjet. + adjet. : surdo-mudo

verbo + subst. : lança-chamas

verbo + adv. : pisa-mansinho.

Emprego dos modos e tempos nas orações condicionais.

Estudo das seguintes irregularidades:

verbos que perdem a vogal final na 3ª p. sing. do Pr. Ind.

verbos com a 1ª p. s. do Pr. Ind. em ou

verbos com a 3ª p. p. do Pr. Ind. em ão

verbos com irregularidade no Pret. Imp. Ind.

verbos com irregularidade no Futuro do Ind.

verbos com hiato na 3ª pess. pl.: creem, dêem, lêem, vêem.

O contraste entre as formas tem/têm, contém/contêm

A colocação dos pronomes átonos junto ao infinitivo.

Regência dos verbos SOCORRER, SUCEDER, VISAR.

Emprego dos advérbios.

Concordância com os verbos impessoais.

Unidade XXI

O infinitivo flexionado.

Estudo dos prefixos.

Acentuação gráfica.

29º ANO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(Gelson Fonseca Junior)

A. Programa:

I. Relações Internacionais como Campo de Estudo

1. Conteúdo e limite do campo de estudo

- Conceção sobre relações internacionais.
 - Relações Internacionais e Ciências Sociais.
 - Teoria, política e ideologia.
- 2. Níveis de análise
- 3. Métodos e técnicas de análise
- II. Teorias de Relações Internacionais
 - 1. Teorias Clássicas
 - 2. Teorias Contemporâneas
 - Teorias gerais (realismo, idealismo, teoria de sistemas, marxismo, dependência).
 - Teorias sobre problemas particulares.
- III. Atores do Sistema Internacional
 - 1. O Estado
 - O Estado como ator fundamental.
 - Objetivos do Estado no sistema internacional.
 - Condições internas da política externa.
 - O problema do poder e da força.
 - As formas de agir: a diplomacia.
 - As formas de agir: pressão e uso da força.
 - Processo decisório.
 - Ideologias: a questão do nacionalismo.
- IV. Sistema Internacional
 - 1. Formas e interação entre Estados: conflito, cooperação e integração.
 - 2. A organização do sistema internacional: simetria e assimetria.
 - 3. As relações internacionais como relações de poder: balança do poder e suas diversas configurações.
 - 4. As macroestruturas internacionais no século XX e os subsistemas econômico, militar e político.
- V. Temas Contemporâneos de Relações Internacionais
 - 1. Relações Leste-Oeste
 - 2. Relações Norte-Sul
 - 3. Subsistemas regionais: o europeu, o interamericano, o latino-americano, o do Oriente Médio, o asiático e o africano.
 - 4. Desarmamento
 - 5. Papel das organizações internacionais: as Nações Unidas e OEA.
 - 6. O não-alinhamento.
- VI. Análise Acadêmica da Política Externa Brasileira.
- B. *Bibliografia:*
 - 1. *Leituras obrigatórias*
 - Merle, M. — *Sociologia das Relações Internacionais*, UnB, 1982.
 - Sardenberg, R. — *Estudo das Relações Internacionais*, UnB, 1983.
 - Lafer, C. — *Paradoxos e Possibilidades*, Nova Fronteira, 1982.

Conferências do Ministro de Estado na ESG (1979 a 1986) e Discursos na Assembléia Geral das Nações Unidas.

- 2. Uma *bibliografia adicional* será apresentada à medida da evolução do curso. Recomenda-se a leitura da *Nota bibliográfica* que encerra o texto de Sardenberg.

Como textos complementares, assinale-se a série da UnB, *Curso de Relações Internacionais*, publicada pelo Decanato de Extensão.

C. *Seminários:*

- 1. *Formato:* grupos de dois ou três alunos; apresentação oral numa aula (1 hora + 30 minutos de debate, com debatedores escolhidos previamente); texto escrito individualizado do segmento que foi objeto de apresentação oral: *máximo de dez páginas*.
- 2. *Temas:* A serem escolhidos entre os seguintes:
 - A. *Análise de textos* (2 grupos)
 - a. clássicos (ex.: A Paz Perpétua) ou b. ocidentais (ex.: Aron, Carr, Deutsch) ou c. terceiro mundo (ex.: o pensamento dos fundadores do Não-alinhamento; a teoria da descolonização, etc.).
 - B. *Discussão* sobre os capítulos da segunda parte do texto de Marle, o *MEIO INTERNACIONAL*, adaptando-o à realidade brasileira contemporânea (2 grupos) (ex.: fatores econômicos e ideológicos como condicionantes da diplomacia brasileira).
 - C. *Os subsistemas internacionais:* discussão do cap. III de Sardenberg (1 grupo).
 - D. *Crises contemporâneas e a reação brasileira* (2 grupos) (ex.: Cuba, República Dominicana, Malvinas, Médio Oriente, etc.; comparar a ação diplomática em duas crises).
 - E. *A problemática internacional da América Latina em nossos dias:* formas de cooperação e conflito (2 grupos).
 - F. *EUA/URSS nos anos oitenta: a dimensão estratégica* (2 grupos).
 - G. *Análise de textos sobre diplomacia brasileira contemporânea* (Jaguaribe, Lafer, Selcher, etc.) (2 grupos).
 - H. *A crise do sistema econômico e suas implicações para a ação diplomática dos países do Terceiro Mundo* (2 grupos).

D. *Avaliação:*

Baseada nos seminários (apresentação oral e texto) e em uma prova final, os dois exercícios tendo pesos iguais.

SOCIOLOGIA POLÍTICA

(Paulo Roberto de Almeida)

Introdução: A SOCIOLOGIA POLÍTICA COMO DISCIPLINA ACADÊMICA

I. Ciência Social e Teoria Política

1. A Emergência da Sociologia Política
2. A Sociologia Política como Análise Comparativa

Parte A. TEORIAS E MODELOS EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

II. Teorias do Poder e da Autoridade

1. Natureza e Fontes do Poder Político
2. Limites do Poder: a teoria da separação dos Poderes
3. Legitimação: ideologia e representação política
4. Poder e Autoridade: Marx e Weber

III. Teorias do Estado e da Sociedade Civil

1. Estado e Sociedade Civil: conceitos e modelos
2. O Problema do Estado na Teoria Política
3. O Modelo da Superestatização: o poder da burocracia
4. O Modelo da Subestatização: o poder da sociedade civil

IV. Teorias do Desenvolvimento Político

1. Desenvolvimento Político: conceito e pressupostos
2. Teorias da Modernização: o paradigma da continuidade
3. Teorias do Subdesenvolvimento: o paradigma da mudança
4. Teorias da Revolução: o paradigma da ruptura

Parte B. SISTEMAS E PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

V. Os Sistemas Políticos

1. Tipologia dos Regimes Políticos
2. Formas do Estado: análise comparativa
3. Partidos Políticos e Grupos de Pressão
4. Classes Sociais e Poder Político
5. O Processo de Decisão nos Sistemas Contemporâneos

VI. O Processo de Desenvolvimento Político

1. Desenvolvimento do Estado Moderno: visão histórica
2. Poder Econômico e Democracia Social
3. Democracia e Autoritarismo na Sociedade Moderna
4. O Projeto Democrático nos Países em Desenvolvimento

VII. A Moderna Ordem Democrática

1. A tradição Liberal
2. A Crítica Conservadora
3. A Crítica Revolucionária
4. As Afinidades Eletivas
5. O Futuro da Democracia

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL

(Rubens Ricupero)

Sergio França Danese)

Conteúdo do Curso

I. Introdução:

- conteúdo do curso
- metodologia
- objetivos
- avaliações
- orientação geral
- recomendações
- distribuição de material de leitura
- fixação de datas das avaliações

II. A diplomacia do país independente:

- características gerais

III. A política territorial:

- princípios e tratados fundamentais

IV. Visão geral da diplomacia do Império

V. A diplomacia da República Velha e a continuidade da tarefa diplomática

VI. O Brasil e o multilateralismo nascente:

- as Conferências pan-americanas
- a Conferência de Haia
- o Brasil e a Liga das Nações

VII. A diplomacia do Primeiro Governo Vargas:

- aspectos políticos
- 1. O Brasil e os blocos de poder na década de 30
- 2. O Brasil e as questões de limites na América Latina

VIII. A diplomacia do Primeiro Governo Vargas:

- a crise da dívida externa e a moratória de 1937

IX. A diplomacia do Governo Dutra

X. A diplomacia do Segundo Governo Vargas

XI. Desenvolvimento e diplomacia com Juscelino Kubitschek

XII. A Política Externa Independente:

- quadro geral
- a etapa janista
- a etapa janguista

XIII. A política externa de Castelo Branco

XIV. A diplomacia da prosperidade de Costa e Silva

XV. A política externa do período Médici

XVI. A política externa do Governo Geisel

XVII. A política externa do Governo Figueiredo

XVIII. Conclusões:

- tendências contemporâneas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INTERNACIONAL (Luiz Augusto de Castro Neves)

I. Introdução — Macroeconomia — um modelo macroeconômico simplificado. *Macroeconomics*, T. Dernburg & D. Mc Dougall).

II. A Caracterização do Subdesenvolvimento (*Os Países Subdesenvolvidos*, Yves Lacoste).

III. Conceituação de Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento e Crescimento.

IV. Modelos de Crescimento Econômico — Características.

V. As Estratégias de Crescimento e o seu Impacto no Desenvolvimento Econômico dos chamados países em desenvolvimento.

VI. As Inadequações dos Modelos de Crescimento *vis-à-vis* as necessidades dos P.E.D. — As Tentativas de Adaptação:

- A Substituição de Importações;
- Questão Tecnológica;
- O Crescimento Urbano.

VII. O Enfoque Histórico do Processo de Desenvolvimento.

VIII. O Comércio Exterior como instrumento do Desenvolvimento Econômico.

IX. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; A Ordem Econômica Internacional de Bretton Woods; Plano Marshall, BIRD, FMI e GATT; A UNCTAD; A Crise Financeira e Energética; Diálogo Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul.

ESPAÑHOL

(Kori Y. B. Carrasco Costa

Encarnación Ponce Lopes Pesquero)

Objetivos

- Desarrollar los conocimientos adquiridos en el transcurso del primer año, reforzando la capacidad lingüística transformativa.
- Consolidar el uso de la lengua oral y escrita con precisión y ampliación vocabular, de acuerdo a las necesidades de la carrera diplomática.
- Proporcionar una visión de la cultura y sociedad de los países hispanoamericanos, para mejorar la capacidad de observación, reflexión, análisis, crítica y comunicación para con estos países.

Contenido

- I — Uso de letras mayúsculas
 - Abreviaturas más usadas
 - Gradación del adjetivo
 - Revisión de adverbios y su gradación
 - Trabajos en textos de análisis
 - Ejercicios
- II — Tipos de oraciones
 - Voz pasiva, pasiva refleja y pseudorrefleja
 - Redacción de correspondencia diplomática
 - Redacción de artículos para periódicos
 - Orientación sobre situaciones diplomáticas creadas con relación a asuntos consulares
- III — Revisión de correspondencia oficial
 - Redacción sobre temas relativos a la carrera
 - Matices de la lengua oral y escrita, vocativos intensivos y modismos más usados
 - Formación de palabras: derivación, composición y parasíntesis
 - Traducciones y versiones, análisis comparativo de textos oficiales
 - Debates sobre temas diplomáticos

IV — Las civilizaciones precolombianas de América y sus manifestaciones literarias

- La literatura del descubrimiento de América y de la conquista (síntesis)
- La cultura y las letras coloniales (síntesis)
- La literatura y la sociedad españolas desde los Reyes Católicos hasta Felipe IV (síntesis)
- La literatura en el período de la Independencia de hispanoamérica (síntesis)
- La literatura en el romanticismo hispanoamericano, los escritores más destacados (síntesis)

V — El realismo y naturalismo hispanoamericano y la generación del 98 en España

- El modernismo (prosa y poesía): escritores más destacados (síntesis)
- La poesía y la narrativa contemporánea, desde Delmira Agustini a Mario Vargas Llosa (síntesis)
- La doble integración de la novela hispanoamericana de hoy

INGLÉS

(James Crawford Ferguson
John Stanley Trzeciak
Marcel Fortuna Biato
Sara Walker)

THE SECOND-YEAR ENGLISH COURSE

First Semester (March-July)

Since the emphasis of the First-Year Course was primarily on oral skills, some attempt will be made in the first semester of the second year to redress the balance in favour of vocabulary expansion and written skills.

There will be three compulsory courses per week for each group, as follows:

- a) *International Business Topics* (Prof. Kevin): Language and vocabulary development in professional contexts, using the coursebook of the same name.
- b) *Translation* (Prof. Kevin — Groups A & C; Prof. Jim — Groups B & D): Translation from Portuguese to English of a variety of texts on current affairs and of professional documents.
- c) *Diplomatic Activities* (Profª Sara): A variety of oral and written activities directed towards professional needs. Regular written assignments will be set.

Optional Courses

There will be optional courses in Literature, Phonetics and Conversation. Students are reminded that once they have elected to attend an Optional

Course, they will be expected to meet the same attendance criteria as for the Compulsory Courses.

Second Semester (August-November)

In the Final Semester, the English programme includes Literature, Life and Institutions as part of the main course work.

FRANÇAIS

(Clarisse Ferreira da Silva
Ileana G. Fadul Filho
Alain Bertrand
Pierre Laure
Jean-Paul Lefèvre)

2ème. Année

Après avoir acquis en 1ère année, la maîtrise de l'expression orale et écrite, en deuxième année, l'étudiant apprendra à faire les travaux qu'il devra exécuter lorsqu'il sera dans la carrière.

1er. Semestre

MODULE I — ARTICLES ET NOTES À LA PRESSE — En utilisant les plans étudiés en 1ère année, l'étudiant rédigera des articles et des notes sur des sujets d'actualité.

MODULE II — CORRESPONDANCE D'AMBASSADE

1. Note verbale, note signée, note circulaire et Aide-Mémoire;
2. Télégrammes divers (félicitations, condoléances, etc.);
3. Correspondance commerciale;
4. Correspondance personnelle (cartes de visite, lettres, invitations et leurs réponses...);
5. Compte-rendu et communiqué commun;
6. Accords.

MODULE III — DISCOURS ET ALLOCUTIONS

1. Genre de discours et plans — étude des instructions du MEM SG 278 — 27/09/1979 portant instructions pour l'élaboration de discours.
2. Retrouver le plan de discours lus (Malraux, De Gaulle). Etude du style oratoire (effets stylistiques: répétition de structures, de mots, de phonèmes...);

3. Préparation de Discours: élaboration du plan; recherche des informations; rédaction du discours; répétition de la lecture du discours; lecture au microphone.

4. Préparation d'allocutions sur des sujets divers (inauguration, ouverture d'un stand d'exposition, d'un pavillon...; de bienvenue, à un banquet, d'adieux, de remerciements... réponses).

PORTUGUÊS – CORRESPONDÊNCIA OFICIAL E MÉTODOS DE INFORMAÇÃO

(Heloisa Vilhena de Araújo)

I. Tipos de correspondência oficial do MRE:

- a) da SERE para Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior;
 - b) das repartições no exterior para a SERE;
 - c) da SERE com outros órgãos da administração pública e com entidades governamentais e não-governamentais;
 - d) da SERE com as Missões diplomáticas estrangeiras;
 - e) das repartições no exterior com a Chancelaria local e com outras entidades do país em que estão localizadas.
- Ocasões de seu uso, áreas de distribuição, andamento na SERE: em especial, o circuito exterior-SERE-andamento na SERE-exterior.

II. Métodos de Informação:

- a) como identificar, localizar e classificar um fato;
- b) 1ª informação: telegrama;
- c) 2ª informação: ofício;
- d) 3ª informação: relatório anual;
- e) outros tipos de informação;
- f) sistema articulado de diferentes informações.

III. Exercícios práticos de análise política, utilizando caso *in vitro*.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

(Luiz Augusto de Castro Neves)

I. Introdução; Comércio Internacional e Teoria Econômica; Aspectos Macroeconômicos.

II. A Evolução do Pensamento Econômico em relação ao Comércio Internacional: Mercantilismo, Liberalismo Econômico; a Revolução Industrial.

III. As Vantagens Comparativas: Adam Smith, Ricardo, Hecksher e Ohlin.

IV. Uma Teoria do Comércio Internacional: fatores de produção, funções de produção; a noção de custos; a procura no Comércio Internacional.

V. A quantificação do Comércio Internacional: o Balanço de Pagamentos, seus principais itens; o Balanço de Pagamentos e as Contas Nacionais.

VI. Barreiras e incentivos ao Comércio Internacional; tarifas, subsídios, etc.

VII. A Questão Cambial e o Comércio Internacional.

VIII. Integração Econômica: motivações, significados e mecanismos.

IX. Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico.

X. A Cooperação Econômica Internacional: origens, evolução e perspectivas.

ECONOMIA BRASILEIRA

(Arthur Vivacqua Correa Meyer)

1. *Objetivo:* O curso de Economia Brasileira visa a complementar e enriquecer as noções técnicas sobre a ciência econômica, ministrada nos demais cursos do IRBr, com o estudo de tópicos e assuntos de interesse especial para o Brasil. A presente situação da economia brasileira é complexa, em decorrência do fato de estar o País atravessando uma fase de rápidas mudanças na sua estrutura produtiva e demográfica e de ser o seu ordenamento institucional, no campo econômico, variado e pouco convencional. Situações muito diversas, em termos de estrutura produtiva, distribuição de renda, níveis de desenvolvimento regional e graus de progresso tecnológico, coexistem na economia do Brasil. Os problemas de desemprego, inflação, crescimento da renda nacional, desequilíbrio no balanço de pagamentos e distribuição de renda, bem como suas inter-relações, assumem especial relevância no caso do Brasil, justificando a existência de um curso específico sobre a matéria, como suplemento aos cursos de teoria econômica.

2. *Organização do curso:* O curso terá duração de um semestre letivo, com duas aulas semanais, de 50 minutos cada uma. A avaliação do rendimento dos alunos será feita da seguinte forma:

- a) uma prova escrita individual, no meio do semestre, com peso 4 para a nota final;
- b) uma memória ou plano referente a um trabalho escrito, explicado no item (c), a ser entregue no meio do semestre com peso 1;
- c) um trabalho escrito, de cerca de dez laudas datilografadas, em espaço 2, sobre algum tópico do programa, contendo análise comparativa com a situação de outro país ou grupo de países. O referido trabalho escrito terá peso 5 para a nota final e será apresentado no final do semestre letivo.

Os trabalhos mencionados nos itens (b) e (c) acima serão realizados em

grupos de três a cinco alunos, sendo indispensável a citação completa das fontes e referências bibliográficas utilizadas.

O curso será dividido basicamente em duas partes: a primeira, compreendendo os tópicos I a VI do Programa, e a segunda, versando sobre o tópico VII, que se subdivide em sete itens. A prova escrita individual a se realizar no meio do semestre letivo deverá versar sobre a primeira parte do Programa.

3. Programa do Curso:

I. Produto, renda e despesa nacionais no Brasil

Estrutura da produção: setores primário, secundário e terciário
Composição da Renda Nacional
Análise da demanda agregada
Evolução histórica recente

II. Variações nominal e real do Produto Interno Bruto (PIB)

Índices de preços e números índices
Comportamento recente do PIB nominal e real
Efeitos do crescimento demográfico: o PIB real *per capita*
Comparação com outros países

III. Crescimento econômico

Identidades básicas das Contas Nacionais
Modelo de Harrod-Domar: análise dos parâmetros críticos
Comparação com outros países

IV. Economia do desenvolvimento

Indicadores não-monetários
O fator demográfico
Formação de capital físico e humano
Desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil
Situações regionais

V. Distribuição de renda

Instrumental analítico: curva de Lorenz e índice de Gini
Evolução histórica recente
Função de pobreza de Fishlow e índice de Chenery

VI. Inflação e crescimento

Evolução da taxa inflacionária no Brasil e seus efeitos
Autoridades monetárias e *deficit* do setor público
Impactos sobre o setor externo da economia
Problemática da dívida externa brasileira

VII. Tópicos Especiais

a) Agricultura

Distribuição espacial das culturas

A situação da pecuária

A questão da produtividade agrícola

Problemas das culturas alimentares

b) Saúde e nutrição

Principais endemias e sua localização espacial

Indicadores de nutrição e comparação com outros países

c) Educação

Indicadores de educação e cultura

Relações entre educação, agricultura e distribuição de renda

Problemática do ensino superior

d) Ciência e tecnologia

O marco institucional

Análise dos PBDCT's e sua execução

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e comparação com outros países

e) Energia

Matriz energética brasileira

A questão do petróleo e os combustíveis da biomassa

Perspectivas futuras e comparação com outros países

f) Transportes

Problemática do transporte rodoviário e ferroviário

Problemática do transporte marítimo e fluvial

Transportes aéreos

Comparação com outros países

g) Comunicações

Situação das comunicações postais, telegráficas e telefônicas

Rádio e televisão

Comparação com outros países

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

(Ricardo Drumond de Mello)

O programa do segundo semestre do curso de Relações Econômicas Internacionais será dedicado à análise de temas protagônicos para a atuação da diplomacia brasileira. Cada tema seria apresentado em duas partes: a primeira constante da descrição e análise e a segunda, referente a alternativas de ação em foros bilaterais e multilaterais. Os alunos teriam oportunidade de se familiarizar com a bibliografia de referência, de cunho acadêmico, e com trabalhos realizados no Itamaraty. O sistema de aferição consistiria em duas provas escritas sobre temas já abordados. Mais do que propriamente veicular uma posição oficial, procurar-se-ia estimular reflexões sobre alternativas de ação, a serem analisadas à luz da evolução conjuntural à época de cada estudo. Os temas seriam os seguintes (em parênteses o número de aulas):

— Dívida externa brasileira (2)

— histórico

— o mercado financeiro internacional — suas instituições

- as negociações de 1982/83
- o Processo de Cartagena
- A situação econômica da América Latina (1)
- Relações Econômicas com a Argentina (1)
- Mercados para a exportação brasileira — experiência de promoção comercial (1)
- A política monetária e fiscal dos Estados Unidos (1)
- O contencioso econômico-comercial com os EUA (1)
- Protecionismo (1)
 - no mercado norte-americano e na CEE
 - atuação junto ao GATT
 - a experiência de alguns países
 - a questão da transferência tecnológica (1)
 - organismos econômicos multilaterais (2)

SELA	IMO
CEPAL	CIT
ALADI	GATT
OIC	CEE
- O diálogo Norte-Sul (1)

DIREITO DOS TRATADOS

(José Francisco Rezek)

- I. Compreensão do tratado internacional.
 - § 1. Conceito de tratado.

Formalidade do acordo e realidade do resultado.
Sujeitos de direito internacional público. Efeitos jurídicos.
Regência do direito internacional. Terminologia. Base instrumental.
 - § 2. Classificação dos tratados.

Critérios formais: o número de partes e a extensão do procedimento. Critérios materiais: a natureza das normas, a execução no espaço e no tempo, a estrutura da execução. Categorias especiais: os tratados institucionais e as convenções internacionais do trabalho.
- II. Gênese do tratado internacional.
 - § 1. Processo de produção do texto convencional.
 - a. Negociação bilateral.

Roteiro e circunstâncias: iniciativa, lugar, idioma, procedimento, adoção do texto. Competência negocial: chefes de Estado e de governo, plenipotenciários, delegações nacionais, representação das organizações internacionais.
 - b. Negociação coletiva comum.

Roteiro e circunstâncias.
 - c. Negociação coletiva no interior das organizações internacionais.

Tratados negociados *stricto sensu*. Tratados produzidos por método extranegocial.

- d. Estrutura do tratado.

Preâmbulo. Dispositivo. Anexos.
- § 2. Expressão do consentimento.
 - a. Assinatura e troca de instrumentos constitutivos do tratado.
 - b. Ratificação.

Conceito. Fundamentos políticos. Competência. Discrecionalidade. Formas. Depósito.
 - c. Pressupostos constitucionais do consentimento.

Sistemas de partilha do poder convencional. O poder convencional no Brasil republicano.
 - d. Reservas.

Espécies. Previsão tópica. Formulação: competência. Objeção: efeitos. Retirada.
 - e. Vícios do consentimento.

Agravo ao direito público interno. Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador. Coação sobre o Estado.
- § 3. Entrada em vigor.
 - a. Sistemas e situações especiais.

Vigência contemporânea do consentimento.
Vigência diferida. Problema das cláusulas finais.
Vigência provisória.
 - b. Registro e publicidade.

O sistema da Sociedade das Nações. O sistema das Nações Unidas. Registros regionais e especializados.
 - c. Incorporação do tratado ao direito nacional.

Noções preliminares. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.
- III. Vigência e extinção do tratado internacional.
 - § 1. O tratado em vigor.

Efeitos sobre as partes e sobre terceiros. Duração. Ingresso por adesão.
Emendas. Violação. Interpretação:
Sistemas e métodos. Conflitos.
 - § 2. Extinção dos tratados.

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). Guerra.
Mudanças circunstanciais. o *jus cogens* da Convenção de Viena.

ADMINISTRAÇÃO

(Gastão Bandeira de Mello)

- I. O Ministério das Relações Exteriores no quadro da Administração Pública Federal. A Constituição. A Reforma Administrativa.
- II. Estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores — Evolução histórica.

III. A organização geral do Ministério das Relações Exteriores na atualidade. O Regimento Interno. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Os órgãos com sede no exterior.

IV. A Carreira de Diplomata. Regime Jurídico. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. O Plano de Classificação de Cargos.

V. A hierarquia funcional. A evolução numérica dos quadros. A estrutura piramidal da carreira.

VI. Legislação específica da Carreira de Diplomata. Recrutamento. Progressão funcional. Remoção. Agregação. Casamento. Quadro Especial.

VII. Análise comparativa com a estrutura de outros principais serviços exteriores e seus respectivos quadros diplomáticos.

VIII. Os Oficiais de Chancelaria e demais funcionários administrativos.

IX. O orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Os critérios administrativo e político para a distribuição de recursos. Dotações orçamentárias. O escritório do Conselheiro Financeiro em Nova York.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INFORMÁTICA (Ruy Pinheiro de Vasconcellos)

I. A reforma administrativa do Itamaraty

II. Métodos e objetivos de modernização

III. O emprego da informática no MRE:

- a) antecedentes
- b) áreas de aplicação
- c) bancos de dados
- d) o SPED como exemplo de interligação SERE/Postos
- e) efeitos da telemática sobre a ação do Diplomata
- f) aulas práticas

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

XII CAD

As provas do XII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1985, realizaram-se em fevereiro, nos dias 13 (Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE), 14 (Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira) e 17 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Ricardo Alonso Bastos
Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
Alexandre Affonso da Motta Barboza
Hadil Fontes da Rocha Vianna
Francisco Mauro Brasil Holanda
Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR E OMT DO MRE

Prática Diplomática

I — De acordo com a resolução “Uniting for Peace”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1950, se o Conselho de Segurança se abster de agir no caso de aparente ameaça à paz ou ato de agressão, devido à falta de unanimidade entre os seus cinco membros permanentes, a própria Assembleia Geral poderá avocar a si a matéria dentro de vinte e quatro horas — em uma sessão especial de emergência — e recomendar medidas coletivas, inclusive, no caso de agressão, o uso de força armada, quando necessário para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Comente a resolução “Uniting for Peace”, contextualizando-a.

II — Discorra sobre o direito de legação, sua evolução histórica e seu conceito atual.

Prática Consular

I — O Cônsul, capitão-dos-portos. Comente, criticamente, o tópico, assi-

nalando as atribuições do Cônsul como capitão-dos-portos que, em sua opinião, tornaram-se obsoletas.

II — A legalização de faturas comerciais é uma das principais atribuições da autoridade consular no exterior. É correta esta afirmação?

OMT DO MRE

1ª QUESTÃO

A Lei de Orçamento da União, em cada exercício, deve contemplar um volume global de recursos que esteja equilibrado entre as previsões para a receita e para a despesa do Tesouro Nacional. A receita decorre da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente, ao passo que a despesa procura atender às programações setoriais dos diversos órgãos da administração federal.

Em essência, como ocorre com toda a administração federal, os recursos orçamentários que são anualmente alocados ao Ministério das Relações Exteriores devem ser suficientes para a implementação de seus diversos programas de trabalho setoriais.

Responda, com brevidade, às seguintes indagações:

- como se procede à fixação da despesa no Brasil?
- qual a importância da metodologia do Orçamento-Programa no Brasil para a formulação do projeto da Lei do Orçamento anual?
- qual o mecanismo orçamentário que permitirá a um órgão da administração federal direta, como é o caso do Ministério das Relações Exteriores, alterar suas prioridades na alocação de recursos internos após a publicação da Lei de Orçamento?
- como deve o Ministério das Relações Exteriores proceder na apresentação de sua proposta orçamentária uma vez que parte substancial de seus dispêndios ocorrem no exterior e devem ser atendidos em moeda estrangeira?

2ª QUESTÃO

Explique, de maneira sucinta e clara, a diferença entre a movimentação orçamentária de recursos e a movimentação financeira.

3ª QUESTÃO

Descreva o procedimento a ser adotado pelos Chefes de Missões Diplomáticas e de Repartições Consulares brasileiras no exterior para atender ao pagamento das despesas de custeio de suas chancelarias.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

1ª PARTE

Desenvolva *uma* dentre as três questões abaixo:

1ª QUESTÃO

Na última reunião dos Chanceleres e Ministros de Finanças de 11 países latino-americanos, realizada em Montevidéu (dezembro de 1985), para o tratamento da questão da dívida externa, decidiram os Ministros de Estado a formação de um Comitê de Assessoramento, que, primeiramente, está integrado por Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela e conta com a assistência do Uruguai, na qualidade de Secretaria *pro tempore*. Procure justificativas para a formação do referido Comitê no contexto do "Processo de Cartagena" bem como especule sobre as funções que o mesmo poderia desempenhar.

2ª QUESTÃO

No segundo semestre de 1985, o governo peruano anunciou decisão de limitar o pagamento do serviço da dívida externa a 10% das receitas de exportação do país. Na última assembléia anual do FMI, o Secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, apresentou esboço de um plano para restabelecer um fluxo maior de financiamento externo. No início do corrente ano, em viagem do Presidente De la Madrid aos Estados Unidos, o governo mexicano obteve a promessa de recebimento de recursos adicionais para complementar o pagamento dos juros devidos. Procure dar uma interpretação a esses fatos, correlacionando-os com o aspecto político da questão da dívida externa.

3ª QUESTÃO

Segundo vários observadores, seriam inadequadas e insatisfatórias as atuações do FMI e do Banco Mundial na questão do reescalonamento das dívidas externas de países do Terceiro Mundo. Comente os fundamentos dessas críticas aos citados organismos internacionais de crédito.

2ª PARTE

Desenvolva *uma* dentre as três questões abaixo:

1ª QUESTÃO

As próximas Negociações Comerciais Multilaterais no âmbito do GATT, segundo seus proponentes mais entusiastas — Japão e EUA —, poderiam fomentar o livre comércio internacional e arrefecer o protecionismo não só em

termos de circulação de mercadorias, como também de serviços e investimentos estrangeiros. Por seu turno, a chancelaria brasileira, entre outras, tem encarado com cautela a proposta, no entendimento de que as negociações poderão, de fato, trazer prejuízos econômicos a países do Terceiro Mundo. Tendo em conta o problema global do balanço de pagamentos do Brasil, quais seriam os riscos potenciais ou incompatibilidades decorrentes de um tal processo de liberalização geral nos setores de bens, serviços e investimentos estrangeiros?

2ª QUESTÃO

Faça um retrato comentado sobre a situação do balanço de pagamentos do Brasil. Comente as circunstâncias externas e internas que poderiam afetar os resultados do balanço de pagamentos do Brasil em 1986 e seguintes. Para efeitos de orientação, seguem os dados preliminares referentes a 1985.

1985 – Balanço de Pagamentos em US\$ milhões

1. Balança comercial – FOB	12.400
Exportações	25.200
Importações	-12.800
2. Serviços (líquido)	-13.250
Juros	-10.400
Outros serviços	-2.850
3. Transações correntes	-700
4. Capital	1.400
Investimentos diretos	800
Financiamentos	4.449
Amortizações	-9.718
Pagas	-1.477
Refinanciadas	
(inclusive Clube de Paris)	-8.241
Empréstimos em moeda	6.379
5. Superávit	700

3ª QUESTÃO

Suponha uma entrevista com correspondentes de jornais estrangeiros, a ser concedida por representante do Itamaraty. Elabore minuta resumida expondo quais, no seu entender, deveriam ser as principais pautas de uma po-

lítica externa nos setores econômico-comercial e financeiro para os próximos anos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Escolha e responda *duas* das quatro questões abaixo:

1. Comente a seguinte afirmação:

“O peso político dos países do Terceiro Mundo é irrelevante quando se consideram as questões de desarmamento. As reivindicações que fazem nesta área não passam de mera retórica”.

2. Discuta a seguinte proposição:

“Uma diplomacia que tenha por objetivo uma causa moral é uma má diplomacia”.

3. Embora a Guerra Fria tenha permitido a alguns países em desenvolvimento posições de relevância e aumento de seu poder de barganha, para outros, significou limitações e restrições na sua liberdade de ação. Comente a afirmação e procure fazer comparações entre os anos 50 e a situação contemporânea.

4. Analisando a temática da “intervenção”, discuta a seguinte afirmação:

“O Afeganistão é o Viet-Nam da União Soviética”.

XIII CAD

Os exames do XIII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, para o qual o IRBr recebeu inscrições em 1985, realizaram-se em agosto, nos dias 12 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), 13 (Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE) e 14 (Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Virgílio Raitzin Távora

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Douglas Wanderley de Vasconcellos

Ana Maria Pinto Morales

Luiz Carlos Galindo de Medeiros

Afonso de Siqueira Carbonar

Samuel Hindemburgo Bueno dos Santos

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Responda a *duas* das seguintes questões:

1. Discuta as vantagens e desvantagens da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, sobretudo diante da chamada “crise do multilateralismo”.

2. Discuta a seguinte afirmação:

"A soberania, se entendida de forma rigorosa, suporia a mais absoluta autonomia de decisão econômica. É difícil, senão impossível, alcançar essa autonomia no contexto de *interdependência* em que se desenvolvem as relações internacionais contemporâneas."

3. Discuta a melhor opção para uma potência média num mundo bipolar:

- o alinhamento puro e simples, com uma das Superpotências;
- a aliança com uma das Potências para influenciar, de dentro do bloco, a atitude do líder;
- o isolamento e a introspecção;
- o jogo de aproximação e afastamentos das Superpotências, usando a rivalidade que estas mantêm;
- a prática da mediação com vistas a aproximar as Superpotências.

Ao responder à questão 3: (I) – procure dar exemplos das opções que ocorreram historicamente;

(II) – não apresente comportamentos "ideais"; procure discuti-los levando em conta condições efetivas de realização.

4. Discuta a seguinte afirmação:

"Um crítico das teorias realistas afirmou que o que determina o comportamento dos Estados não é a forma como se distribui o poder no sistema internacional, mas a maneira como a estrutura de classes determina as escolhas de quem detém o poder no Estado".

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR E OMT DO MRE

Prática Diplomática

1. Discorra sobre o tópico privilégios e imunidades diplomáticas examinando, notadamente:

- a fundamentação, histórica e atual, dos privilégios e imunidades diplomáticas;
- a evolução da doutrina;
- tendências recentes, no Brasil e em outros países, a repensar algumas categorias de imunidades diplomáticas. Vale mencionar, a título de exemplo, o bloqueio de contas bancárias de Embaixadas e Consulados estrangeiros, por decisão do Poder Judiciário do Estado acreditado, decorrente de questões trabalhistas envolvendo Missões diplomáticas estrangeiras e nacionais do Estado acreditado; tentativas de imputar responsabilidade civil ao Estado acreditante, por suposta culpa *in eligendo*, na impossibilidade de responsabilizar-se judicialmente agentes diplomáticos estrangeiros no Estado acreditado; e a suspensão de imunidade de jurisdição fiscal para dependentes de agentes diplomáticos estrangeiros, que exercem atividade econômica no Estado acreditado.

Prática Consular

1. Nasceu, em Brasília, a 25 de outubro de 1985, uma criança cujo pai, holandês, é funcionário da FAO no Brasil. A mãe da criança, esposa do funcionário da FAO, é inglesa. Qual é a nacionalidade da criança?

2. A Senhora X, brasileira, casou-se no Brasil com um cidadão norte-americano e mudou-se para os Estados Unidos da América, onde adquiriu, voluntariamente, a nacionalidade americana. Após três anos de casamento, divorciou-se e pretende regressar ao Brasil, juntamente com seus dois filhos menores, para tentar readquirir a nacionalidade brasileira. Que procedimento deverá adotar a Senhora X, que reside em Los Angeles, para readquirir a nacionalidade brasileira, e qual o fundamento legal do seu pedido?

OMT do MRE

1ª Questão

A Lei nº 7.486, de 06 de junho do corrente ano, aprovou as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, para o período de 1986 a 1989.

Segundo os termos de apresentação do I PND-NR, "a Nova República instalou-se com o compromisso de mudar a vida política, econômica e social do país". Por essa razão, o Plano (embora siga a sistemática tradicional do planejamento estratégico do governo) difere dos anteriores em vários aspectos. Difere em sua opção. O I PND-NR reflete a decisão pela retomada do crescimento econômico, desta vez com clara orientação social. O governo considerou, também, como ponto essencial, que a erradicação da pobreza exige investimentos com esse fim específico. Destarte, a meta de combate à pobreza passa, de um lado, pela melhoria na redistribuição da renda, através da recuperação dos salários. E, de outro, pela concentração de esforços e recursos para reduzir os problemas de saúde, alimentação e habitação dos brasileiros mais pobres.

O documento apresenta, de maneira abrangente, as principais linhas do pensamento econômico do governo e, além de uma parte introdutória, está dividido em nove partes distintas. A Parte IX (em anexo) – Relações Exteriores – alinha as diretrizes aplicáveis à atuação do Ministério das Relações Exteriores.

Responda, *com brevidade*, às seguintes questões:

- qual a importância objetiva de um Plano Nacional de Desenvolvimento, como o I PND-NR, para o "Sistema de Planejamento e Orçamento", instituído pelo Decreto-Lei nº 200/67? Como funciona o referido Sistema?
- dadas as preocupações marcadamente sociais expressas na formulação do I PND-NR, quais as áreas de atividades específicas do MRE que

poderão contribuir para alcançar as metas visadas pelo governo nesse setor?

- c. para fins de elaboração de programações setoriais, explicita, com clareza, em duas das atividades selecionadas em (b), quais os seus objetivos e quais as metas (quantificáveis) a alcançar.
- d. com o intuito de viabilizar a expansão de uma atividade prioritária na execução da política exterior, estabeleça, a título de proposta setorial, um projeto orçamentário novo na área da cooperação científica e tecnológica. Inclua, portanto, justificativa, objetivos, metas, distribuição de recursos no Brasil e no exterior.

2ª Questão

Os montantes de recursos financeiros destinados aos postos no exterior são repassados ao Escritório Financeiro em Nova York, cujo titular é o único Ordenador de Despesas do Ministério das Relações Exteriores no exterior, e que, por sua vez, efetua os depósitos das diversas dotações nas contas dos postos no Banco do Brasil em Nova York, de acordo com instruções recebidas da Secretaria de Estado.

Nesse quadro, responda às seguintes indagações:

- a. o titular do Escritório Financeiro vale-se do Cronograma de Desembolso para efetuar os depósitos de dotações nas contas dos postos?
- b. como deve um Chefe de Posto proceder para efetuar o pagamento de uma despesa que ultrapasse os recursos disponíveis na conta mantida no Banco do Brasil em Nova York? explique o procedimento caso o pagamento deva ser feito em moeda distinta do dólar americano.

RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa do governo, como expressão da vontade nacional e, portanto, em estreita sintonia com a política interna, deverá constituir o conduto necessário para que o esforço nacional em prol do desenvolvimento sustentado e harmônico possa colher indispensável aporte externo, nos mais diversos campos, em um mundo onde as inter-relações e interdependências vêm acentuando-se cada vez mais.

O Ministério das Relações Exteriores, no contexto de sua missão em favor da paz e do estreitamento de contatos com os países amigos, terá entre as suas prioridades a de aperfeiçoar e ampliar seus instrumentos para secundar, de acordo com os interesses brasileiros, a política nacional de desenvolvimento. Com efeito, é indispensável que a instrumentação do Itamaraty continue a ajustar-se às novas realidades do cenário internacional, de modo a garantir máxima eficácia, amplitude e presteza no desempenho de suas múltiplas funções.

Por suas características culturais e geoeconômicas, o Brasil mantém estreitos laços de amizade e cooperação com os países-irmãos da América Lati-

na. Dado nosso estágio de desenvolvimento, partilhamos com os povos do Terceiro Mundo os mesmos propósitos de justiça, liberdade, progresso e bem-estar social. Ademais, em função de nossa história e valores culturais, estamos ligados ao Ocidente. Por isso, não obstante a relativa limitação de meios, os interesses do Brasil não se circunscrevem à esfera regional, estendendo-se na verdade a todos os continentes.

A universalização de contatos constitui imperativo da atuação externa brasileira e, nesse sentido, tem sido implementada pela diplomacia brasileira. Cumpre, no entanto, intensificar esse esforço, de forma a interaliar, ampliar as possibilidades de intercâmbio, abrir e alargar novos mercados, explorando, outrossim, alternativas de cooperação.

Em consequência, a presença diplomática e consular do Brasil no exterior deve estruturar-se para maximizar a consecução de tal objetivo. As missões no estrangeiro, consideradas as peculiaridades locais, representam a pluralidade de nossos interesses e nessas condições deverão estar aparelhadas para seu atendimento.

Muitos são os campos em que se articula essa presença — além do político e representativo, destacam-se o econômico-financeiro, comercial, cultural, científico e tecnológico, o da informática e o da informação propriamente dita.

Compete ao Ministério das Relações Exteriores atribuir aos seus agentes e repartições no estrangeiro meios necessários à plena realização desses objetivos. Cabe também ao Itamaraty coordenar a tramitação de solicitações relativas a insumos externos provenientes dos diferentes órgãos da administração federal, estadual e municipal bem como processar e encaminhar à entidade competente as informações colhidas por suas representações no exterior.

Integrada no esforço nacional preconizado neste I PND-NR, a ação diplomática constituirá importante contribuição para o desenvolvimento brasileiro, multiplicando oportunidades de criação de riquezas e de atendimento a determinadas deficiências de nossa economia.

Deverão ser intensificados igualmente os contatos com os organismos multilaterais, tanto de âmbito geral quanto regional, visando estender as atividades de cooperação em campos específicos, de acordo com as prioridades estabelecidas, sem prejuízo daqueles realizados com países altamente industrializados e do Terceiro Mundo, a nível bilateral.

Especificamente, para que a contribuição do fator externo tenha relevância crescente para o desenvolvimento nacional, cumpre fortalecer, inclusive financeiramente, os seguintes programas prioritários:

- Promoção comercial;
- Cooperação técnica;
- Cooperação científica e tecnológica;
- Intercâmbio cultural;
- Informática;
- Questões econômico-financeiras;
- Incentivo ao turismo.

Ter-se-á sempre presente a importância da atuação na área política, bem

como no campo da cooperação industrial e no da prestação de serviços, entre outros.

O apoio à promoção comercial no exterior é objetivo básico da política nacional. É indispensável para o desenvolvimento da economia brasileira que a participação no comércio internacional continue a crescer, mediante consolidação e expansão do intercâmbio com parceiros tradicionais e abertura de novos mercados. Merecerá particular atenção o alargamento da pauta de exportações, com ênfase na colocação de bens industrializados e de serviços.

A cooperação técnica deverá ser incentivada sobretudo naquelas áreas em que o aporte de participações bilaterais e multilaterais tenha particular significado para a consolidação e abertura de potencialidades no âmbito regional e sub-regional. Será dada especial ênfase à cooperação com os países latino-americanos e africanos, tendo-se presente, inclusive, as afinidades geográficas, históricas e culturais.

A cooperação científica e tecnológica, diante do estágio de desenvolvimento da economia brasileira, continuará a ser incrementada e diversificada, em função da necessidade de atualização dos conhecimentos científicos e da relevância do desafio tecnológico para a luta em prol do desenvolvimento.

O intercâmbio cultural será igualmente estimulado. São muito amplas as possibilidades nesse campo, não só em termos de cooperação intelectual (bolsas de estudo, aperfeiçoamento em áreas prioritárias), mas também na difusão cultural, em atividades de apoio à expressão da cultura brasileira no estrangeiro.

Com vistas à consolidação e expansão da indústria de informática, receberá tratamento preferencial o acompanhamento, através de nossas missões diplomáticas, da evolução tecnológica estrangeira neste setor específico. Também continuará a merecer atenção particular a promoção de exportações nesse domínio de tecnologia avançada.

As questões econômico-financeiras, seja no plano bilateral, seja no multilateral, deverão ser seguidas pelas diversas representações do Itamaraty, tanto nos seus aspectos conjunturais quanto nos estruturais. Atenção especial será dada àquelas questões que requeiram atuação de nossos representantes na salvaguarda dos interesses da economia brasileira. Acresce notar que a complexidade das relações econômicas e financeiras internacionais e eventuais desdobramentos a curto e médio prazo, bem como outras formas de intercâmbio comercial — especialmente com países com problemas de liquidez internacional — demandam maior especialização do Ministério das Relações Exteriores para, em coordenação com os demais órgãos competentes, atender às novas exigências.

O incentivo ao turismo, através da conjugação de esforços com entidades nacionais, estaduais e municipais, será incumbência de nossas missões diplomáticas e repartições consulares que, para tanto, deverão dispor dos meios indispensáveis. Dada a considerável importância econômica do afluxo de correntes turísticas, a promoção no exterior integrar-se-á em plano articulado

que contribua para a plena realização das potencialidades do turismo, a nível regional, continental ou global.

Diário Oficial de 12/06/86 – Seção I
Páginas 8530 e 8531.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

Responda *uma* pergunta de cada uma das três partes abaixo.

1ª Parte

1ª Questão

— Analise as razões que levam as autoridades norte-americanas a pressionarem por uma abertura dos mercados internos em países selecionados do Terceiro Mundo, entre os quais figura o Brasil.

2ª Questão

— Resuma as principais questões comerciais e financeiras que concentram os debates entre os EUA, CEE e Japão.

2ª Parte

1ª Questão

— Comente as vantagens e dificuldades para uma integração econômica maior entre as economias do Brasil e da Argentina.

2ª Questão

— Procure explicar as razões pelas quais as atuais autoridades econômicas brasileiras não consideram conveniente firmar uma carta de intenção com o FMI sobre o Programa Econômico brasileiro.

3ª Parte

1ª Questão

— Discorra, de forma sucinta, sobre o que considera questões prioritárias da política econômica do Brasil.

2ª Questão

— Os países da Ásia e Oceania poderiam configurar uma nova frente de intensificação de contatos por parte da diplomacia brasileira. No seu enten-

der, quais os países da Região que apresentam melhores perspectivas de uma aproximação com o Brasil? Por quê?

XIV CAD E XV CAD

Estiveram abertas, de 17 de fevereiro a 17 de março, as inscrições para o XIV Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para fevereiro de 1987. O XV CAD recebeu inscrições de 18 de agosto a 18 de setembro estando os exames marcados para agosto de 1987 (*).

XII CAE

Dando prosseguimento ao XII Curso de Altos Estudos, o Instituto Rio Branco recebeu os trabalhos escritos e procedeu à arguição dos candidatos, inscritos em 1985.

A Banca Examinadora, presidida pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, foi dividida em duas Câmaras, a primeira composta do Embaixador Bernardo Pericás Neto, Ministro José Francisco Rezek e Ministro Gelson Fonseca Junior, e a segunda, do Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

José Maria Diniz Ruiz de Gamboa

Ney Lemos de Oliveira

Haroldo Teixeira Valladão Filho

Luiz Sérgio Gama Figueira

Júlio César Gomes dos Santos.

Durante o estágio de atualização, foram proferidas as seguintes conferências: "Realidade e Perspectivas da Universidade Brasileira", pelo Doutor Christovam Ricardo Cavalcante Buarque, Reitor da Universidade de Brasília; "A Situação Atual e as Perspectivas do Petróleo Nacional", pelo Coronel Ozires Silva, Presidente da Petrobrás; "Avaliação do Pacote Econômico", pelo Doutor André Lara Rezende, Diretor da Dívida Pública do Banco Central; "Ciência e Tecnologia", pelo Doutor Luciano Galvão Coutinho, Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia.

XIII CAE

O XIII Curso de Altos Estudos, que recebeu inscrições em 1985, realizou a seleção dos trabalhos escritos e arguições no segundo semestre.

Os Trabalhos, presididos pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, foram divididos em duas Câmaras, a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Bernardo Pericás Neto e Ministro Carlos Au-

(*) Os Editais do XIV CAD e do XV CAD encontram-se na seção de legislação.

gusto Rego Santos Neves e a segunda, pelo Ministro Marco Cesar Meira Nauslauskys, Ministro Gelson Fonseca Junior e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Marcus de Vincenzi

Clemente Rodrigues Mourão Neto

Tomas Maurício Guggenheim

Vera Barrouin Crivano Machado

Sérgio Augusto de Abreu Florêncio Sobrinho.

O estágio de atualização compreendeu as seguintes conferências: "Avaliação do Plano Cruzado", pelo Professor Paulo Nogueira Batista Junior, Chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – CEMEI IBRE – Fundação Getúlio Vargas; "O Comércio Internacional depois da Conferência de Punta Del Este", pelo embaixador Sebastião do Rego Barros, Chefe do Departamento Econômico do MRE; "A Reforma do MRE", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; "Relações do Brasil com a Argentina e o Uruguai", pelo Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Chefe do Departamento das Américas do MRE.

XIV CAE e XV CAE

Estiveram abertas, de 17 de fevereiro a 17 de março, as inscrições para o XIV CAE, e de 18 de agosto a 18 de setembro para o XV, estando previstos para 1987 o exame dos trabalhos e as arguições (*).

(*) Os Editais do XIV CAE e do XV CAE encontram-se na seção de legislação.

FORMANDOS EM 1986

Alexandre Campello de Siqueira

Bacharel em Direito, Universidade Federal Fluminense

Alexandre da Silva Barbedo

Ciências Econômicas, 6º semestre, Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Mota/Rio de Janeiro.

Ana Maria Mulser Parada

Bacharel em Economia, Universidade de Brasília-DF; Mestrado em Economia, Universidade de Campinas.

Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França

Medicina, 6º período, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Antonio Otávio Sá Ricarte

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Economia, 6º semestre, Universidade de Brasília-DF; Conflitos Territoriais na América Latina e Solução Pacífica de Controvérsias, Instituto Universitário Ibero-americano de Estudos Internacionais, adscrito à Universidade de Sevilha (1983-1984); Especialização em Relações Internacionais na América Latina, Universidade de Brasília, 1982.

Carlos Alfonso Iglesias Puente

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília; Letras, 2º semestre, Universidade Estadual de Campinas.

Carlos Marcio Bicalho Cozendey

Bacharel em Ciências Econômicas — "Magna cum laude". Medalha Visconde de Cairu — Universidade Federal do Rio de Janeiro; Certificate of Proficiency in English — University of Michigan; Certificat d'Etudes Pratiques de l'Alliance Française.

Claudia Fonseca Buzzi

Bacharel em Direito, Universidade de São Paulo; História, 3º semestre, Universidade de São Paulo.

Claudio Raja Gabaglia Lins

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito Cândido Mendes, Rio de Janeiro; Certificate of Proficiency in English, Cambridge University.

Claudio Roberto Poles

Bacharel em Comunicação, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo.

Evaldo Freire

Bacharel em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Fernando Apparicio da Silva

Bacharel em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; História, Universidade Federal Fluminense (5º período).

Flavio Marega

Bacharel em Direito, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo; História, 6º semestre, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Geraldo Veiga Rivello Junior

Bacharel em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Engenharia Florestal, 2º semestre, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Glivânia Maria de Oliveira

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

Irene Vida Gala

Bacharel em Direito, Universidade de São Paulo; Ciências Sociais, 4º semestre, Universidade de São Paulo; Certificate of Proficiency in English, 1982.

Jandira Gill Chalu Pacheco

Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 8º semestre.

João Alberto Dourado Quintaes

Bacharel em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; História, 1º período, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

João Marcelo de Aguiar Teixeira

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, DF; Economia, 5º semestre, Universidade de Brasília, DF.

João Tabajara de Oliveira Junior

Direito, 10º semestre, Universidade de Brasília.

José Augusto Silveira de Andrade Filho

Bacharel em Economia, Universidade de Brasília, DF.

José Marcos Nogueira Viana

Bacharel em Jornalismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Primeiro colocado no Concurso Nacional de Monografias para Universitários da FIAT-Automóveis com o tema "Cooperação Internacional" (1984).

Julio Glinernick Bitelli

Bacharel em Direito, Universidade de São Paulo; Letras e Ciências Humanas, 9º semestre, Universidade de São Paulo.

Licínio Delgado Pahim

Bacharel em Geografia, Universidade de São Paulo. Licenciado em Geografia, Faculdade de Educação da USP.

Luis Antonio Balduino Carneiro

Economia, 7º semestre, Universidade de Brasília, DF. Curso de Études Politiques, um ano, no Institute d'Etudes Politiques de Paris. University of Cambridge-Proficiency. Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises, Univ. de Nancy.

Luis Claudio Villafane Gomes Santos

Bacharel em Geografia, Universidade de Brasília (DF). Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 6º semestre. Mestrado em História das Relações Exteriores-cursando.

Márcia Loureiro

Desenho Industrial, Escola de Belas-Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4º semestre.

Márcia Maro da Silva

Economia, 6º período, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Marco Cesar Moura Daniel

Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; Engenharia Civil (4º semestre) USP; Certificate of Proficiency in English, Universidade de Cambridge; Curso "Methods and Materials for Language Teaching", University of Reading, Inglaterra; Certificat pratique de langue française (Nancy II).

Maria Luisa Escorel de Moraes

Bacharel em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Maria Theresa Vieira Diniz

Letras, 4º período, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Nestor José Forster Junior

Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 8º semestre. História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 6º semestre. Advanced Cours – Inst. Cultural Brasileiro Norte-Americano.

Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes

Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Paulino Franco de Carvalho Neto

Economia, 6º semestre, Faculdade Católica de Administração e Economia. Direito, 3º semestre, Universidade Federal do Paraná.

Paulo Fernando Dias Feres

Bacharel em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Paulo Marcos Almeida de Moraes

Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Paulo Roberto Amora Alvarenga

Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Economia, Pós-graduação, Universidade de Brasília, DF.

Ricardo de Souza Franco Peixoto

Bacharel em Medicina Veterinária, Universidade Federal Fluminense.

Roberto Furian Ardenghy

Direito, Universidade Federal de Santa Maria; Letras, 6º semestre, Universidade Federal de Santa Maria.

Ronald Cardoso Mendes Junior

Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 8º semestre. Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises (Université de Nancy).

Ruy Pacheco de Azevedo Amaral

Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Sabine Nadja Popoff

Psicologia, Universidade de Brasília; Mestrado em Psicologia, 1º semestre; Relações Internacionais, 1º semestre, Universidade de Brasília.

Sérgio Ricoy Pena

Bacharel em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Certificate of Proficiency in English, Universidade de Cambridge. Zertifikat Deutsch als Fremdsprache, Goethe Institut, Belo Horizonte. Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises, Universidade de Nancy II.

FORMATURA DA TURMA DE 1985

Durante as comemorações do Dia do Diplomata, realizadas em 27 de maio de 1986, teve lugar a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1985, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, na presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima e do Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Lauro Escorel de Moraes.

O Diretor do Instituto Rio Branco procedeu à chamada dos quatro primeiros colocados, que receberam das mãos do Senhor Presidente da República Diplomas e Prêmios (Rio Branco, Lafayette de Carvalho e Silva e Prêmio de Viagem); logo após foi feita a leitura por ordem alfabética dos nomes dos novos diplomatas brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1985, por ordem de classificação:

José Humberto de Brito Cruz
Paulo Estivallet de Mesquita
Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa
Antonio de Moraes Mesplé
Antonio Alves Junior
Guilherme Vasconcellos Coimbra
Aurélio Afrânio Garcia Avelino
Carlos Vinicius Vizioli
Carlos Alexandre Ferreira
Hervelter de Mattos
Geraldo Miniuci Ferreira Junior
Guilherme de Aguiar Patriota
Terezinha Bassani Campos
Olyntho Vieira
Carlos Eduardo de Ribas Guedes
Maria Isabel Vieira
Flavio Hugo Lima Rocha Junior
Luciano Helmold Macieira
Helena Maria Gasparian
Sérgio Luis Lebedeff Rocha
Antonio Baptista Luz Filho

Jairo Luiz Collier de Oliveira
 Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss
 Pery Machado
 Maria Cristina Martins dos Anjos
 Felix Valois Pires
 Cesário Marcos Lopes de Alexandria
 Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
 Luis Fernando Abbott Galvão
 Dijalma Mariano da Silva
 Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Márcio Catunda Ferreira Gomes
 Ana Suza Cartaxo de Sá

Bolsistas estrangeiros

Carlos Alberto Vargas Solís (Costa Rica)
 Gonçalo Daniel Bernal Brito (Bolívia)
 Helen Kafunba (Tanzânia)
 Júlio César Herbert Duarte Lopes (Cabo Verde)
 Kofi-Patu Defor (Gana)
 Raul Jorge Vera-Cruz Barbosa (Cabo Verde)
 Sérgio Escobar Solorzano (Colômbia)
 Wilfre Eduard Christopher (Suriname)

Foram os seguintes os alunos premiados:

José Humberto de Brito Cruz — 1º colocado no CPCD
 Prêmio Rio Branco — Medalha de Ouro
 Prêmio viagem
 Paulo Estivallet de Mesquita — 2º colocado no CPCD
 Prêmio Rio Branco — Medalha de Prata
 Prêmio viagem
 Antonio de Moraes Mesplé — 1º colocado no exame vestibular ao CPCD
 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Prata
 Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa — 2º colocado no exame vestibular ao CPCD
 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Bronze
 Prêmio Viagem (3º colocado no CPCD)
 Na ocasião, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores proferiu

o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Excelentíssimos Senhores Embaixadores,
 Senhores Diplomatas,
 Meus jovens formandos,
 Minhas Senhoras, meus Senhores.

A presença de Vossa Excelência nesta cerimônia, Senhor Presidente, muito nos sensibiliza. Também nos incentiva sobremaneira, pois testemunha a atenção que Vossa Excelência dedica à política externa, dentre as múltiplas,

complexas e intensas preocupações que lhe impõe o mais alto cargo da República.

Desejo agradecer-lhe, vivamente, Senhor Presidente, sua honrosa presença e aquela generosa atenção, em meu nome e no de todos os que pertencem à Casa de Rio Branco. Em nome dos que o saudam, hoje, aqui, neste Auditório, e no daqueles que, embora ausentes, no exterior, não deixam de igualmente partilhar esta comemoração, dispersos nas amplas distâncias de nossa ação diplomática, mas unidos firmemente no mesmo e incansável esforço de bem servir o Brasil, solidários sob o lema significativo de seu excelso Patrono, que hoje reverenciamos: *ubique patria memor* — onde quer que eu esteja, a Pátria será lembrada.

Político de formação parlamentar, como Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitei honrado, grato e com entusiasmo seu convite para ocupar a pasta das Relações Exteriores. Estou convencido de que poucas atividades podem ser tão relevantes para um homem público quanto a Chefia da diplomacia de seu País. Nesta função, as qualidades do entendimento, da negociação, da persuasão — atributos imperativos do político — são exigidas ao máximo. O Itamaraty tem sido para mim experiência desafiadora, nova e rica, mas aqui também recorro caminhos familiares de minha vivência política e me sinto em tudo coerente com minha vocação essencial.

Diplomata por escolha e distinção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesse relevante ofício posso valer-me de minha opção primeira e cumpri-la sem transigência. Diplomacia é o desempenho da política em seu sentido mais universal. São outros os cenários, os foros, as dimensões geográficas e humanas, mas nela também estão presentes os mesmos objetivos do bem comum, igual vontade de servir, equivalente disposição ao convívio fértil, proveitoso. Se em seu exercício, porém, a *pólis* ganha proporções de planeta, na diplomacia os partidos, os grandes protagonistas da política, assumem a forma de soberanias — soberanias que não podem aspirar a governar ou prevalecer, nem podem admitir reduzir-se ou se submeterem. O diálogo com equidade é obrigatório entre parceiros que se devem mútuo e idêntico respeito. Ainda que provoque, às vezes, a impaciência dos poderosos, diplomacia implica igualdade jurídica, acima das realidades do poder.

A posição do Brasil é clara e incontestável: pregamos e praticamos o entendimento igual, franco e aberto, repudiamos as atitudes unilaterais, de força e confrontação.

As instituições guardam as marcas de suas origens. A diplomacia brasileira traz, nítida e indelével, a marca de Rio Branco, cunhada no respeito ao direito e na busca perseverante de soluções pacíficas e negociadas, apurada na sensibilidade para o prático e o possível nas relações entre nações soberanas. É uma diplomacia solidamente lastreada no ético e no jurídico e também uma diplomacia de eficácia e consequência. A legitimidade dos princípios que a inspiram e a continuidade histórica de sua observância fazem nossa política externa confiável e respeitada dentro e fora do Brasil. Aos sucessores de Rio Branco cabe ajustar essa preciosa herança a um País que se transforma a cada momento e a uma conjuntura internacional também sempre em mudança.

Já se disse que a melhor tradição desta Casa é a de saber renovar-se. Também já ouvi que, diante das alternativas do poeta, entre o *eterno* e o *moderno*, o Itamaraty tem a veleidade de ser *eternamente moderno*. Pessoalmente, verifico que esta Casa figura entre as raras instituições nas quais se pode dizer, com merecido orgulho, que *modernizar é manter os padrões do passado*, frente a circunstâncias novas.

Esta Casa soube renovar-se — até mesmo antecipar-se — no ajustamento de seus parâmetros de ação política perante o País e o mundo. Em termos de organização interna, contudo, para manter-se atual requer agora passos novos e corajosos. Há que instrumentar adequadamente o exercício da diplomacia. Vossa Excelência, Senhor Presidente, exige com razão um perfil próprio para o Brasil no sistema internacional. Com razão adverte para que o Brasil não quer que sua voz seja tímida, para que o Brasil “deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença”. Não podemos ser tímidos, há que sermos determinados também na habilitação do Itamaraty para a elevada tarefa que lhe incumbe, de difundir com firmeza e fidelidade a voz brasileira no cenário internacional e ali fincar, solidamente, nossa construtiva presença.

A reorganização será ampla, mas prudente, por sucessivas aproximações, atacando a cada momento o de imediato indispensável e viável. Vossa Excelência, sensível a necessidades de atendimento inadiável, houve por bem incontinenti aprovar — e aperfeiçoar — proposta que me permiti submeter-lhe pouco mais de um mês após haver assumido este cargo. A Câmara dos Deputados já deu aprovação à mensagem que Vossa Excelência lhe encaminhou; o Senado Federal deve dar início a seu exame proximamente. A decisão pronta de Vossa Excelência, a presteza e o cuidado da consideração que lhe estão dando Senadores e Deputados, não só nos sensibilizam, a todos da Casa de Rio Branco, como também consolidam nossa certeza de que percorremos a trilha certa.

Porque outros passos são imperativos. Há que refinar estruturas, no Brasil e no exterior; sistematizar e codificar procedimentos, aprimorando regras de organização e operação; avançar ainda mais na já acelerada informatização dos serviços; apurar a distribuição dos recursos, humanos e materiais, em função de prioridades políticas claramente explicitadas; estabelecer relações inequívocas entre os objetivos a alcançar e os meios para tanto precisamente recomendáveis. “Nenhum movimento desconforme com propósitos”, disse certa vez Fernando Pessoa: até na poesia se pode encontrar receitas sensatas para a boa gerência. Indispensável é resistir à tentação e às facilidades da administração pelo casuísmo; imperativo é ter regras perenes e objetivos firmes.

Mas não apenas razões exclusivas da máquina devem prevalecer. Até para que os propósitos de eficácia sejam atendidos é imprescindível ter em conta que a função diplomática é intrinsecamente pessoal, consuma-se na gestão direta, no trato humano. E o homem, neste Ministério, está sujeito a tensões únicas, a desgastes severos, itinerante sem ser nômade, alternando funções e lugares, desafiado repetidamente não só para o novo, estimulante, mas também para o inesperado, às vezes desconcertante. São peculiaridades de que os

formandos de hoje têm de estar conscientes. Sua carreira comporta diferentes momentos, fases distintas no tempo e no espaço, a experiência de culturas e climas diversos; sua vocação presume aptidão para enfrentar os altos e baixos da variedade funcional e geográfica inescapável no universo expandido da ação diplomática de nosso País. Essencial é que estejam convictos de sua vocação e seguros de que, onde quer que se encontrem, qualquer que seja sua missão, serão lembrados e considerados, artesãos indispensáveis, todos, de uma obra delicada, que se tece sobre vastas distâncias, dia a dia, ponto a ponto, e só aparece com seu verdadeiro vulto quando vista com abrangência ou na perspectiva da História. Não gostaria de ouvir novamente queixas como a do Embaixador que lamentava décadas inteiras de exílio no exterior e, ao aposentar-se, o exílio em seu dizer mais triste — o exílio em sua própria terra. O projeto ora em curso no Congresso Nacional já comporta a preocupação de assegurar ao funcionário do Itamaraty normas de promoção e remoção que lhe permitam administrar a própria carreira e sua vida pessoal de acordo com parâmetros predeterminados, justos e confiáveis.

A tarefa é ingente. Não ousaria mencioná-la se dependesse apenas de mim seu êxito. Mas estou certo de que muito se poderá concretamente fazer se continuarmos contando com a mesma compreensão e o apoio que vimos até agora recebendo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e dos ilustres membros do Congresso Nacional. Também me leva a ousar o fato de ter a meu lado uma Casa competente e unida, empenhada em seu próprio progresso, porque empenhada no serviço do País. Igualmente me alenta em tão ambiciosos projetos ter como Secretário-Geral desta Casa um profissional com as conhecidas qualidades de nosso Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Meus caros formandos,

Vindo de outra Escola, agora sinto mais próxima a importância do curso que hoje concluem. Minha experiência de poucos meses nesta Casa só me reforça a convicção anterior quanto à extrema valia da formação que o Instituto Rio Branco proporciona. A qualidade profissional dos recursos humanos que aqui tenho encontrado só tem igual em sua intensa e irretoçável dedicação. E para isso a contribuição do Rio Branco é certamente decisiva. Estou a par dos estudos para que se aperfeiçoe ainda mais essa instituição exemplar. Merecerão todo apoio as alterações que vierem a ser propostas para que se viabilize a universidade diplomática que o Instituto virtualmente já é, e para que, sem prejuízo da preparação acadêmica indispensável, seu currículo de treinamento seja cada vez mais ajustado à complexa agenda de nossa política externa e às exigências acrescidas de desempenho profissional que o mundo de hoje impõe.

Saúdo aqui os estudantes estrangeiros que têm distinguido o Instituto Rio Branco com sua participação nos cursos para a carreira de diplomata. É para nós motivo de elevada satisfação podermos, ao acolhê-los, contribuir para o aprimoramento de recursos humanos em áreas certamente de relevo em qualquer de nossos países, bem assim concorrer para a desejável aproximação de nossos povos, por meio da amistosa convivência entre jovens destinados a ocupar posições proeminentes em nossos Governos.

Os formandos de hoje encetam sua atividade diplomática em tempos novos, mas não necessariamente uma atividade diplomática nova. A política externa pode mudar, em função das mudanças do País e do mundo, mas o cerne da diplomacia permanece. A diplomacia não muda, propriamente, em sua essência; mudam, sim, suas modalidades, as formas de seu exercício.

Não diminuíram, em importância e intensidade, as três funções clássicas da diplomacia: representar, informar, negociar. Por mais que os meios de transporte modernos facilitem a locomoção de país para país, o agente diplomático é essencial para a perene representação dos interesses nacionais fora de nossas fronteiras. É ele quem zela pela articulação, a continuidade e a coerência dos contactos externos das diversas áreas de seu Governo, por força esparsos no tempo, no espaço e nos assuntos. Por que os meios modernos de comunicação colhem e transmitem massa imensa de informações, reduz-se o papel de informar do diplomata? Pelo contrário — acho, e a experiência cotidiana comprova. Ao diplomata compete coletar e processar a informação de específico proveito para seu País, que atenda a necessidades nacionais próprias e responda a perguntas pertinentes aos interesses precisos que lhe cabe preservar e promover. Na avalanche informativa do mundo de hoje, que nos afoga sem necessariamente sempre esclarecer, a informação, a interpretação e a avaliação seletivas do diplomata são matéria-prima indispensável de política externa. Negociar continua essencial; o tino e a experiência do diplomata ressaltam na medida em que as questões internacionais se tornam mais complexas, em que as trocas de toda sorte se tornam mais universais no mundo crescentemente interdependente de nossos dias.

O progresso da tecnologia não reduz o diplomata, nem deve inibi-lo; ele supre o diplomata, habilitando-o a desempenho melhor. Como do punho de renda passamos às abotoaduras e ao simples botão, da pena avançamos para a máquina de escrever e hoje o computador, o editor de textos, a leitora ótica. Mudam as vestimentas e as ferramentas; não muda o diplomata, nem sua importância.

Meus formandos,

Não sei se minhas palavras são de estímulo ou de advertência. Quero-os conscientes da relevância das funções que hoje envergam, mas também preparados para as responsabilidades que assumem. Quero-os também atentos para o que significa ser diplomata do Brasil de hoje.

Senhor Presidente,

Outra coisa é representar, perante o mundo, o Brasil que Vossa Excelência preside. Em um ano Vossa Excelência promoveu enormes progressos neste País. Fortaleceu estruturas políticas, firmou solidamente o império da Lei e da justiça, alargou as liberdades, preparou a Nação para a Constituinte que lhe dará arcabouço institucional definitivo. Com invulgar coragem, reverteu décadas de crise ao determinar profunda e extensa revolução em nossa economia — certamente das mais cruciais e ao mesmo tempo mais aplaudidas em nossa História. Vossa Excelência investe decididamente no resgate da secular dívida social que nosso País tem para consigo próprio, empenhado na redenção econômica, cultural, total de nosso povo. Sem fragor e sem sangue, com trabalho

e habilidade, Vossa Excelência conduz o Brasil para seu grande destino — ouso dizer, agora, seu próximo grande destino.

Este o Brasil, meus formandos, do qual serão diplomatas, cujos interesses vão defender e projetar. A ação diplomática tem de ser coerente, por definição, com o País que a pratica. E, nas palavras do Presidente José Sarney perante as Nações Unidas, “não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira”, “nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional”.

É de praxe, Senhor Presidente, o discurso do Dia do Diplomata não tratar propriamente da política externa, mas sim, principalmente, da diplomacia e da condição do diplomata. Não ousaria, de resto, entrar na matéria diante de Vossa Excelência. No memorável pronunciamento de setembro nas Nações Unidas; em suas recomendações ao novo Ministério, a 20 de fevereiro; em seus discursos em diversas oportunidades de nossa agenda de contactos internacionais, Vossa Excelência definiu com felicidade e limpidez a política externa da Nova República. A seu Ministro das Relações Exteriores cabe executar fielmente aquela política; aos diplomatas assessorar o Ministro naquela exata execução.

Senhor Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores,

Os formandos de hoje merecem minhas mais calorosas felicitações; também seus pais, aqui presentes, familiares e amigos, cuja alegria, patente, faço minha. Minhas felicitações igualmente a seus dedicados professores e, particularmente, ao Diretor do Instituto Rio Branco, meu amigo de longa data, o capaz e devotado Embaixador Lauro Escorel. Felicito os formandos pelo curso que encerram e pela carreira que iniciam. Felicito-os por serem agora diplomatas de um país maior — e que haverá de ser ainda maior, na felicidade e prosperidade de sua gente, em seu grato e sempre mais fraterno e proveitoso convívio na comunidade das Nações.

Muito obrigado.

PROFESSORES DO IRBr EM 1986

Anna Maria Villela

Professora Titular na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Assessora Parlamentar no Senado Federal, por concurso público na área de Relações Exteriores.

Bacharel em Direito, UFMG, 1960, Dosteur d'État (Droit privé), Faculté de droit et sciences économiques de Université de Paris, 1970; ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de Droit privé, 1963; D.E.S. de sciences criminelles, 1969; certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; e curso de Direito Comparado e terminologia jurídica francês-alemão, 1962; cursos de especialização em Direito Comparado em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul, 1962/73; LL.M., King's College, Universidade de Londres, 1979.

Na Academia de Direito Internacional de Haia: diploma do Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales, 1977 (tema: rios internacionais); cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; curso e treinamento em Direito Internacional, UNITAR/ONU, 1974; estágio patrocinado pela OEA sobre Aspectos Jurídicos e Econômicos da Integração Européia, Université Libre de Bruxelles, 1972; curso sobre Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos Países-Membros, Institut Universitaire International de Luxembourg, 1979; cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, Universidade de Roma, 1981; pesquisas no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), Itália, 1981.

Alain Bertrand

"Professeur Certifié", licenciado em Letras, opção Espanhol, especializado em Tradução. Diretor da Aliança Francesa de Brasília. Professor do Instituto Rio Branco em 1982, 1983 e 1984.

Antônio Augusto Cançado Trindade

I. Formação Acadêmica.

Grau Ph. D. pela Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha, com a tese "*Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law*" (em 2 vols., 1.728 págs.): tese agraciada com o Prêmio Yorke, ou-

torgado pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge (1978). Mestrado em Direito Internacional (Cambridge, 1973). Bacharel em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (1º Prêmio em Direito Civil, 1971), e Licenciado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Diploma do Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Estrasburgo (1974). Certificados do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974) e do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975).

II. Obras de Direito Internacional.

1. *Livros*: — “*The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law*”, Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (livro baseado na tese de Ph.D. do autor); “*Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público*” (em cinco volumes), Brasília, FUNAG/MRE, 1984-1986; “*Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*”, Brasília, Editora da UnB, 1981; “*O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional*”, Brasília, Editora da UnB, 1984; dentre outros.

2. *Monografias e Artigos*: — mais de cento e trinta estudos (dentre artigos, contribuições a livros e coletâneas, monografias, relatórios, prefácios) publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de dezoito países, dentre os quais: “*Archiv des Völkerrechts*” (Tubingen, 1977), “*International and Comparative Law Quarterly*” (Londres, 1976 e 1979), “*Revue belge de droit international*” (Bruxelas, 1976), “*Jahrbuch für internationales Recht*” (Kiel, 1979 e 1982), “*Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques*” (Genebra, 1977 a 1984), “*Nederlands Tijdschrift voor internationaal Recht*” (Leiden, 1977), “*Rivista di Diritto Internazionale*” (Milão, 1978), “*Revue des droits de l’homme*” (Paris, 1976 e 1977), “*Cahiers de droit européen*” (Bruxelas, 1978), “*Cambridge Law Journal*” (Cambridge, 1977), “*Osterreichische Zeitschrift für öffentliches Recht*” (Viena, 1978), “*Indian Journal of International Law*” (Nova Delhi, 1976 e 1978), “*Philippine Law Journal*” (Filipinas, 1978), “*Malaya Law Review*” (Cingapura, 1976), “*Anuário Jurídico Interamericano*” da OEA (1982), “*Revista Brasileira de Estudos Políticos*” (1981, 1982 e 1985), “*Revista Brasileira de Política Internacional*” (1985), “*Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*” (1979 a 1986), “*Estudios Internacionales*” (Santiago, 1981 e 1983), “*Mundo Nuevo*” (Caracas, 1982), “*Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana de Mexico*” (1984), dentre inúmeros outros. Capítulos do VIII e IX “*Cursos de Derecho Internacional*” da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981 e 1982); capítulos dos livros “*Crisi Falkland-Malvinas e Organizzazione Internazionale*” (Padova, Cedam, 1985), “*Derechos Humanos en las Americas — Homenaje a la Memoria de C.A. Dunshee de Abranches*” (Washington, OEA, 1984), dentre vários outros.

III. Experiência Docente.

Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco (desde 1979). Professor Titular na Universidade de Brasília, área de Direito In-

ternacional. Professor Titular Visitante nas Universidades de Los Andes, Mérida, Venezuela (1981 e 1982) e de Ferrara, Itália (1983 e 1986). Professor Visitante na Universidade de Londres (1982). Entre 1982 e 1986, Conferencista nas Universidades de Milão, Salerno, Turim, Quito, Simón Bolívar em Caracas, Montevideu, Varsóvia, Segóvia, Toronto, Federal de Minas Gerais (Curso de Doutorado), Federal de Pernambuco, Católica do Rio de Janeiro, dentre outras. Entre 1982 e 1986, Conferencista no Instituto Diplomático Italiano (Florença), Instituto Universitário Iberoamericano de Estudios Internacionales (Madrid), Instituto Real de Relaciones Internacionales (Chatham House, Londres), Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparado (Londres), VIII, IX e XII Cursos de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, Instituto Polonês de Relaciones Internacionales (Varsóvia), Conselho Canadense de Direito Internacional (Ottawa), Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica), Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Cursos de Extensão (Aperfeiçoamento de Diplomatas) do Instituto Rio Branco no Suriname, em Cabo Verde e no Gabão. Chefe do Departamento de Ciência Política e Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1979-1983), Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Relaciones Internacionales da Univ. de Brasília (1985-1986). Examinador dos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco (Direito, 1979 e 1983-1986) e do Mestrado em Relaciones Internacionales da Univ. de Brasília (1984-1986). Orientador e examinador de teses de Mestrado na Univ. de Brasília. Participante, a convite, como relator de temas, em inúmeros congressos internacionais de Direito Internacional no Brasil e no Exterior (desde 1975).

IV. Experiência Profissional.

Consultor Jurídico do Ministério das Relaciones Exteriores (a partir de agosto de 1985). Subchefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais (Viena, 1986). Delegado do Brasil à XIV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1984). Delegado do Brasil à Reunião Conjunta do Grupo de Contadora e Grupo de Apoio (Cartagena, 1985). Chefe da Delegação do Brasil à III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (La Paz, 1984). Membro do Grupo de Trabalho do MRE sobre a Reforma da Carta da OEA (1985). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Código de Conduta para Transferência de Tecnologia (Genebra, 1983). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981). Membro do Comitê Consultivo de Peritos em Direito Internacional Público da Universidade das Nações Unidas — (U.N.U. I Conferência, Haia, 1984, II Conferência, Rio de Janeiro, 1985, III Conferência, Estrasburgo, 1986). Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (1978-1979). Membro do Gabinete da Vice-Presidência da República incorporado à Presidência da República (março/julho de 1985). Representante Correspondente do Brasil junto à UNESCO para seu Programa de Direitos Humanos. Editor Correspon-

dente do Brasil dos "International Legal Materials" de Washington (desde 1981).

V. Associações Científicas e Profissionais.

Membro convidado de diversas associações científicas no campo do Direito Internacional, dentre as quais: International Law Association (seção britânica), Société Française pour le Droit International, British Institute of International and Comparative Law, American Society of International Law, Indian Society of International Law, Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado), Asociación Argentina de Derecho Internacional, dentre outras. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de Minas Gerais). Condecorações: Ordem de Rio Branco, Círculo Diplomático de Brasília.

Antonio Francisco da Costa e Silva Neto

Lisboa/Portugal, 12 de setembro de 1987. Filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva.

Estudou Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980/81/82). Cambridge Certificate of Proficiency (1981). Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco (1984).

Terceiro Secretário, 17 de dezembro de 1984.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1985, 1986. Estágio Profissionalizante no Equador, 1985

Georgetown, Encarregado, 1986

Professor-Assistente de História das Idéias Políticas, Instituto Rio Branco, 1986.

Arthur Vivacqua Correa Meyer

Rio de Janeiro/RJ, 12 de junho de 1948. Filho de Arthur Maciel Corrêa Meyer e Heloisa Vivacqua Corrêa. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, UEG. Curso Especial sobre a ONU. Curso sobre Mercado de Capitais, Industrialização e Urbanização da América Latina e Processo de Integração Latino-Americana, UEG. Curso 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, ADESG. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. "Master of Arts" em Economia, Universidade de Chicago. I Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. "Certificates of Proficiency in English" das Universidades de Michigan e Cambridge. Doutor em Ciências Econômicas, Universidade Católica Andres Bello, Caracas. II Tenente da Reserva do Exército.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971.

Segundo Secretário, antigüidade, 29 de maio de 1975.

Primeiro Secretário, antigüidade, 17 de dezembro de 1980.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1971.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1973/74.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa-II, 1974.

Subchefe da Divisão da Europa-II, 1974.

Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1981/83.

Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983.

Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1983.

Chicago, Vice-Cônsul, 1975.

Chicago, Cônsul-Adjunto, 1975/78.

Chicago, Encarregado, 1978.

Caracas, Segundo Secretário, 1978/79.

Caracas, Primeiro Secretário, 1981.

Caracas, Cônsul, 1978/81.

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Brasília, 1974 (secretário).

À disposição do Cerimonial durante as solenidades de posse do Presidente da República, 1974.

II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Bulgária, Brasília, 1975 (secretário).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (secretário).

Feira de Iguarias de Chicago, 1975 (diretor-geral do "Stand" do Brasil).

Feira Internacional de Comércio de Chicago, 1976 (diretor do "Stand" do Brasil).

VI Conferência de Autoridades Latino-Americanas de Informática, Rio de Janeiro, 1982 (delegado).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, Brasília, 1982 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, Brasília, 1982 (delegado).

VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Brasília, 1982 (delegado).

II Reunião das Comissões Nacionais para o Programa Hidrológico Internacional (PHI) dos Países da América do Sul, Brasília, 1983 (delegado).

IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasília-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado).

Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP), 1985-86.

Medalha e Prêmio Correia Lima, Ministério do Exército, Brasil.

Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, IRBr, Brasil.

Cezar Augusto de Souza Lima Amaral

Ponta Grossa/PR, 12 de setembro de 1951. Filho de Alfredo Augusto Amaral e Geiza de Souza Lima Amaral. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Economia, UFRJ. Mestrado em Economia, New York University, Nova York. Professor, de Moedas e Bancos, Faculdade de Economia, UBEG, 1976.

Terceiro Secretário, 11 de setembro de 1975.

Segundo Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Assessor do Inspetor-Geral de Finanças, 1975/79.

Agregado, 1982/83.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1983.

Nova York, Segundo Secretário (servindo no Escritório Financeiro), 1979/82.

XIII Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, Assunção, 1983 (delegado).

À disposição da Secretaria de Planejamento, 1982/83.

Clodoaldo Hugueney Filho

Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 1943, filho de Clodoaldo Hugueney e Carintha Fialho Hugueney.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Direito, PUC/RJ. *Magister* em Ciências Econômicas, Universidade do Chile.

Terceiro Secretário, 15 de fevereiro de 1966. Segundo Secretário, merecimento, 09 de janeiro de 1969. Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1966. Assistente do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1975. Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1977/79. Chefe da Divisão de Política Comercial, 1983. Santiago, Cônsul-Adjunto, 1969/72. Santiago, Encarregado, 1970 e 1971. Washington, OEA, Segundo Secretário, 1972/75. Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1974. Londres, Conselheiro, 1979/83. Reunião dos Embaixadores na Europa Ocidental, Roma, 1966 (assessor). I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da ONU, Nova Iorque, 1967 (membro). Comitê de Manufaturas da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1967 (membro). Reuniões do Grupo de Preferências da UNCTAD, Genebra, 1967 (membro). VIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1968 (membro). II UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (membro). IX Sessão da Junta do Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1969 (membro). III UNCTAD, Santiago, 1972 (membro). XIV Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1972 (membro). III Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973 (delegado). I Período de Reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano, Lima, 1973 (membro). II Período de Reuniões da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). V Período de Reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). IV Período de Sessões do CIECC, Santo Domingo, 1974 (membro). VII Sessão do Grupo *ad hoc* de Barreiras Tarifárias, Quito, 1974 (delegado). IX Reunião Ordinária do CIES, Quito, 1974 (delegado). X Reunião do CIES, Washington, 1975 (delegado).

Dad Abi Chahine Squarisi

Bacharelato e Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília, 1971;

Especialização em Linguística, PUC/RS, 1978; Mestrado em Teoria da Literatura, PUC/RS, 1979; Especialização em Lógica Matemática, PUC/RS, 1979; Curso de Especialização sobre América Latina, UnB, 1980; Curso de Especialização em Direito Autoral, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Suíça, 1982; Treinamento em ensino audiovisual para professores de Português dos Centros de Estudos Brasileiros no Exterior, UnB, 1972; Membro da equipe de pesquisadores encarregada dos trabalhos de coleta de material, análise e redação relativos ao Projeto de Modernização de Estruturas e Métodos de Ensino do Português para Aloglotos, programado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob a responsabilidade do Instituto de Letras da UnB, 1972.

Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Coordenadora da Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1974/76.

Obras publicadas: *Sintaxe* – “Instrução Programada”, Editora Marco, Brasília, 1971; *Cronograma* – “Programa de Português para os Centros de Estudos Brasileiros da América Latina” (co-autora), 1972; “Comunicação em Prosa e Verso” (co-autora), Editora do Brasil, São Paulo, 1973; “Leitura para Conversação”, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (revisão, ampliação e atualização), Montevideu, 1975; “Viagem pelo Brasil em Imagens” (coordenadora e co-autora), Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1975; “Módulos de Ensino Personalizado de Português para o 1º Grau”, CETEB/MEC, Brasília, 1976/77; “Lições de Português para Hispano-Americanos” (coordenação, revisão, atualização e ampliação), Editora Globo, Porto Alegre, 1977; “Módulos de Ensino Personalizado: Literatura Brasileira, 2º Grau; Educação Artística, 1º Grau” (co-autora); “Educação Artística, 2º Grau”, CETEB, Brasília, 1978; “Unidades Instrucionais Planejadas: Documentação e Arquivo; Organização e Métodos de Introdução à Administração Geral”, IDR/GDF, Brasília, 1979; “Unidades de Ensino Personalizado: SUCAM – Natureza de sua Organização” (co-autora); “Português” (co-autora); “Atos Administrativos” (co-autora), FUBRAS – Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; “Módulos de Língua Portuguesa”, CETEB, Brasília, 1980; “Curso de Língua Portuguesa”, MEC, 1981; “Instrumentos de Ensino Personalizado de Língua Portuguesa”, FUNCEP/DASP, Brasília, 1981; “Curso de Língua Portuguesa à Distância”, Banco Central, Brasília, 1986.

Conferências proferidas na Fundação Educacional do Distrito Federal, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, Clube Brasileiro, em Montevideu, Universidade de Brasília. Crítica Literária nos jornais *José e Jornal de Brasília*, Assessora Parlamentar do Senado Federal.

Encarnación Ponce Lopes de Pesquero

Escuela Normal de León, Espanha, 1961.

Atividade docente: Academia de Linguas, Berlita, Madrid, 1950/54; Grupo Escolar Ponce de León, León, 1960/62; Grupo Escolar del Mercado,

León, 1962/63; Centro de Ensino Elefante Branco, Brasília, 1964; Universidade de Brasília, 1965; Instituto de Língua Italiana (curso de espanhol), 1975; Instituto de Cultura Hispânica, 1975/86; IRBr 1984-1986.

Flávio Roberto Bonzanini

Guaporé/RS, 13 de julho de 1948. Filho de Elio Antonio Bonzanini e Norma Ingard Schneider Bonzanini. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Direito, RJ. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, DF. II Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Michigan. "Certificat Pratique de Langue Française" e "Diplôme d'Études Françaises", Universidade de Nancy. Terceiro Secretário, 06 de fevereiro de 1973. Segundo Secretário, antigüidade, 15 de abril de 1977. Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980. Assistente do Chefe da Divisão da ALALC, 1973/77. Roma, Segundo Secretário, 1977/80. Roma, Subchefe do SECOM, 1977/79. Roma, Primeiro Secretário, 1980/81. Roma, Chefe do Setor Econômico, 1980/81. Montevidéu, ALADI, Primeiro Secretário, 1981/83. XIII, XIV, XV, XVII e XVIII Reuniões da Comissão Assessora de Assuntos Monetários da ALALC, Montevidéu, Arequipa, Montevidéu e Caracas, 1973/76 (membro). X, XI, XII, XIII e XIV Reuniões do Conselho de Política Financeira e Monetária da ALALC, Rio de Janeiro, México, São José da Costa Rica, El Salvador e San Francisco, 1973/76 (membro). Grupo de Trabalho de Organização das solenidades de posse do Presidente Geisel, 1974 (membro). XV Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1975 (membro). Representante do Ministério das Relações Exteriores em visita da Marinha aos portos de Letícia e Iquitos, por ocasião das comemorações das respectivas datas nacionais, 1975. Diretor do Pavilhão Brasileiro da Feira de Calçados e Couro de Florença, 1977. Diretor do Pavilhão Brasileiro da Feira do Levante de Bari, 1978. III Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, Roma, 1978 (membro). I Reunião do Comitê Empresarial Brasil-Itália, Milão, Turim e Roma, 1979 (representante). V Rodada de Negociações dos Países Andinos, Montevidéu, 1981 (membro). Reunião de Delegados Governamentais de Alto Nível dos Países-Membros da ALADI, Lima, 1981 (membro). I e II Conferências Extraordinárias de Avaliação e Convergência da ALADI, Montevidéu e Bogotá, 1981 (membro).

I e II Rodadas de Negociações com os Países Não-Andinos, Montevidéu, 1981 (membro). Reunião de Alto Nível de Responsáveis pela Integração, Montevidéu, 1982 (membro). I, II, III, IV e V Rodadas de Negociações com os Países Não-Andinos, Montevidéu, 1982 e 1983 (membro). III, IV, V e VI Conferências Extraordinárias de Avaliação e Convergência, Montevidéu, 1982/83 (membro). III Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI, Montevidéu, 1983 (membro). Reunião de Peritos Governamentais em Preferência Tarifária Regional e Rodada de Negociações com os Países Andinos, Montevidéu, 1983 (membro).

Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello

Rio de Janeiro/RJ, 08 de janeiro de 1942. Filho de Henrique Bandeira de Mello e Maria Thereza Bandeira de Mello. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso Especial de Aperfeiçoamento em Promoção Comercial, Turim. Bacharel em Ciências Econômicas, Faculdade de Economia e Finanças, Rio de Janeiro. II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, Brasília. Curso de Altos Estudos, CAE, IRBr. Terceiro Secretário, 17 de novembro de 1967. Segundo Secretário, merecimento, 19 de maio de 1971. Primeiro Secretário, merecimento, 18 de agosto de 1976. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979. Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1968/69. Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1969/71. Assistente do Chefe de Divisão da América Meridional-I, 1975/76. Assessor do Chefe do Departamento da Europa, 1976/78. Coordenador Técnico do Departamento Geral de Administração, 1978/79. Coordenador de Planejamento Administrativo e Programação Financeira, 1979/81. Roma, Terceiro Secretário, 1971. Roma, Segundo Secretário, 1971/75. Belgrado, Encarregado de Negócios, 1971. Belgrado, Segundo Secretário, 1972. Washington, Conselheiro, 1981/83. III Bial Internacional da Gráfica de Florença, 1972 (comissário brasileiro). XXXVI Bial de Veneza, 1972 (comissário-adjunto). IV Sessão do Subcomitê de Estatísticas de Óleos Vegetais, FAO, Roma, 1973 (delegado). VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1973 (delegado). Delegação Permanente do Brasil junto à FAO, Roma, 1974 (chefe).

II Sessão do Comitê de Agricultura, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 XXXV Sessão do Subgrupo de Estatística de Cacau, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 Grupo de Trabalho Consultivo de Pesquisas sobre Fibras Duras, FAO, Roma, 1974 (chefe).
 VII Sessão de Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, FAO, Roma, 1974 (chefe).
 Consultas Intensivas sobre Fibras Duras, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (chefe).
 Consultas Intergovernamentais Intensivas sobre Chá, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (observador).
 XX Sessão do Comitê Executivo da Comissão do "Codex Alimentarius" FAO/OMS, Roma, 1974 (representante da América Latina).
 II Sessão do Subgrupo de Países Exportadores de Bananas, FAO/Roma, 1974 (chefe).
 VII Sessão do Subgrupo de Estatísticas do Grupo Intergovernamental de Bananas, FAO, Roma, 1974 (chefe).
 Sessão Especial do Grupo Intergovernamental de Bananas, Consultas Intensivas, FAO/UNCTAD, Roma, 1974 (chefe).
 X Sessão da Comissão do "Codex Alimentarius", FAO/OMS, Roma, 1974 (delegado).
 I Sessão da Comissão de Fertilizantes, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 Reunião Extraordinária do Conselho da FAO, 1974 (delegado suplente).
 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Cereais, FAO, Roma, 1974 (observador).
 Reunião do Grupo de Trabalho Preparatório da Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado).
 Sessão Especial do Grupo Intergovernamental sobre Cereais para a realização de consultas intensivas, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (observador).
 III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado).
 IV Sessão do Grupo Intergovernamental de Carne, FAO, Roma, 1974 (chefe).
 XLIX Sessão do Comitê de Produtos de Base, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 IX Sessão do Comitê de Pesca, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 XXXVI Sessão do Subgrupo de Estatística de Cacau, FAO, Roma, 1974 (delegado).
 XXVI Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (observador).
 Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado).
 LXIV Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1974 (delegado).
 Consultas Intergovernamentais sobre Cereais, Roma, 1974 (delegado).
 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Arroz, FAO, Roma, 1975 (observador).
 IX Sessão do Comitê Técnico Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacio-

nal, FAO, Roma, 1975 (observador).
 Encontro Internacional *ad hoc* sobre Sistema Internacional de Reserva de Cereais, Londres, 1975 (representante).
 VI Sessão do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1975 (delegado).
 LXXII Sessão Especial do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1975 (delegado).
 Consulta de Peritos sobre Estoques de Cereais, FAO, Roma, 1975 (observador).
 Sessão Extraordinária do Conselho da FAO, Roma, 1975 (delegado).
 Reunião do Subgrupo Diretivo do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO, Roma, 1975 (delegado).
 XXVII Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1975 (observador).
 III Sessão do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO, Roma, 1975 (delegado).
 XVII Sessão do Comitê sobre Código de Princípios Referentes a Leite e Produtos Lácteos, FAO/OMS, Roma, 1975 (delegado).
 III Sessão do Comitê de Agricultura, FAO, Roma, 1975 (delegado).
 Reunião do "Bankers Programe", FAO, Roma, 1975 (delegado).
 Consulta *ad hoc* sobre Segurança Alimentar Mundial, FAO, Roma, 1975 (observador).
 Reunião *ad hoc* sobre Reajuste Agrícola Internacional, FAO, Roma, 1975 (observador).
 LXVI Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1975 (delegado).
 I Sessão do Conselho Mundial de Alimentação, ONU, Roma, 1975 (observador).
 IX Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, FAO, Roma, 1975 (chefe).
 Comitiva do Senhor Presidente da República, visita a Assunção, 1975 (integrante).
 Missão Brasileira ao Chile, para negociações sobre suprimento de cobre ao Brasil, 1976 (membro).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Belgrado, 1976 (integrante).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, Praga, 1976 (integrante).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Budapeste, 1976 (integrante).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-República Democrática Alemã, Berlim, 1976 (integrante).
 XXXIII Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1978.
 Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil.

Gelson Fonseca Júnior

Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 1946, filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca.

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Assuntos Latino-Americanos, Georgetown University. Professor de Relações Internacionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1979 a 1986. Banco do CAD (1980 – 1986) e do CAE (1984 – 1986).

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970. Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Primeiro Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977. Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Ministro de Segunda Classe em junho de 1984.

Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73. Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973. Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77. Assessor do Ministro de Estado, 1977/84. Coordenador de Assuntos Bilaterais da Secretaria-Geral (1985 – 1986). Washington, Segundo Secretário, 1973/76. I Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1970 (membro). III Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1971 (assessor). I Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, São José, 1971 (assessor). II Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1972 (assessor). XV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, México, 1973 (assessor). VIII Reunião Anual do CIES, da OEA, Bogotá, 1973 (assessor).

Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil. Prêmio Rio Branco e Medalha de Ouro, no CPCD/IRBr. Prêmio Universidade do Estado da Guanabara.

Gerson Machado Pires Filho

Rio de Janeiro/RJ, 29 de julho de 1946. Filho de Gerson Machado Pires e Maricilda de Carvalho Pires. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971.

Segundo Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1975.

Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980.

Assistente do Chefe da Divisão de Documentação, 1971/73.

Auxiliar do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1973/74.

Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983.

Paris, UNESCO, Terceiro Secretário, 1975/78.

Varsóvia, Segundo Secretário, 1978/80.

Varsóvia, Encarregado de Negócios, 1980.

Varsóvia, Primeiro Secretário, 1980/81.

Presidente Stroessner, Cônsul-Adjunto, 1981/83.

XXXV Sessão da Conferência Internacional da Educação, Genebra, 1975 (membro).

XIX Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Nairobi, 1976 (assessor).

Assessor do Chefe do DAO, 1983-1986.

B.A. Filosofia Política, Wesleyan University, EUA.

Extensão Universitária, Filosofia, Yale University, EUA.

Bacharelado, Faculdade de Direito, UEG.

Mestrado, Sociologia Política, UnB.

DEA/Doutoramento em Filosofia da História, Ecole des Hautes Etudes, Paris.

Professor de História das Idéias, UnB, 1985-1986.

Heloisa Vilhena de Araújo

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Doutorado em Literatura Brasileira, King's College, Universidade de Londres.

Terceiro Secretário, 1963; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1979.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1964/66; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1973/75; Assistente do Chefe do Departamento das Américas, 1975/76; Assessor do Diretor do IRBr, 1983/84. Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1985. Paris, Vice-Cônsul, 1966; Paris, Cônsul-Adjunto, 1967/69; Paris, Encarregado, 1968; Sófia, Encarregado de Negócios, 1968; Moscou, Segundo Secretário, 1969/82; Sófia, Encarregado da Legação, 1972; Londres, Primeiro Secretário, 1976/79; Londres, Conselheiro, 1979/80; Lima, Conselheiro, 1980/82.

Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares

Sena Madureira/AC, 12 de novembro de 1945, filho de Oriovaldo da Silva Valladares e Alaide Nascimento Valladares.

Bacharel em Administração Pública. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília. DEA de Sociologia Política e Relações Internacionais. Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris).

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antigüidade, 05 de novembro, 1975. Primeiro Secretário, merecimento, 21 de julho de 1979. Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1984.

Secretaria de Estado, 1971/73. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1973/74. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1984. Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-I, 1984. Chefe da Divisão da África-II, 1985. Paris, Segundo Secretário, 1975/79. Maputo, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979. Paris, Primeiro Secretário, 1979/80. Assunção, Primeiro Secretário, 1980/83. Lusaca, Encarregado de Negócios, Reunião Plenária da Comissão Mista Permanente de Comissão e Investimento Brasil-Paraguai, 1971 (assessor). Primeira Reunião da Subcomissão Mista Brasil-Uruguai de Desenvolvimento Agropecuário, Brasília, 1972 (membro).

Ordem de Rio Branco, Cavaleiro, Brasil.

Ileana Florica Ghiatza Fadul

Bacharel em Filosofia, Associação Universitária Santa Úrsula, 1973;

Certificat d'Études du 3ème Degré Littéraire, Alliance Française, Rio de Janeiro, 1968; Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré), Université de Nancy, Rio de Janeiro, 1970; Stage de Formation de Professeur à l'enseignement du Français par les méthodes audio-visuelles élaborées par le CREDIF, Rio de Janeiro, 1977.

Atividade docente: professora de Francês: Instituto Bennett de Ensino, 1976; Colégio São Patrício, 1977; Associação de Cultura Franco-Brasileira, 1971/83; "La pensée française à partir de 1945", Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro, 1983; *ateliers* para preparação dos cursos de Nancy II e III, Alliance Française, Rio de Janeiro, 1976/83.

Publicações internas da Aliança Francesa sobre literatura e cultura francesas; traduções de Francês para a *Revista de Civilização Brasileira*.

Issa Antonio Bonduki

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas, Faculdade de Direito, Universidade Libanesa de Beirute.

Professor de Língua Árabe, História e Geografia, Homs, Síria, 1948/54; Diretor do Colégio Diddi-Trípoli, Líbano, 1955/56; Diretor do Colégio de Dhour-el-Choueir, Líbano, 1956/57; Redator de assuntos econômicos do jornal *Sada-Luban*, Líbano, 1956/59. Professor de Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe-Brasileira (ICAB). Tradutor de árabe.

Jadiel Ferreira de Oliveira

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 07 de novembro de 1963. Segundo Secretário, antiguidade, 31 de dezembro de 1966. Primeiro Secretário, antiguidade, 20 de julho de 1976. Conselheiro, merecimento, 18 de agosto de 1981.

Assistente do Chefe da Divisão de Imigração, 1975/76. Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1976/77. Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1979/80. Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1980. Chefe, substituto, da Divisão Consular, 1982. Chefe da Divisão de Imigração, 1982/83. Caracas, Vice-Cônsul, 1965/67. Caracas, Encarregado do Serviço Consular, 1965. Damasco, Segundo Secretário, 1967/69. Damasco, Encarregado de Negócios, 1968 e 1969. Bucareste, Encarregado da Legação, 1969. Damasco, Encarregado de Negócios, 1971. Budapeste, Segundo Secretário, 1973/75. Budapeste, Encarregado de Negócios, 1974. Luanda, Encarregado de Negócios, 1978. Delegação do Brasil às Conversações sobre Transportes Rodoviários, Lima, Quito e Bogotá, 1964 (membro). I Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-França, Caiena, 1981 (delegado). II Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, Brasília, 1981 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Brasília, 1983 (delegado). Professor de Prática Diplomática e Prática Consular, IRBr, 1986.

James Crawford Ferguson

Bachelor of Arts, Filosofia e Francês, Universidade de Bangor, País de Gales; Master of Arts, Linguística e Inglês, Universidade de Leeds, Inglaterra.

Leitor de Inglês, Lycée A. Sorel, Honfleur, França, 1969/70; Professor de Inglês, St. Francis Secondary School, Makeni, Serra Leoa, 1971/72; Conferencista (Filosofia e Francês), McMaster University, Hamilton, Ontário, Canadá, 1972/74; Conferencista, Universidade de Madagascar, 1975/80; Tradutor autônomo, intérprete e professor, Paris, 1980/81.

Jean-François Cleaver

- Licenciatura em Português e Espanhol na Université de Provence-1973
- Mestrado em Civilização Espanhola na Universidade supracitada, 1974.
- Estágio de ensino audiovisual de Francês na Aliança Francesa de Paris, 1973.
- Funções de Tradutor-Intérprete e Técnico em Assuntos Educacionais, MEC/SEPS, MEC/INEP, MEC/SG/SEAI, de 1980 a 1986.
- Presta serviços de Tradutor-Intérprete à Fundação Cabo Frio e outros órgãos públicos.
- Professor de língua francesa em:
 - CEUB, 1976
 - Escola francesa de Brasília, 1976
 - Aliança francesa de Bogotá, 1977-1978
 - Eletronorte, 1979
 - Escola Americana de Brasília, 1980
 - Ministério da Saúde, 1980
 - MEC, 1980-1985
 - Rio Branco, 1985-1986
 - IBRAF, 1986
- Professor de língua espanhola em:
 - Education Nationale da França (1975-1976)
 - Centro de Cultura Hispânica do Brasil (1976 e 1979)
 - Escola Americana de Brasília (1980)

João Almino de Souza Filho

Mossoró/RN, 27 de setembro de 1950. Filho de João Almino de Souza e Natália de Queiroz e Souza. Bacharel em Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Mestrado em Sociologia, Fundação Universidade de Brasília/UnB. Doutorado de Terceiro Ciclo em Filosofia Política, "École des Hautes Etudes en Sciences Sociales", Paris. Professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, 1983.

Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974.

Segundo Secretário, antiguidade, 19 de setembro de 1977.

Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980.
 Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1974/76.
 Paris, Terceiro Secretário, 1977.
 Paris, Segundo Secretário, 1977/79.
 Paris, Primeiro Secretário, 1980.
 Beirute, Primeiro Secretário, 1980/82.
 Beirute, Encarregado de Negócios, 1981.
 México, Primeiro Secretário, 1982/83.
 Reuniões dos Grupos de Trabalho do Comitê de Negociações Comerciais do GATT, Genebra, 1974 (assessor).
 I Rodada de Reuniões do Grupo de Negociações do Comitê de Negociações Comerciais do GATT, Genebra, 1975 (assessor).
 I Reunião do Grupo Consultivo de Carnes do GATT, Genebra, 1975 (representante).
 II Sessão da Comissão sobre Empresas Multinacionais das Nações Unidas, Lima, 1976 (delegado).
 Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1977 (delegado).
 Seminário de Treinamento sobre a Nova Ordem Econômica Internacional e a Diplomacia Multilateral, Academia Diplomática de Viena, 1977.
 Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Código de Ética para o Comércio Internacional de Alimentos da FAO, Paris, 1979 (delegado).
 VI Reunião da Comissão sobre Princípios Gerais do CODEX ALIMENTARIUS da FAO, Paris, 1979 (delegado).
 Conferência Mundial sobre Políticas Culturais da UNESCO, México, 1982 (assessor).
 Representante Alternado do Brasil para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, México, 1982.
 Representante Alternado do Brasil para o Instituto Indigenista Interamericano, México, 1982.
 VI Reunião do Subcomitê do ILPES da CEPAL, México, 1983 (observador).
 Medalha de Ouro do Rio Branco no CPCD/IRBr.
 Ordem da Águia Azteca, Oficial, México.

John Stanley Trzeciak

Bacharel em Ciências Sociais, Universidade de Southampton, Inglaterra;
 Professor no British Institute de Turim e Bolonha, Itália; professor de inglês para estrangeiros em Londres e Reading.

José Francisco Rezek

I. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966. Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1967. Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América, 1965. Diploma da Universidade Harvard em curso de extensão: Institui-

ções Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico. Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação, 1967/1968, 1970. Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional da Haia, 1968. Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970. Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973. Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978/1979. "Diploma in Law" pela Universidade de Oxford, 1979.

II. Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970. Professor Titular na UnB; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974/1976. Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974/1975. Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977/1980. Conferencista, examinador de teses de doutoramento e de concursos para a cátedra nas principais universidades do país. Professor na Academia da Haia, em 1986. Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978/1979.

III. Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974. Subprocurador-Geral da República, com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, 1979/1983. Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1983.

IV. Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974, 1975, 1976. Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty. Examinador das teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos, desde 1982.

V. Principais obras publicadas: "Droit des Traités: Particularités des Actes Constitutifs d'Organisations Internationales", Academia de Direito Internacional da Haia, 1968. "La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-Américain", tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris, Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970. "Comunicações de Massa na Constituição Brasileira", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 2, Universidade de Brasília, 1972. "As Relações Internacionais na Constituição da Primeira República", in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 126, Imprensa Nacional, Brasília, 1973. "O Prin-

cípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira", in *Boletim do Departamento de Polícia Federal*, Brasília, maio, 1973. "Perspectiva do Tratado Institucional", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 3, Universidade de Brasília, 1975. "A Questão da Nacionalidade após a Lei nº 6.092/74", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 4, Universidade de Brasília, 1976. "Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação", in *Estudos de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro*, Universidade de Brasília, 1976 (segunda edição in *Relações Internacionais*, nº 1, Câmara dos Deputados, Brasília, 1978). "O Juscolonialismo na Teoria da Responsabilidade Internacional", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 5, Universidade de Brasília, 1976. "Organização Política do Brasil", Universidade de Brasília, Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros, 1981. "A Disciplina Internacional da Nacionalidade", in *Letras Jurídicas - Revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal*, nº 1, Brasília, 1977; "Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade", in *Atualidades da Revista Forense*, nº 3, Rio de Janeiro, 1977 (2ª edição in *Boletim do Ministério da Justiça*, nº 277, Lisboa, 1978; 3ª edição in *Revista Jurídica* nº 88, Porto Alegre, 1978). "Conselho de Estado. Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros" (direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 19 vol. (1842/1845), 1978; 29 vol. (1846/1848), 1979; 39 vol. (1849/1853), 1981; 49 vol. (1854/1857); Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília. "A Nacionalidade à Luz da Obra de Pontes de Miranda", in *Revista Forense*, nº 263, Rio de Janeiro, 1979. "Variantes da Extradicação e Direitos Humanos", in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 151, Imprensa Nacional, Brasília, 1979. "Constitucionalidade do Empréstimo Compulsório de 1980", in *Revista Forense*, nº 277, Rio de Janeiro, 1982. "Limites Constitucionais da Liberdade de Trabalho", in *Revista do Serviço Público*, vol. 110-2, DASP-FUNCEP, Brasília, 1982. "Reciprocity as a Basis of Extradition", in *British Yearbook of International Law*, nº 52, Oxford, 1982. "Alcance do Veto Fundado em Contrariedade ao Interesse Público", in *Revista Forense*, nº 278, Rio de Janeiro, 1982. "Direito dos Tratados" Forense, Rio de Janeiro, XXIV + 628 pp. "Les dimensions internationales du droit humanitaire" (capítulo X. "protection des victimes des conflits armés"), obra coletiva patrocinada pela UNESCO e pelo Institut Henry Dunant, Paris, Pedone, 1986. "Le droit international de la nationalité", Reweil des cours de l'Académie de Droit International de la Haye, tomo 189, 1987. VI. Grande-Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Militar, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasil. Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, Portugal.

Jorge Luiz Fontoura

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação

em Direito das Organizações Internacionais, na Universidade de Parma, Itália, obtendo a "Summa Cum laude" na defesa de tese "Evoluzione Storica e Recenti Sviluppi del Diritto Nucleare", em 24 de julho de 1981, como aluno do Curso de Formação às Funções Internacionais da "SIOI - Ministero degli Affari Esteri", Roma. Realizou viagem de instrução e estágio no Parlamento Europeu, sede de Estrasburgo, na OCE, em Paris e na Comissão da Comunidade Européia, em Bruxelas. Participou da XI Reunião da Comissão Jurídica Interamericana, da OEA, como relator do grupo de trabalho sobre o ensino do Direito Internacional nas Américas. Aprovado em 2º lugar em concurso nacional de provas e títulos, exerce desde 1985 o cargo de Assessor Parlamentar de Relações Exteriores do Senado Federal. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de Brasília-DF e da "Interamerican Bar Association", Washington, onde compõe os comitês permanentes de Direito Internacional Público e de Ensino Jurídico.

Kori Carrasco Dorado Costa

Bacharel em Humanidades. Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Departamento de Linguística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Licenciatura e Mestrado em Letras, Universidade de Brasília. Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madrid. Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília.

Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969. Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79. Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979. Professora de Língua e Literatura Espanholas, Instituto de Cultura Hispánica, desde 1978.

IV Reunião Nacional de Poetas, La Paz, 1975. I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975. IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVII Simpósios de Literatura, Brasília, 1977/85. XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71. Membro do "Teatro Alianza Francesa", La Paz, 1971/84. Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz. Membro fundador da União Boliviana de Escritores, La Paz. Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz. I Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outubro/1985, RJ.

Lauro Escorel Rodrigues de Moraes

São Paulo/SP, 13 de setembro de 1917. Filho de Floriano Rodrigues de

Moraes e Maria Carmelita Escorel de Moraes. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/USP. Curso Superior de Guerra, ESG. Adjunto do Departamento de Estudos da ESG, 1953.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 10 de dezembro de 1943.

Segundo Secretário, merecimento, 23 de maio de 1950.

Primeiro Secretário, merecimento, 19 de janeiro de 1954.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 29 de novembro de 1968.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, 1945/46.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1953.

Chefe, substituto, da Divisão Cultural, 1961.

Chefe do Departamento Cultural e de Informações, 1961.

Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, 1967/69.

Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Americanos, 1969/70.

Boston, Vice-Cônsul, 1946/49.

Boston, Encarregado, 1943.

Washington, Terceiro Secretário, 1949/50.

Washington, Segundo Secretário, 1950/53.

Vaticano, Primeiro Secretário, 1954/57.

Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1957/60.

Belgrado, Ministro-Conselheiro, 1963/64.

Belgrado, Encarregado de Negócios, 1963.

Roma, Ministro-Conselheiro, 1964/65.

Roma, Encarregado de Negócios, 1964.

La Paz, Embaixador, 1965/67.

Assunção, Embaixador, 1970/72.

Copenhague, Embaixador 1973/75.

México, Embaixador, 1975/81.

Madrid, Embaixador, 1982/84.

Diretor do IRBr 1985-1986.

Conselho Nacional de Geografia, 1945 (representante-suplente do MRE)

IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Washington, 1951 (secretário).

I Reunião do Conselho Cultural Interamericano, México, 1951 (membro).

VII Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1952 (membro).

X Conferência Interamericana, Caracas, 1954 (membro).

Missão Especial às solenidades comemorativas do LXXX Aniversário Natalício do Papa Pio XII e do XVII Aniversário de sua Coroação, Vaticano, 1956 (membro).

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Argentina, 1958 (membro).

III Período de Sessões da Comissão Especial para Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos "21"), Bogotá, 1960 (membro).

Comissão de Acordos com a Bolívia, 1960 (chefe).

Comissão de Elaboração das instruções para a Delegação do Brasil à Reunião Especial do Comitê dos "21" do Conselho da OEA, Bogotá, 1960 (chefe).

Grupo de Trabalho para elaboração da Agenda das Conversações entre os Presidentes do Brasil e da Itália, 1961 (membro).

Grupo de Trabalho para elaboração da Agenda das Negociações com a Iugoslávia, 1961 (chefe).

Trabalhos do Congresso Internacional de Redatores-Chefe, Roma e Nápoles, 1962 (delegado).

Comissão Educacional dos Estados Unidos, 1962 (membro).

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Bolívia, 1966 (enviado extraordinário).

I Reunião Extraordinária e III Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1969 (delegado).

Reunião da Comissão Especial do CIES, Washington, 1969 (chefe).

Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos para tratar do Conflito Honduras-El Salvador, Washington, 1969 (delegado).

VI Reunião da CEBAC, Buenos Aires, 1969 (chefe).

Reunião da Comissão Especial do CIES, Caracas, 1970 (chefe).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Ecuador, Quito, 1970 (chefe).

Seção Brasileira da Comissão Mista Especial de Transportes e Turismo Brasil-Paraguai, 1970 (chefe).

IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1971 (delegado). Conferência Mundial do "Ano Internacional da Mulher", Cidade do México, 1975 (chefe). Reunião Conjunta das Comissões Culturais Brasil-México, Cidade do México, 1975 (chefe).

II Conferência Regional das Nações Unidas sobre Cartografia nas Américas, México, 1979 (chefe).

Reunião da Junta Executiva do UNICEF, México, 1979 (chefe).

VI Sessão da Comissão de Empresas Transnacionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, México, 1980 (chefe).

Publicações:

"Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel", Edições Simões, Rio de Janeiro, 1958. "A Pedra e o Rio" (uma interpretação da poesia de João Cabral de Melo Neto), Editora Duas Cidades, São Paulo, 1972.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito, Argentina.

Ordem do Mérito, Chile.

Ordem do Condor dos Andes, Grã-Cruz, Bolívia.

Ordem da Tunísia, Grã-Cruz, Tunísia.

Ordem Nacional do Paraguai, Grã-Cruz, Paraguai.

Ordem de Danneborg, Grã-Cruz, Dinamarca.

Comenda de São Gregório, Vaticano.

Ordem do Mérito Civil, Grã-Cruz, Espanha.

Luiz Augusto de Castro Neves

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, UF/RJ. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial. Curso de Mestrado em Economia, University College, Universidade de Londres. Curso de Altos Estudos, IRBr. Diploma em Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge. Terceiro Secretário, 1968. Segundo Secretário, 1972. Primeiro Secretário, 1978. Conselheiro, 1981.

Assistente junto à Assessoria Especial do Ministro de Estado, 1969/71. Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1977/79. Assistente do Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1978/80. Chefe, substituto, da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1980. Membro da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1981/85. Subchefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1985. Governador-suplente do Brasil na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, 1982/85. Professor da Universidade de Brasília, desde 1979. Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1972. Buenos Aires, Segundo Secretário, 1973. Londres, Segundo Secretário, 1974/77.

Marcel Fortuna Biato

Buenos Aires/Argentina (brasileiro, de acordo com o artigo 42, parágrafo 1º do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939 e artigo 129, nº II da Constituição Federal), 17 de novembro de 1958. Filho de Oswaldo Biato e Nêa Fortuna Biato. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 15 de dezembro de 1981.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1981/83.

XIII Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1982 (delegado).

Professor de Inglês, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 16.05.86.

Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos

Rio de Janeiro/RJ, 24 de junho de 1945. Filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos. Bacharel em Economia, FCE-UF/RJ. Curso Especial sobre a ONU, IRBr. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso sobre a OEA, OEA, Washington.

Terceiro Secretário, 11 de março de 1971.

Segundo Secretário, antigüidade, 24 de outubro de 1975.

Primeiro Secretário, antigüidade, 17 de dezembro de 1980.

Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1972/73.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, do Departamento das Américas, 1981/83.

Washington, OEA, Terceiro Secretário, 1974.

Washington, OEA, Segundo Secretário, 1975/77.

Lima, Segundo Secretário, 1977/80.

V Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972 (assessor).

Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-6 (Integração Energética), Buenos Aires, 1972 (assessor).

Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-5 (Interconexão Rodoviária, Ferroviária e de Telecomunicações), Buenos Aires, 1972 (delegado).

IX Reunião Ordinária do CIES, Quito, 1974 (delegado).

VII Reunião do Grupo *ad hoc* de Comércio de CECON, Quito, 1974 (assessor).

Conferência de Plenipotenciários para a Reforma do TIAR, San José, 1975 (assessor).

XVI Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, San José, 1975 (assessor).

XIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, San José, 1976 (assessor).

VI e VII Períodos de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Santiago, 1976 e Granada, 1977 (assessor).

IV Período Extraordinário de Sessões da Assessoria Geral da OEA, Washington, 1977 (assessor).

Reunião para a finalização das negociações do Acordo de Alcance Parcial nº 10, entre o Brasil e a Colômbia, Bogotá, 1982 (delegado).

Reunião para Análise do Intercâmbio Comercial entre o Brasil e o Peru, Brasília, 1982 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Brasília, 1983 (delegado).

Michio Yamaguchi

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de Japonês em São Paulo, Goiás e Brasília, 22 de novembro de 1980, julho de 1983. Fundador da Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, (AICBJ); Eleito para Conselho Fiscal efetivo, julho de 1983 — julho de 1985. Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Março de 1983: Fundador do Instituto Midori, escola da língua japonesa em Brasília, DF. Diretor e professor do Instituto Midori.

Patrick Kevin Redmond

Bacharelato em Letras, Universidade de Cluain Mhuire, Institute of Higher Studies, Galway, Irlanda, 1954; Licenciatura em Teologia, Alfonsianum, Roma, 1959.

Atividades profissionais: Diretor do Colégio Agrícola, Pedro Afonso, GO. Professor de Inglês, Colégio São Clemente, Fortaleza, CE. Tradutor e intérprete, Teresina, PI. Professor de Inglês e coordenador do treina-

mento de professores, Curso BRASAS, 1977/79. Cursos ministrados no Ministério do Interior, 1977/78; no Ministério da Agricultura, 1979; na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, 1979; no Ministério das Comunicações, 1980/81. Cursos de Inglês no Banco do Brasil e Banco Lar Brasileiro. Professor do Instituto Britânico Independente.

Paulo Antônio Pereira Pinto

Recife/PE, 28 de janeiro de 1948. Filho de José Paulo Pereira Pinto e Maria José Nery Pereira Pinto. Curso de Ciências Econômicas, UDF. Oficial de Chancelaria do MRE, 1970/76.

Terceiro Secretário, concurso, 06 de fevereiro de 1976.

Segundo Secretário, antiguidade, 21 de junho de 1979.

Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1976.

Libreville, Terceiro Secretário, 1976.

Maputo, Terceiro Secretário, 1977/79.

Maputo, Encarregado de Negócios, 1978.

Pretória, Segundo Secretário, 1979/82.

Pretória, Encarregado de Negócios, 1979/82.

Pequim, Segundo Secretário, 1982/83.

À disposição da Delegação Comercial Gabonesa em visita ao Brasil, 1976.

À disposição da Comitativa do Senhor Ministro de Estado em visita ao Zimbábue, 1980.

Paulo Roberto de Almeida

São Paulo/SP, 19 de novembro de 1949. Filho de João de Almeida e Laura Augusta de Almeida. Licenciado em Ciências Sociais, Universidade de Bruxelas, 1975. Mestre em Planificação Econômica, Universidade de Antuérpia, 1976. Doutor em Ciências Sociais, Universidade de Bruxelas, 1984.

Professor de Sociologia, Faculdades Metropolitanas Unidas, SP, 1977.

Professor de Economia Brasileira e Economia Internacional, Faculdade de Ciências Contábeis Campos Salles, São Paulo, 1977.

Professor de Sociologia Política, Mestrado de Sociologia da Universidade de Brasília, 1985-86; Professor de Sociologia Política, Instituto Rio Branco, 1986.

Vestibular do CPCD, 1977. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva. Terceiro Secretário, concurso, 01 de dezembro de 1977. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva.

Segundo Secretário, antiguidade, 23 de janeiro de 1980.

Primeiro Secretário, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa-II, 1977/79. Assessor do Secretário-Executivo da COLESTE, 1977/79.

Secretaria de Relações com o Congresso, 1985/86.

Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, 1986/87.

Berna, Terceiro Secretário, 1979.

Berna, Segundo Secretário, 1980/82.

Berna, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/82.

Belgrado, Segundo Secretário, 1982/1984.

Belgrado, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1982/84.

Genebra, Delegação Permanente para o Desarmamento e os Direitos Humanos, 1987.

Reunião do Conselho Consultivo de Estudos Postais da União Postal Universal, Berna, 1980 (membro).

Reunião do Conselho Consultivo de Estudos Postais da União Postal Universal, Berna, 1981 (membro).

Conferência Anual da União Postal Universal, Berna, 1981 (membro).

Encontro Internacional de Peritos sobre a Viabilidade de um Banco dos Países em Desenvolvimento, Ljubljana (Iugoslávia), 1983 (representante).

Encontro de Técnicos de Cooperação ao Desenvolvimento, UNCTAD, Ljubljana, 1984 (observador).

Delegação parlamentar brasileira na Conferência da União Interparlamentar, Ottawa, 1985 (assessor).

Ordem do Rio Branco, Cavaleiro.

Seleção de Trabalhos Publicados:

"L'Etat Brésilien", *La Revue Nouvelle* (LVIII, 11, Novembro 1973).

Idéologie et Politique dans le Développement Brésilien, 1945-1964 (Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1975).

"Soljenitzyn nas Pegadas de Lênine", *Opinião* (181, 1976).

Problèmes Actuels du Commerce Extérieur Brésilien: une évaluation de la période 1968-1975 (Anvers: Centre Universitaire de l'Etat, 1976).

"O Momento Político Brasileiro", *Plural* (I, 2, 1979).

"Freud und Frankfurt", *Leia Livros* (VI, 59, 1983).

Classes Sociales et Pouvoir Politique au Brésil (Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1984).

"Partidos Políticos e Política Externa", *Revista de Informação Legislativa* (23, 91, 1986).

"Uma Interpretação Econômica da Constituição Brasileira", *Humanidades* (III, 11, Novembro 1986/Janeiro 1987).

Pierre Robert Laure

"Professeur d'Enseignement Général", licenciado em Letras, opção Letras Modernas, Certificado de Linguística. Professor-Animador dos Cursos Superiores de "Nancy", na Aliança Francesa de Brasília. Professor do Instituto Rio Branco em 1981, 1982, 1983 e 1984.

Raphael Valentino Sobrinho

São Paulo/SP, 18 de abril de 1936.

Filho de Virginio Maria Rosário Valentino e Maria Fanuele Valentino.

FORMAÇÃO E ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — São Paulo.

Prêmio Rodrigues Alves Filho (1958), Prêmio Vicente Ráo (1956 e 1957),

Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957), Prêmio Waldemar Ferreira (1956 e 1957), Prêmio Francisco Emíldio da Fonseca Pacheco (1958), Prêmio Philadelpho de Azevedo (1956, 1957 e 1958), Prêmio Basileu Garcia (1956 e 1957), Prêmio Livreiro Saraiva (1958), Prêmio João Ar-ruda (1959), Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo (1958), Prêmio da Editora Lex (1958), todos da Universidade de São Paulo. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (1969). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, Universidade de Paris (1959-1960). Doutor em Economia Política, aprovado com distinção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Livre-Docente, por concurso, aprovado com distinção, da cadeira de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1978. Mestre em Economia e História Econômica ("Area Studies"), pelo University College, da Universidade de Londres (1979). Curso de Doutorado em Economia e História Econômica, na London School of Economics, da Universidade de Londres (1980/1982). Professor de Direito Internacional Público, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Relações Internacionais, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Problemas Internacionais Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Direito Constitucional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969/1970 e 1972. Professor de Problemas Econômicos Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1970/74. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1974. Livre-Docente de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da Escola Naval, Cursos de Direito Internacional, 1968/1972 e de Economia Internacional, 1969/74. Professor de Relações Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Política Internacional, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972/74. Professor de Economia Política, Universidade do Estado da Guanabara, 1973/74.

Professor de Economia do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, 1983/86. Examinador de Economia do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1983/1986. Pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).

PUBLICAÇÕES

"A Plataforma Continental", *Revista do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, 1964. "O Estado Comerciante nas Relações Internacionais", *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, 1964. "A Denegação de Justiça e o Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América", *Revista Brasileira de Direito Processual Civil*, Saraiva, 1966. "A Irrigação e a Revolução Agrícola no Brasil", *Estudos APEC*, 1969. "O Nordeste Brasileiro na Perspectiva Internacional", *Estudos APEC*, 1969. "O Nordeste e as Três Verdades do Desenvolvimento", *Estudos APEC*, 1971. "O Brasil ante a Alternativa Comercial Européia", *Estudos APEC*, 1971. "Ajuda Internacional e Desenvolvimento", in *As Nações Unidas e os Problemas Internacionais*, Fundação Getúlio Vargas, 1974. "Política e Comércio Internacional", *Estudos APEC*, 1974. "O Macrodesafio das Exportações", *Estudos APEC*, 1974. *A Função-Empresa na Integração Latino-Americana* (tese de livre-docência, APEC, 1975. "Direito Internacional Público" (em co-autoria), Escola de Guerra Naval, 1974. *A Estratégia Atual da Política Externa Brasileira*, Livraria José Olímpio Editora, 1975. *Growth with Inflation in Brazil (1968-1973): its causes, origins and consequences* (Londres, Universidade de Londres, Institute of Latin American Studies, tese de mestrado, 1979; edição pública no prelo, com prefácio do Professor Gilberto Freyre). "Theories of diffusion and dependency" e "Brazil, a country study", in Christopher Saunders (ed.), *The Political Economy of New and Old Industrial Countries* (Londres, Butterworths, 1981). "O Charme Discreto da Destruição Criadora", *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, 10.02.85, p. 5. "O Suicídio dos Méritos do Capitalismo", *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, 14.04.85, p. 2. "A Política Exterior do Brasil", *Digesto Econômico*, 310 (janeiro-fevereiro 1985, pp. 44-66).

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

PROMOÇÕES DIPLOMÁTICAS

Terceiro Secretário, concurso, 20.01.1964.

Segundo Secretário, merecimento, 31.12.1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 19.01.1973.

Conselheiro, merecimento, 29.06.1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21.12.1983.

An Evolutionary Approach to Inflation ("Paper" apresentado à 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter, Augsburg, setembro de 1986).

POSTOS E MISSÕES

Membro da Comissão de Estudos do Direito do Mar, 1963 (representante do Ministério das Relações Exteriores).

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1964.

À disposição do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965/66 (Subchefe da Assessoria Internacional).

À disposição do Ministério do Interior, 1967/72 (Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional).

À disposição da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1971 (membro).

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (delegado).

Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 (assessor).

Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, 1973/1974.

Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Londres, 1974/1979.

Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, 1979/1982.

XXVI Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe).

Conferência Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Londres, 1975 (delegado).

XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e da XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (chefe).

Grupo de Trabalho Orçamentário da International Maritime Consultative Organization (IMCO), 1975 (representante).

XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (delegado).

XXVII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe).

Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe).

Reunião do Grupo Preparatório do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe).

Reunião do Subgrupo de Peritos do Grupo de Trabalho Intersessional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Oslo, 1975 (chefe).

Negociações sobre transporte aéreo com o "Department of Trade", Reino Unido, 1975 (membro da delegação).

XXVIII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe).

IX Assembléia da IMCO, Londres, 1975 (membro).

Reunião do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (membro).

Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, Londres, 1975 (chefe).

Participante do Seminário sobre Reforma Monetária Internacional, patrocinado pelo Institut Atlantique de Paris, em Jouy-en-Josas, 1975.

II Sessão da II Conferência Intergovernamental sobre a Implantação de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite, IMCO, Londres, 1976 (delegado).

Chefe do Setor Econômico-Financeiro da Embaixada em Londres (1976/1982).

À disposição do Gabinete do Ministro da Fazenda para exercer a função de Consultor Especial do Presidente do Banco Central do Brasil, a partir de setembro de 1982.

Representante da Embaixada em Londres nas Reuniões de Coordenação dos Chefes de Setores Econômicos das Embaixadas junto aos países da Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas (1976-1982).

Representante da Embaixada em Londres no Seminário do Financial Times, preparatório da Reunião de Chefes de Estado em Cancún (1981).

Representante da Embaixada em Londres no Royal Institute of International Affairs (Chatham House), Londres, de 1976 a 1982.

Integrante das Delegações brasileiras para conversações informais com o "Department of Trade" sobre concessão de garantias do Export Credit Guarantee Department, do Reino Unido (1976-1982).

À disposição da Delegação Interparlamentar Brasileira que visitou o Reino Unido a convite da Seção Britânica da União Interparlamentar (1978).

À disposição do Vice-Presidente eleito do Brasil, em visita oficial ao Reino Unido, em 1979.

À disposição do Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil em visitas oficiais a Londres (1980 e 1982).

À disposição do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministro da Fazenda, em sucessivas visitas a Londres, para conversações financeiras (de 1982 a 1986).

Conferencista e representante da Embaixada em Londres no "Oversais Development Institute", de Londres.

Participante do Seminário "The Political Economy of New and Old Industrial Countries", promovido pela Universidade de Sussex, 1980.

Negociador do "Projeto IV" de endividamento externo brasileiro, em Londres e Paris, 1983.

Consultor da Presidência do Banco Central do Brasil (1983-1985).

Consultor da Diretoria da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985-1986).

Membro-Fundador e Participante da 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter (Augsburgo — setembro de 1986).

CONDECORAÇÕES

Medalha do Centenário de Lauro Muller.
Membro Honorário da Real Ordem Vitoriana, Reino Unido.
Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Ricardo Drummond de Mello

Belo Horizonte/MG, 02 de dezembro de 1943. Filho de Carlos Alfredo Dias de Mello e Carmen Drummond de Mello.

Bacharel em Ciências Econômicas, FCE-UEG. Curso de Pós-Graduação sobre Planejamento do Desenvolvimento Econômico. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antiguidade, 15 de julho de 1976. Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1986.

Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1971. Assistente do Assessor do Ministro de Estado, 1972. Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1973/74. Subchefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas (DEPE), 1984/85. Chefe da DEPE (1986). Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1974/76. Londres, Segundo Secretário, 1977/79. Praga, Primeiro Secretário, 1980/83. Praga, Encarregado de Negócios, 1981. Reunião de Consulta Brasil-Argentina sobre Transporte Aéreo, Buenos Aires, 1974 (delegado). Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1975 (delegado). Comitê Permanente de Buenos Aires, CEBAC, 1975 (integrante). VII Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1976 (delegado). VI Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC Rio de Janeiro, 1976 (delegado). X Sessão da Assembleia da IMO, Londres, 1977 (delegado). Conferência Extraordinária da IMO para adoção de dois Protocolos às Convenções SOLAS E MARPOL, 1978 (delegado). Reuniões do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1977/79 (delegado). XIV, XV, XVI, XVII, XVIII Sessões do Comitê de Cooperação Técnica Marítima Consultiva Intergovernamental (IMO), Londres, Reino Unido, 1977/80 (delegado). X Sessão Extraordinária do Conselho e XI Sessão da Assembleia da IMO, Londres, 1979. XXXVII, XXXVIII, XL, XLI e XLII Sessões do Comitê de Segurança Marítima da IMO, Londres, 1979 e 1980 (delegado). I Sessão da Assembleia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite – INMARSAT, Londres, 1979 (delegado). Conferência da IMO de Adoção da Convenção sobre Treinamento e Salvamento Marítimo, Hamburgo, 1979 (delegado). Assembleia da Comissão Internacional da Baleia, Brighton, 1980 (delegado). Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, Praga, 1980 (delegado). Negociações da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda com o Governo da Tchecoslováquia, Praga, 1982 (delegado). Delegado à Assembleia Anual do BID, Viena, 1985. Delegado à Reunião do Grupo de Cartagena, São Domingos, 1985.

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Bacharel em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; formação em língua estrangeira (russo); participação no Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para Aplicação do Método Micha (russo), Rio de Janeiro, fevereiro/1981; Estágio de Atualização Pedagógica sobre Ensino da Língua Russa como Estrangeira, Centre International d'Etudes Pédagogiques (CIEP), Sèvres, França, setembro/1982. Tradutor de russo, São Paulo; intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, outubro/1979; intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril/1980; intérprete na VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, Brasília, julho/1982; intérprete na Exposição Comercial Brasileira, Moscou, setembro-outubro/1982.

Rubens Ricupero

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, USP. Estágio na AIEA, Viena. Cônsul de Terceira Classe, 1961. Segundo Secretário, 1964. Primeiro Secretário, 1970. Conselheiro, 1973. Ministro de Segunda Classe, 1978. Ministro de Primeira Classe 1982.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63. Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63. Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74. Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1977/80. Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980/81. Chefe do Departamento das Américas 1981/85. Subchefe Especial do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985. Assessor Especial do Presidente da República, 1986. Viena, Terceiro Secretário, 1963/64. Viena, Segundo Secretário, 1964/66. Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69. Buenos Aires, chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69. Quito, Segundo Secretário, 1969/70. Quito, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970. Quito, Primeiro Secretário, 1970/71. Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971. Washington, Conselheiro, 1974/77.

Professor de Teoria das Relações Internacionais, UnB, 1979/87. Professor de Integração Regional, UnB, 1980/82. Professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil, IRBr, 1980/86. Professor de Problemas Diplomáticos Contemporâneos, UnB, 1982/85. Professor do Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1984/86. Membro da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1985-1986. Membro da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do IRBr (Cursos III, IV, V, VI, VII e VIII, de 1980 a 1984). Professor dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas realizados pelo IRBr em colaboração com a UNITAR no Suriname e no Gabão. Professor Emérito da Academia Diplomática do Peru.

Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Ex-Membro

do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória. Membro do Conselho da Fundação Bienal de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo do Centro Alceu Amoroso Lima. Membro do Conselho Diretor da Fundação Alexandre de Gusmão.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva. Prêmio Rio Branco.

Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos

Broadway/Reino Unido (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946), 26 de outubro de 1940. Filho de Henrique de Pinheiro de Vasconcellos e Leonor Neves Pinheiro de Vasconcellos. Bacharel em Direito, FD-UF/RJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 17 de fevereiro de 1966.

Segundo Secretário, antigüidade, 10 de outubro de 1968.

Primeiro Secretário, merecimento, 19 de abril de 1975.

Conselheiro, merecimento, 21 de junho de 1979.

Ministro de 2ª Classe, merecimento, 20 de junho de 1985.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1966/67.

Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1975/79.

Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1979/81. SERE, 1983.

Washington, Segundo Secretário, 1970/72.

Santiago, Cônsul-Adjunto, 1972/74.

Santiago, Segundo Secretário, 1974/75.

Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1981/83.

III Reunião da CECLA, México, 1966 (membro).

II Sessão Ordinária do Comitê de Transportes Marítimos, UNCTAD, Genebra, 1967 (membro).

Reunião da IMCO, Londres, 1967 (membro).

Comissão de Estudos relativos à Navegação Aérea Internacional, 1967 (representante-suplente do MRE).

V Reunião de Consulta entre autoridades brasileiras e argentinas sobre transportes aéreos, 1969 (membro).

Reunião de Peritos em Transportes Marítimos, CIES, Washington, 1970 (representante).

Subgrupo Operacional e III Reunião Intersessional "Working Group" do INTELSAT, Washington, 1970 (delegado).

III Reunião da Conferência Plenipotenciária para o estabelecimento dos Acordos Definitivos do INTELSAT, Washington, 1971 (delegado).

III Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, Santiago, 1974 (delegado).

Sara Burkitt Walker

Bachelor of Arts. Línguas Modernas (Francês e Espanhol), Universidade de Oxford, 1960-63. Master of Arts (estudos latino-americanos), Univer-

sidade de Londres, 1966/67. Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language, 1972.

Professora de Inglês, C.E.G. Émile Dupont, Alençon – Orne, França, 1963/64. Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/66. Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967. Professora no British Council, Curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/69. Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972. Orientadora do Curso Institucionalizado para professores de inglês do 1º e 2º graus da Fundação Educacional do DF, 1986; membro da comissão coordenadora do curso de extensão "Inglês no 1º e 2º graus", Decanato de Extensão, UnB, 1986; nomeada "Special Educational Consultant" do Study Skills Centre do Conselho Britânico, Recife, PE, 1987; Diretora de Ensino do Instituto Britânico Independente (IBI) desde 1973. Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil.

Sérgio França Danese

Bacharel em Letras Modernas (Português, Francês e Espanhol), Universidade de São Paulo. Curso de Pós-Graduação em Letras Ibero-Americanas, Universidade Nacional Autónoma do México. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1980-1981. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1985.

Terceiro Secretário, 15 de dezembro de 1981. Segundo Secretário, 28 de junho de 1984.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1981/82. Assistente do Chefe do Departamento das Américas, 1982/85. Assessor do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985.

Assessor do Gabinete Civil da Presidência da República (Assessoria Especial do Presidente da República), 1986.

Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil, Instituto Rio Branco, 1982/86.

"A Diplomacia na República Velha: uma perspectiva", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXVII, 105-108, pp. 47-59.

Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil.

Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo

Licenciatura em Letras Modernas, Português-Inglês, Universidade Católica de Goiás, 1965/68. Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 1977. Doutorado em Linguística, Universidade de Lancaster, Inglaterra, 1983. Cursos de especialização em Linguística: Análise Sociolinguística, UnB, 1978; Tópicos de Filosofia da Linguagem, UnB, 1979; Variação Linguística no Léxico do Português, UnB 1981. Cursos de pós-graduação: "Summer Linguistics Program", Universidade do Texas em Austin, 1979; Atualização em Sociolinguística, Universidade do Texas em Austin (bolsa de estudos), 1978/79; Programa Regional de Especia-

lização em Educação -- FREPES, Universidade Católica de Minas Gerais, 1974/75.

Subchefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1969. Orientadora técnico-pedagógica do Instituto de Idiomas Yázigi, Rio Verde, GO, 1971/72. Diretora do Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Diretora da Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/74. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Didática Especial do Inglês, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/75. Professora de Língua Inglesa e Didática Especial do Inglês, Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Professora de Filosofia Portuguesa, Universidade Católica de Goiás, 1969. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Sociolingüística, UnB, 1975/84.

Apresentação de trabalhos nos seguintes encontros: Second Symposium on Portuguese Traditions, University of California, 1979. 8th LACUS (Linguistic Association of Canada and the United States) Forum, Toronto, 1981. IV, V e VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1979, 1980 e 1981. Conferencista na Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, UnB, Casa Thomas Jefferson, 1972/81. Trabalhos publicados: "A Odisséia" (adaptação em prosa), Rio, Mattos Peixoto, 1964. "What could it be", in *Nota Bene*, Lake Eric College Literary Annual, 8, 1965. "Curso Prático de Língua Portuguesa: I — a coordenação; II — a subordinação, 2 vols.; III — concordância verbal e nominal; IV — a variabilidade lingüística", Brasília, MEC/DSU, 1977/78. "Projeto Logos II: Língua Portuguesa" (participação), MEC/DSU/CETEB, 1978. "A língua portuguesa no Brasil", in *Letras de Hoje*, 34, 1978. "O pronome 'se' apassivador?", in *Meridiano*, Universidade do Texas, 7/8, 1978. "Adequação das máximas de conversação de Grice: brevidade", in *Anais do IV Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1979. "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), id. ib. "Linguagem masculina e feminina: o emprego da gíria", in *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1980. "A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social", id. ib. (também in *Ensaio de Lingüística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981). "Por que a tradutologia precisa do sociolingüista", in *Estudos de Tradutologia*, Brasília, Kontakt, 1981. "Diversidade lingüística: uma nova abordagem do processo educacional", in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq (12 (4), 1981). "Análise e diagnose de erros no ensino da língua materna", in *Anais do VI Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1981. "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), in *Ensaio de Lingüística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981. "On nonstandard subject-verb agreement in Portuguese", in Gutwinski, W. and Jolly, G. (eds.), *The Eighth LACUS Forum 1981*, Columbia, Hornbeam Press, 1982. "Language change and social networks: an exploratory study of rural migrants in Brasília", X World Congress

of Sociology, Mexico City, August 16-21, Sociological Abstracts suppl., 1982. "Congresso Mundial de Sociologia", in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq, 13 (5), 1982. "Review of Language and social networks, Milroy, L. Oxford, Basil Blackwell, 1980", in *Linguagem*, 1, 1983. "The sociolinguistic situation in Brazil", in *Sociolinguistics* (newsletter), 14 (1), 1983. "Aprendizagem da língua materna: abordagem interdisciplinar do tema", in *Anais do Seminário sobre Aprendizagem da Língua Materna*, MEC/INEP, Brasília, 1984. "Problemas de comunicação interdialeto", in *Tempo Brasileiro*, 78/79, 1984. "The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistics study in Brazil", in *Cambridge Studies in Linguistics: supplementary volume*, Cambridge University Press (no prelo). "Leitura e cultura: a contribuição da sociolingüística", in *Anais do I Encontro Interdisciplinar de Leitura*, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (no prelo).

LEGISLAÇÃO

PORTARIA Nº 17, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985 (Publicada no *Diário Oficial* de 14/01/86)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex-vi* do Decreto nº 75.350, de 4 de fevereiro de 1975,

Resolve:

Acrescentar ao artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, publicada no *Diário Oficial* de 13 daquele mês, o seguinte:

“Parágrafo único — O Instituto Rio Branco proverá igualmente à hospedagem do aluno em Brasília.”
(Of. nº 04/86)

PORTARIA Nº 567, DE 23 DE ABRIL DE 1986 (Publicada no *Diário Oficial* de 24/04/86)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, item IV da Constituição, e tendo em vista o artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 06 de julho de 1971,

Resolve:

Art. 1º — O artigo 26 da Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, fica acrescido do Parágrafo Único seguinte:

“Parágrafo Único — A critério do Diretor do Instituto Rio Branco, o pagamento do “auxílio enxoval” devido aos bolsistas estrangeiros poderá ser antecipado total ou parcialmente para a época de sua chegada ao Brasil e/ou de sua instalação em apartamento funcional”.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 1986 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 16 de 17/02/86)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20/04/1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27/04/82,

Resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Segundo Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Marcos Castrioto de *Azambuja*

1ª Câmara: Ministro José Francisco *Rezek*
Embaixador Bernardo *Pericás Neto*
Ministro Gelson *Fonseca Júnior*

2ª Câmara: Embaixador Sérgio Paulo *Rouanet*
Ministro Carlos Augusto Rego Santos *Neves*
Professor Vicente Marotta *Rangel*

PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 72 de 22/09/86)

O Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20/04/1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27/04/82, resolve, em modificação à Banca Examinadora por ela designada, designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Terceiro Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Marcos Castrioto de *Azambuja*

1ª Câmara: Ministro José Francisco *Rezek*
Embaixador Bernardo *Pericás Neto*
Ministro Carlos Augusto Rego Santos *Neves*

2ª Câmara: Ministro Marco Cesar Meira *Naslauský*
Ministro Gelson *Fonseca Júnior*
Professor Vicente Marotta *Rangel*

EDITAL DE 27 DE JANEIRO DE 1986

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 09 de 29/01/86)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 17 de fevereiro e 17 de março de 1986, as matrículas para o Décimo Quarto Curso de Altos Estudos (XIV CAE).

2. O XIV CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral de trabalho perante Banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XIV CAE será solicitada mediante preenchimento e o envio ao Instituto Rio Branco, até o dia 17 de março de 1986, de formulário conforme o modelo anexo ao presente edital.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto, suficientemente desenvolvido de for-

ma a permitir o julgamento de sua relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. O Diretor do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadram nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil.

6. O Diretor do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação do Diretor do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos a matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 27 de fevereiro de 1987, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

- a) inexistem limites rígidos para sua extensão, sendo conveniente, contudo, que o texto (exclusão feita de índices, gráficos, mapas, notas bibliográficas e anexos) se situe entre 80 (oitenta) e 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará a avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma Presidência. Cada câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade;

- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 30 de abril de 1987, a Banca Examinadora comunicará o resultado de sua avaliação ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em Curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, ou propor novo tema.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos serão convocados, pelo Instituto Rio Branco, para a fase final do XIV CAE, que se realizará em Brasília, entre 25 de maio e 5 de junho de 1987, e se constituirá na defesa oral dos trabalhos escritos e no estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essa matéria.

18. A aprovação no Curso de Altos Estudos será por conceito, que refletirá a avaliação do candidato no preparo do trabalho escrito, na condução de sua defesa oral e no seu desempenho durante o estágio de atualização.

19. Os candidatos não aprovados na fase final do presente CAE poderão requerer matrícula em Curso posterior, sendo-lhes vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio Branco recorda que, a partir de 15 de agosto de 1982, a aprovação no Curso de Altos Estudos passou a constituir, nos termos do artigo 15, inciso II, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão dos Conselheiros no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Ministro de Segunda Classe.

EDITAL DE 27 DE JANEIRO DE 1986
(Publicado no Boletim de Serviço nº 09 de 29/01/86)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que, na forma

do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 17 de fevereiro a 17 de março de 1986 as matrículas para o Décimo Quarto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIV CAD).

DÉCIMO QUARTO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

2. Poderão matricular-se no XIV CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas do XIV CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Prática Diplomática e Consular
- iv) Organização e Métodos de Trabalho
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Economia Brasileira, Tendências do Desenvolvimento Nacional.

4. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e demais material informativo, para orientação dos estudos durante o Curso.

5. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em fevereiro de 1987, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 17 – Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 18 – Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE;
- dia 19 – Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira.

6. As provas serão escritas, sem qualquer identificação de autor, e serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A aprovação do CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito SUFICIENTE ou INSUFICIENTE. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de dois conceitos SUFICIENTE no conjunto das três provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Diretor do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado.

10. O Diretor do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima e, até o dia 2 de junho de 1987, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irreversível.

11. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas

provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada ao Diretor do Instituto.

12. Está prevista, em princípio, para agosto de 1986 a abertura de inscrição para o XV CAD, com provas a serem realizadas em agosto de 1987.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Os alunos matriculados no XIV CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo atualizados os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso.

14. A aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas constitui, nos termos do artigo 15, item IV do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão do Segundo Secretário no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Primeiro Secretário.

EDITAL DE 03 DE JULHO DE 1986

(Publicado no Boletim de Serviço nº 50 de 08/07/86)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 18 de agosto a 18 de setembro de 1986 as matrículas para o Décimo Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XV CAD).

DÉCIMO QUINTO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

2. Poderão matricular-se no XV CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas do XV CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Economia Brasileira, Tendências do Desenvolvimento Nacional
- iv) Comércio Exterior do Brasil
- v) Prática Diplomática e Consular
- vi) Organização e Métodos de Trabalho do MRE.

4. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que parte-se do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos Secretários.

5. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em agosto de

1987, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 11 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 12 — Economia Brasileira e Comércio Exterior do Brasil;
- dia 13 — Prática Diplomática e Consular;
- dia 14 — OMT do MRE.

6. As provas serão escritas, sem qualquer identificação de autor, e serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito SUFICIENTE ou INSUFICIENTE. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de três conceitos SUFICIENTE no conjunto das quatro provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Diretor do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

10. O Diretor do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irreversível.

11. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada ao Diretor do Instituto.

12. Está prevista, em princípio, para fevereiro de 1987 a abertura de inscrição para o XVI CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, para fevereiro de 1988.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Os alunos matriculados no XV CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

14. A aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas constitui, nos termos do artigo 15, item IV do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para inclusão do Segundo Secretário no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Primeiro Secretário.

EDITAL DE 07 DE JULHO DE 1986

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 50 de 8/07/86)

Retificação

(do texto do Edital do XIII Curso de Altos Estudos, publicado no Boletim de Serviço nº 060, de 10/07/1985, páginas 10 a 12).

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público as modificações que se seguem ao Edital de 10 de julho de 1985, relativo ao Décimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XIII CAE):

- a) com referência ao parágrafo 13 do citado Edital, modifica-se de 31 de outubro de 1986 para 17 de outubro do mesmo ano a data para a Banca Examinadora comunicar ao Instituto Rio Branco o resultado de sua avaliação;
- b) com referência ao parágrafo 15 do citado Edital, modifica-se de 17 a 28 de novembro de 1986 para 10 a 21 de novembro do mesmo ano o período para a fase final do XIII CAE (defesa oral e estágio de atualização);
- c) com referência ao parágrafo 9º do citado Edital, embora seja mantida a data-limite de 19 de setembro de 1986 para a entrega dos trabalhos, seria apreciado que, na medida do possível, os mesmos fossem entregues antes dessa data.

EDITAL DE 07 DE JULHO DE 1986

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 51 de 11/07/86)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 18 de agosto e 18 de setembro de 1986, as matrículas para o Décimo Quinto Curso de Altos Estudos (XV CAE).

2. O XV CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) exame dos trabalhos por Banca Examinadora *ad hoc* e defesa oral dos que hajam sido aceitos pela mesma;
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XV CAE será solicitada mediante preenchimento e a entrada no Instituto Rio Branco, até o dia 18 de setembro de 1986, de formulário de inscrição, conforme o modelo anexo ao presente edital. No caso de candidato servindo no exterior, contar-se-á como data de entrada do formulário a do ofício ou guia que o remeta.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. O Diretor do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pelo Diretor do Instituto.

6. O Diretor do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema

de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural desde que submetidas previamente à aprovação do Diretor do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 30 de julho de 1987, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistam limites rígidos para sua extensão, aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índices e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício; aconselha-se ainda que eventuais gráficos, mapas e outros elementos adicionais de esclarecimento sejam apresentados sob a forma de anexos;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma Presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 30 de setembro de 1987, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em Curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, desde que, para tanto, contem com a anuência da Banca Examinadora. Em caso negativo, deverão submeter novo tema, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos na primeira fase serão convocados, pelo Instituto Rio Branco, para a fase final do XV CAE, que se realizará em Brasília, entre 19 e 30 de outubro de 1987, e se constituirá na defesa oral dos trabalhos escritos e no estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser postergada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado, principalmente no que se refere à sua relevância para a política exterior brasileira;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração do conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora emitirá conceitos (muito bom, bom, satisfatório, insuficiente), levando em conta o trabalho escrito, a condução da defesa oral e o desempenho durante o estágio de atualização. Será considerado aprovado o candidato que obtiver um dos três primeiros conceitos citados, devidamente homologado pelo Ministro de Estado.

19. Os candidatos não aprovados na fase final do presente CAE poderão requerer matrícula em Curso posterior, sendo-lhes vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio Branco recorda que, a partir de 15 de agosto de 1982, a aprovação no Curso de Altos Estudos passou a constituir, nos termos do artigo 15, inciso II, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão dos Conselheiros no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Ministro de Segunda Classe.

EDITAL DE 05 DE AGOSTO DE 1986

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 60 de 07/08/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco faz público que o parágrafo terceiro do Edital de 03 de julho de 1986, relativo ao Décimo Quinto Curso de Aper-

feiçoamento de Diplomatas (XV CAD), passa a ter a redação que se segue:

“3. É a seguinte a relação das disciplinas no XV CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Relações Econômicas Internacionais (abrangendo a Situação Econômica Internacional e a Interação da Economia Brasileira com a Economia Internacional)
- iv) Organismos Econômicos Internacionais
- v) Prática Diplomática e Consular
- vi) Organização e Métodos de Trabalho do MRE.”

2. Em sua preparação, os candidatos deverão efetuar, por conta própria, estudos, leituras e pesquisas adicionais, a respeito das disciplinas mencionadas, independentemente do material de apoio que lhes for enviado pelo Instituto Rio Branco.

EDITAL DE 04 DE SETEMBRO DE 1986

(Publicado no Diário Oficial de 10 de setembro de 1986
e no Boletim de Serviço do MRE Nº 69 de 11/09/86)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Instituto Rio Branco

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EDITAL

Por ato do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 03 de setembro de 1986, foram considerados aprovados no Exame Vestibular de 1986 os seguintes candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Clas.	Nome	Nº de Pontos	Média Final
1º	Alessandro Warley Candeas	1.024,03	85,33
2º	Maria Dolores Penna de Almeida Cunha	968,56	80,71
3º	Roberto Teixeira de Avellar	919,86	76,65
4º	Alexandre Guido Lopes Parola	919,00	76,58
5º	George Torquato Firmeza	868,70	73,89
6º	Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva	880,83	73,38
7º	Leonardo Sotero Caio	830,83	69,23
8º	Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio	828,46	69,03
9º	Ivanise de Melo Maciel	804,73	67,06
10º	Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim	801,96	66,83
11º	Paulo Roberto Soares Pacheco	795,53	66,29

12º — Roland Stille	788,43	65,70
13º — Nedilson Ricardo Jorge	787,00	68,58
14º — Breno de Souza Brasil Dias da Costa	742,86	61,90

EDITAL DE 11 DE DEZEMBRO DE 1986
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 95 de 16/12/86)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA
RESULTADO FINAL DE ACORDO COM
A CLASSIFICAÇÃO
2º ANO — 1986

Nome	Total de Pontos	Média
1º Fernando Apparicio da Silva	1.495,75	93,48
2º Glivânia Maria de Oliveira	1.450,50	90,65
3º Irene Vida Gala	1.437,98	89,87
4º Sérgio Ricoy Pena	1.437,22	89,82
5º Carlos Márcio Bicalho Cozendey	1.435,86	89,74
6º Maria Luisa Escorel de Moraes	1.424,86	89,05
7º Julio Glinternick Bitelli	1.424,13	89,00
8º Ronald Cardoso Mendes Junior	1.407,89	87,99
9º Carlos Alfonso Iglesias Puente	1.390,95	86,93
10º Ana Maria Mulser Parada	1.387,56	86,72
11º Geraldo Veiga Rivello Junior	1.385,83	86,61
12º Márcia Loureiro	1.384,26	86,51
13º Claudio Raja Gabaglia Lins	1.384,20	86,51
14º Luis Claudio Villafane Gomes Santos	1.380,73	86,29
15º Luis Antonio Balduino Carneiro	1.367,78	85,48
16º Evaldo Freire	1.361,30	85,08
17º Alexandre Campello de Siqueira	1.356,10	84,78
18º José Augusto Silveira de Andrade Filho	1.343,72	83,98
19º Roberto Furian Ardenghy	1.340,25	83,76
20º Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes	1.329,68	83,10
21º Paulo Marcos Almeida de Moraes	1.329,10	82,06
22º Marco Cesar Moura Daniel	1.326,76	82,92
23º Paulo Roberto Amora Alvarenga	1.320,00	82,50
24º José Marcos Nogueira Viana	1.288,08	80,50
25º João Marcelo de Aguiar Teixeira	1.281,28	80,08
26º Claudia Fonseca Buzzi	1.250,06	78,12
27º Claudio Roberto Poles	1.239,43	77,46
28º Ruy Pacheco de Azevedo Amaral	1.232,95	77,05
29º Márcia Maro da Silva	1.231,62	76,97
30º Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França	1.228,13	76,75
31º Nestor José Forster Junior	1.217,02	76,06
32º Flávio Marega	1.209,86	75,61
33º Licínio Delgado Pahim	1.203,08	75,19
34º Paulino Franco de Carvalho Neto	1.195,05	74,69

35º Maria Theresa Vieira Diniz	1.170,85	73,17
36º João Tabajara de Oliveira Junior	1.167,82	72,98
37º Paulo Fernando Dias Feres	1.150,58	71,97
38º Ricardo de Souza Franco Peixoto	1.120,53	70,03
39º Sabine Nadja Popoff	1.103,76	68,98
40º João Alberto Dourado Quintaes	1.100,75	68,79
41º Antonio Otavio Sá Ricarte	1.094,58	68,41
42º Jandira Gill Chalu Pacheco	1.069,28	66,83
43º Alexandre da Silva Barbedo	1.045,76	65,36

EDITAL DE 11 DE DEZEMBRO DE 1986
(Publicado no *Diário Oficial* de 16 de dezembro de 1986
e no Boletim de Serviço do MRE nº 95 de 16/12/86)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA
TURMA 1985/1986.

MÉDIA E CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS APROVADOS:

CLAS.	NOME	MÉDIA
1º —	Fernando Apparicio da Silva	90,91
2º —	Carlos Marcio Bicalho Cozendey	89,43
3º —	Claudio Raja Gabaglia Lins	88,35
4º —	Julio Glinternick Bitelli	87,70
5º —	Maria Luisa Escorel de Moraes	87,63
6º —	Luis Antonio Balduino Carneiro	87,56
7º —	Ronald Cardoso Mendes Junior	87,51
8º —	Márcia Loureiro	87,05
9º —	Carlos Alfonso Iglesias Puente	86,39
10º —	Glivânia Maria de Oliveira	86,38
11º —	Geraldo Veiga Rivello Junior	85,46
12º —	Irene Vida Gala	85,34
13º —	Sérgio Ricoy Pena	85,32
14º —	Luis Claudio Villafane Gomes Santos	84,27
15º —	Ana Maria Mulser Parada	83,80
16º —	Alexandre Campello de Siqueira	83,72
17º —	Roberto Furian Ardenghy	83,67
18º —	Paulo Marcos Almeida de Moraes	83,23
19º —	José Augusto Silveira de Andrade Filho	82,94
20º —	Evaldo Freire	82,47
21º —	Claudia Fonseca Buzzi	82,39
22º —	Paulo Roberto Amora Alvarenga	81,84
23º —	Marco Cesar Moura Daniel	81,59
24º —	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes	81,32
25º —	Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França	79,47
26º —	Flavio Marega	78,64
27º —	Claudio Roberto Poles	78,56
28º —	Ruy Pacheco de Azevedo Amaral	76,93

299 – João Marcelo de Aguiar Teixeira	76,91
309 – José Marcos Nogueira Viana	76,62
319 – Márcia Maro da Silva	76,39
329 – Maria Theresa Vieira Diniz	76,26
339 – Licínio Delgado Pahim	75,47
349 – Nestor José Forster Junior	75,23
359 – Antonio Otávio Sá Ricarte	75,19
369 – Paulino Franco de Carvalho Neto	75,04
379 – Paulo Fernando Dias Feres	74,27
389 – Ricardo de Souza Franco Peixoto	73,13
399 – Sabine Nadja Popoff	72,96
409 – João Alberto Dourado Quintaes	72,78
419 – João Tabajara de Oliveira Junior	72,76
429 – Jandira Gill Chalu Pacheco	72,73
439 – Alexandre da Silva Barbedo	68,00

PORTARIA Nº 01 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 14 de 13/02/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 do parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar para compor, em 1986, o quadro de aplicadores das provas de segunda época, relativas ao ano letivo de 1985, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Cesar Augusto de Souza Lima *Amaral*

Fernando Augusto Ferraz *Muggiati*

Marcel Fortuna *Biato*

Marcelo Leonardo da Silva *Vasconcelos*

PORTARIA Nº 02 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 14 de 13/02/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar o Secretário Affonso José *Santos* como aplicador das provas do XII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata.

PORTARIA Nº 03 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986.

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 14 de 13/02/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do

artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora do XII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

– Ministro Gelson *Fonseca Junior*

– Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento *Valladares*

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

– Conselheiro Jádriel Ferreira de *Oliveira*

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

– Conselheiro Roberto Gaspar *Torres*

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

– Secretário Ricardo Drumond de *Mello*

PORTARIA Nº 04 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 14 de 13/02/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

ÁRABE – Issa Antônio Bonduki

ESPAÑHOL – Kori Carrasco Dorado

Encarnación Ponce Lopes de Pesquero

FRANCÊS – Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva

Jean-François Cleaver

Ileana Florica Ghiatza Fadul

Alain Bertrand

INGLÊS – Sarah Burkitt Walker

James Crawford Ferguson

Patrick Kevin Redmond

John Stanley Trzeciak

JAPONÊS – Michio Yamaguchi

RUSSO – Roberto Wanderley de Souza Ferreira

PORTARIA Nº 05 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 14 de 13/02/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, publicado no *Diário Oficial* de 16 de novembro de 1984,

Resolve:

ALTERAR, a partir de 1º de janeiro de 1986, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros);
- b) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cr\$ 210.000 (duzentos e dez mil cruzeiros);
- c) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cr\$ 105.000 (cento e cinco mil cruzeiros); e
- d) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cr\$ 70.000 (setenta mil cruzeiros).

A correção de provas contará para fins de remuneração como aula.

PORTARIA Nº 06 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 19 de 04/03/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 do parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria nº 02, publicada no Boletim de Serviço nº 14, de 13 de fevereiro de 1986,

Resolve:

Fixar em Cr\$ 80.000 (oitenta mil cruzeiros) por hora de prova a remuneração dos aplicadores das provas do Décimo Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (CAD).

PORTARIA Nº 07 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 19 de 04/03/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 do parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria nº 14, de 13 de fevereiro de 1986,

Resolve:

Fixar em Cr\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) por prova a remuneração dos membros da Banca Examinadora do Décimo Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD).

PORTARIA Nº 08 DE 17 DE MARÇO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 24 de 26/03/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo nº 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes professores e professores assistentes:

Professores – 1º Ano – 1986

- Ana Maria Villela (Direito Internacional Privado)
- Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público II)
- Clodoaldo Hugueneu Filho (Prática Diplomática)
- Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
- Flávio Roberto Bonzanini (Organização e Método do Trabalho)
- Gerson Machado Pires Filho (História das Idéias Políticas)
- Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares (Política Externa Brasileira Contemporânea)
- Jádriel Ferreira de Oliveira (Prática Consular)
- Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
- Raphael Valentino Sobrinho (Economia)
- Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo (Português – Expressão e Redação Profissional)

Professores-assistentes – 1º Ano – 1986

- Cezar Augusto de Souza Lima Amaral (Economia)
- Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares (História das Idéias Políticas)
- Luiz Fernando Freitas Ligiéro (Política Externa Brasileira Contemporânea)

Professores – 2º Ano – 1986

- Arthur Vivacqua Correa Meyer (Economia Brasileira)
- Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello (Administração)
- Gelson Fonseca Junior (Relações Internacionais)
- Heloisa Vilhena de Araújo (Português – Correspondência Oficial e Métodos de Informação)
- José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
- Luiz Augusto de Castro Neves (Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico Internacional)
- Paulo Roberto de Almeida (Sociologia Política)
- Ricardo Drumond de Mello (Relações Econômicas Internacionais)
- Rubens Ricupero (História das Relações Diplomáticas do Brasil)
- Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos (Modernização e Informática)

Professores-assistentes – 2º Ano – 1986

- Marcelo Leonardo da Silva *Vasconcelos* (Comércio Internacional)
- Paulo Antônio Pereira *Pinto* (Economia Brasileira)
- Sérgio França *Danese* (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

PORTARIA Nº 09 DE 08 DE ABRIL DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 28 de 10/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regulamento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora para a 1ª fase do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

PORTUGUÊS

- Enilde Leite de Jesus *Faulstich*
- Gerson Machado *Pires Filho*
- Stella Maris Bortoni de Figueiredo *Ricardo*

FRANCÊS

- Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da *Silva*
- Sérgio França *Danese*

INGLÊS

- Bruce Le Roy *Leininger*
- João Batista da *Costa*

PORTARIA Nº 10 DE 09 DE ABRIL DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 28 de 10/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, publicado no *Diário Oficial* de 16 de novembro de 1984, e dando cumprimento ao disposto no artigo 18 do Decreto-Lei 2.284, de 10 de março de 1986, publicado no Diário de 11 de março de 1986,

Resolve:

FIXAR em cruzados, a partir de 1º de março de 1986, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 196,95 (cento e noventa e seis cruzados e noventa e cinco centavos);
- b) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cz\$ 153,41 (cento e cinquenta e três cruzados e quarenta e um centavos);

- c) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 82,77 (oitenta e dois cruzados e setenta e sete centavos);
- d) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 58,75 (cinquenta e oito cruzados e setenta e cinco centavos).

PORTARIA Nº 11, DE 16 DE ABRIL DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 32 de 18/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria nº 05, de 13 de fevereiro de 1986,

Resolve:

1. Fixar em 30%, para o corrente ano letivo do CPCD, o montante de horas/aula pagas aos professores de línguas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) pela preparação de apostilas, provas e trabalhos escritos, bem como pela correção de exercícios de acompanhamento de aproveitamento;
2. Estender a todos os professores do CPCD o benefício em apreço; e,
3. Determinar que o pagamento dessa remuneração seja efetuado com base no total de horas/aula ministradas por cada professor.
4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 12, DE 25 DE ABRIL DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 34 de 28/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto nos artigos 4º e 6º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Sebastiana Maria de *Azevedo*

Auxiliares de Coordenação: Angela Ribeiro *Santos*

Jureni Figueira de *Azevedo*

Myrian Salles de Rezende *Campos*

Fiscais: Elaine Ferreira da *Silva*
 Francisco Ferreira de *Almeida*
 Georgina Carlota da Silva *Lessa*
 Honestalda *Magalhães*
 Hubert da Silva *Neiva*
 Israel Derrudt *Rodrigues*
 Ivan Roberto e Silva *Campos*
 Ivone Aparecida *Pereira*
 João Ferreira da *Costa*
 Levy Sabino do *Nascimento*
 Lucy Fortes da Silva *Freitas*
 Luiz Paixão de Souza *Costa*
 Maria do Céu *Carneiro*
 Maria Lúcia Fonseca Costa de *Souza*
 Paulo Sérgio Bonfim Gomes *Rodrigues*
 Raquel Biassoto *Mano*
 Toiney Francis de Abreu *Barreto*
 Vera Lúcia Rodrigues de *Faria*.

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE ABRIL DE 1986
 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 34 de 28/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Cz\$ 4.000,00
 Auxiliar: Cz\$ 2.000,00
 Fiscais: Cz\$ 240,00 (por dia)

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE ABRIL DE 1986
 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 34 de 28/04/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 554, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85), e na Portaria nº 09 de 8 de abril de 1986, publicada no Boletim de Serviço nº 28, de 10 de abril de 1986,

Resolve:

Fixar em Cz\$ 40,00 (quarenta cruzados) por prova a remuneração dos membros da Banca Examinadora do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA Nº 15, DE 20 DE MAIO DE 1986
 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 40 de 22/05/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 554, de 12.11.84 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no artigo 36 do Regimento do Instituto Rio Branco,

Resolve:

DESIGNAR Marcel Fortuna *Biato* como professor de Inglês, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 16 de maio de 1986.

PORTARIA Nº 16, DE 20 DE MAIO DE 1986

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores de 12.11.84 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto nos artigos 4º e 6º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05.03.85 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

DESIGNAR, para complementar o grupo encarregado em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (Portaria nº 12, de 25.04.86 B.S. nº 034, de 28.04.86):

Aplicador de Provas: Heloisa Vilhena de *Araújo*
 Assistente da Coordenação: Luiz Paixão de Souza *Costa*
 Maria do Céu *Carneiro*
 Israel Derrudt *Rodrigues*

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE MAIO DE 1986
 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 40 de 22/05/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame

Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em complementação aos valores fixados através da Portaria nº 13, de 25.04.86 (B.S. nº 034, de 28.04.86):

Aplicador de Provas: Cz\$ 750,00 por dia de prova

Assistente de Coordenação: Cz\$ 1.500,00.

PORTARIA Nº 18, DE 20 DE MAIO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 40 de 22/05/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 554, de 12.11.84 (D.O. de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco,

Resolve:

DESIGNAR João Batista da Costa para constituir comissão de avaliação oral dos cursos de inglês do IRBr, fazendo jus à remuneração equivalente à percebida pelos professores do IRBr.

PORTARIA Nº 19, DE 30 DE MAIO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 42 de 03/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na portaria ministerial de 13 de fevereiro, publicada no Boletim de Serviço nº 16, de 17 de fevereiro de 1986,

Resolve:

Fixar em Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados) por Tese a remuneração dos membros da Banca Examinadora do Décimo Segundo Curso de Altos Estudos (CAE).

PORTARIA Nº 19, DE 26 DE JUNHO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 30/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 12 de novembro de 1984 (D.O. de 16.11.84), e com base no disposto nos artigos 4º e 6º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (D.O. de 13.03.85),

Resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução das 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenadora: Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliares de Coordenação: Angela Ribeiro dos Santos

Myrian Salles de Rezende Campos

Fiscais: Afonso Borges

Antonio Rosa de Oliveira

João Ferreira da Costa

Luiz Paixão de Souza Costa

Moacir Albino Macêdo

Raimundo Nonato de Souza

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

Assistentes: Georgina Carlota da Silva Lessa

Israel Derrudt Rodrigues

Maria do Céu Carneiro

Técnico de gravação: Daniel Gomes Pereira

Getúlio da Silva Ramos

Raimundo Alves dos Santos

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JUNHO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 30/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para os Exames Escritos da 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Exames Escritos – 2ª fase

História do Brasil: Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello

História Mundial: Luciara Silveira de Aragão e Frota

Geografia do Brasil: Marília Luiza Peluso de Oliveira

Exames Escritos – 3ª fase

Geografia Geral: Marília Luiza Peluso de Oliveira

Noções de Direito: Antonio Augusto Cançado Trindade

Noções de Economia: Raphael Valentino Sobrinho; e
Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
(Assistente)

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JUNHO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 30/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do

artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para os Exames Orais da 3ª fase do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

- PORTUGUÊS** — Enilde Leite de Jesus *Faulstich*
 — Gerson Machado *Pires Filho*
 — Stella Maris Bortoni de Figueiredo *Ricardo*
- FRANCÊS** — Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da *Silva*
 — Irene Zohra Serero *Cervo*
 — Sergio França *Danese*
- INGLÊS** — Bruce Le Roy *Leininger*
 — Edite Faial *Jacques*
 — João Batista da *Costa*

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE JUNHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 30/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 554, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

Fixar em Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) por disciplina a remuneração dos membros titulares das Bancas Examinadoras das 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e em Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados) a dos membros assistentes.

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE JUNHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 30/06/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 12 de novembro de 1984 (*D.O.* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985 (*D.O.* de 13.03.85),

Resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado das tarefas relativas à execução das 2ª e 3ª fases do Exame Vesti-

bular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador:	Cz\$ 5.000,00
Auxiliares:	Cz\$ 2.500,00
Fiscais:	Cz\$ 240,00 (por dia)
Técnicos de gravação:	Cz\$ 700,00
Assistentes:	Cz\$ 1.000,00

PORTARIA Nº 24, DE 01 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 49 de 03/07/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar ABÍLIO MACHADO *CANTUÁRIA* como aplicador das provas finais do 1º semestre de 1986 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA Nº 25 DE 14 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 52 de 14/07/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regulamento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, e no artigo 24 do Edital do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1986, aprovado pela Portaria nº 564, de 28 de novembro de 1985 (publicada no *D.O.* de 02.12.85), resolve designar:

- 1 — Para Coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica da 3ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1986, o Doutor Antonio Teixeira de *Souza*, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores;
- 2 — Para os Exames Físicos, o Hospital Naval de Brasília;
- 3 — Para os Exames de Oftalmologia e Otorrinolaringologia, os Doutores Albano Silvio de *Freitas*, José Geraldo *Pereira* e Henrique Cesar Vieira *Magalhães*; e,
- 4 — Para os Exames Psíquicos, o Serviço de Seleção da Marinha.
a) Lauro Escorel de *Moraes*

PORTARIA Nº 26 DE 14 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 52 de 14/07/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e con-

siderando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD):

Examinador Titular: Cz\$ 4.000,00

Examinador Assistente: Cz\$ 2.000,00

Aplicador de Prova: Cz\$ 400,00 (por prova)

Secretária do CAD: Cz\$ 2.000,00

Serviços de Apoio: Cz\$ 400,00

PORTARIA Nº 27 DE 14 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE Nº 52 de 14/07/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD):

BANCA EXAMINADORA:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Ministro Gelson *Fonseca Junior*

Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento *Valladares* (Assistente)

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

Conselheiro Jádriel Ferreira de *Oliveira*

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

Conselheiro Roberto Gaspar *Torres*

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

Secretário Ricardo Drummond de *Mello*

APLICADOR DE PROVAS

Secretário Wamberto Hudson *Ferreira*

SECRETÁRIA DO CAD

Vera Lúcia Rodrigues de *Farias*

SERVIÇO DE APOIO

Israel Derrudt *Rodrigues*

Luiz Paixão de Souza *Costa*

PORTARIA Nº 28, DE 14 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 60 de 7/08/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regulamento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria nº 21 de 26 de junho de 1986, publicada no Boletim de Serviço nº 48 de 30 de junho do corrente,

Resolve:

Designar Débora Vainer *Baremboim* para integrar a Banca Examinadora de FRANCÊS da 3ª fase do Exame Vestibular de 1986 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em substituição a Sérgio França *Danese*.

PORTARIA Nº 29, DE 22 DE JULHO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 60 de 07/08/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar ROBERTO *ABDALLA* como aplicador das provas finais do 1º semestre de 1986 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA Nº 30, DE 08 DE AGOSTO DE 1986

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 61 de 11/08/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes professores das matérias indicadas:

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

— João Almino de Souza *Filho*

FRANCÊS

— Jean-Paul *Lefèvre*

— Pierre Robert *Laure*

PORTARIA Nº 31, DE 29 DE SETEMBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 74 de 30/09/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto nos artigos 4º e 6º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar os Professores Marcos Eduardo Klüppel e Pedro de Souza *Montenegro* para as funções de Coordenadores dos Centros Regionais do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em Curitiba e Fortaleza, respectivamente, em substituição aos Professores Doutor Manoel Claudino de Andrade e *Silva* e Celestino Teixeira de *Oliveira*.

PORTARIA Nº 32, DE 29 DE SETEMBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 74 de 30/09/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar Antonio Francisco da Costa e *Silva Neto* como Professor Assistente de História das Idéias Políticas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1986.

PORTARIA Nº 33, DE 30 DE SETEMBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 74 de 30/09/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 17 de setembro de 1986, publicada no Boletim de Serviço nº 072, de 22 de setembro de 1986,

Resolve:

Fixar em Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados) por tese a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo Terceiro Curso de Altos Estudos (CAE).

PORTARIA Nº 34, DE 17 DE OUTUBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 81 de 22/10/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 554, de 12.11.84 (*Diário Oficial* de 16.11.84) e com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 33 do Regulamento do Instituto Rio Branco,

Resolve:

Designar REGINA VICTORIA CASTELLO BRANCO para integrar comissão de avaliação oral dos cursos de francês do IRBr, fazendo jus a remuneração equivalente à percebida pelos professores do IRBr.

PORTARIA Nº 36, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 89 de 21/01/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Designar ALÍRIO DE OLIVEIRA RAMOS e CAIO MÁRCIO RANIERI COLOMBO como aplicadores das provas do 2º semestre de 1986 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA Nº 37, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1986
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 89 de 21/01/86)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985,

Resolve:

Determinar que o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de dois anos de duração, seja ministrado, a partir de 1º de novembro corrente, em regime de tempo integral, devendo os alunos estar à disposição do Instituto Rio Branco, inclusive para participar de atividades não previstas no programa (conferência, cursos de extensão, etc.), em horários não reservados para aulas.

Em decorrência de tal determinação, o Diretor resolve outrossim fixar os seguintes valores para as bolsas de estudo dos alunos do Curso de Preparação

à Carreira de Diplomata, a partir de novembro de 1986:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta cruzados); e,
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 3.725,00 (três mil setecentos e vinte e cinco cruzados).